

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 5 DE FEVEREIRO DE 2026

NÚMERO 22.965 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00



Os desafios do STF em 2026

Com discurso de defesa da democracia, dos direitos humanos e da boa relação entre Poderes, o presidente do Supremo, Edson Fachin abriu esta semana o ano do Judiciário. A proposta de um Código de Conduta será prioridade.

Entrevista

OAB-SP faz sugestões

Presidente da seccional paulista da Ordem, Luciano Sica, enviou ao Supremo minuta com propostas para o Código de Ética.

Data Venia

Atritos do extrateto

A ajuda que juízes de primeira instância têm dado em processo no STJ tem custado mais de R\$ 10 milhões ao Judiciário, com R\$ 10 mil mensais aos magistrados.

Moraes e Toffoli rebatem críticas

Na primeira sessão de votação do STF no ano, os magistrados, questionados no caso Master, defenderam as restrições existentes hoje à atuação dos juízes. A manifestação ocorre em meio às discussões sobre um Código de Ética para a Corte.

PÁGINA 5

Supersalários

PLs ampliam desigualdade, diz relator

O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), relator da Reforma Administrativa criticou a aprovação dos projetos que criam penduricalhos salariais e classificou a medida de "eleitoreira e incompatível com a modernização". "A gente devia estar dando bom exemplo", disse.

PÁGINA 7

Bruna Gaston/CB/D.A Press



Onde a arte fez morada

O artista plástico Nelson Maravalhas mostra peças expostas no Museu Hypnoteca que leva seu nome. O espaço é uma ilha de arte e beleza no Lago Norte.

PÁGINA 18

Fla amplia derrocada

Na volta ao Maracanã, rubro-negro apresenta instabilidade e chega a quarto jogo sem vitórias ao empatar diante do Internacional. Sequência de tropeços é inédita na era Filipe Luís.

PÁGINA 19

Master: STJ manda à PGR denúncia contra Ibaneis

Apresentado por partidos de oposição ao governador do DF — PT, Rede, PDT, PCdoB e PV — ao Superior Tribunal de Justiça, o procedimento para abertura de investigação da participação de Ibaneis Rocha nas negociações para compra do banco Master

pelo BRB deverá ser avaliado, primeiramente, pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet. Sob relatoria da ministra Isabel Gallotti, da Corte Especial do STJ, o pedido tramita em segredo de Justiça e, em casos como esse, o processo segue para análise

da PGR, que sinaliza sobre um eventual abertura de ação, pedido de diligência ou arquivamento. "(As representações da oposição) serão remetidas à Procuradoria e, como não tenho nenhum envolvimento, devem ser arquivadas", afirmou Ibaneis ao **Correio**.

Senado pede apoio do BC

Reunião entre o senador Renan Calheiros, da Comissão de Assuntos Econômicos, e o presidente do Banco Central fechou acordo para troca de informações nas apurações sobre o Banco Master.

Movimentos para eleições

Os passos de governistas e opositoristas na Câmara Legislativa em torno do caso Master indicam, segundo especialistas, acirramento político para o pleito de outubro. Ontem, outro pedido de impeachment foi protocolado.

Ed Alves/CB/D.A Press



Aposta na CPI — Senador pelo PL-DF, Izalci Lucas defendeu as investigações no Congresso sobre os negócios entre o Master e o BRB. Em entrevista ao **CB.Poder**, ele classificou todo o caso como "um absurdo".

PÁGINAS 2, 3 E 13. BRASÍLIA-DF, 5, E EIXO CAPITAL, 14

Bruna Gaston/CB/D.A Press



De candidatos a calouros!

A história se repete há gerações na Universidade de Brasília. Com olhos fixos nas listas — de papel! — dezenas de jovens conferiram a relação de aprovados no vestibular. Nome encontrado e... festa! Emoção e alegria tomaram conta do Campus Darcy Ribeiro. Foram mais de 16,8 mil inscritos e 2,1 mil aprovados para Plano Piloto, Ceilândia, Gama e Planaltina.

Yandra Martins/CB/D.A Press



1º lugar

Santiago Ghose foi a melhor nota do curso de medicina, o mais concorrido da UnB.



Acesse o QR Code e veja a relação dos aprovados no vestibular

PÁGINA

Jovem acusa ministro de importunação

Marco Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça foi denunciado por uma adolescente de 18 anos, que acusa o magistrado de tentar agarrá-la em uma praia de Santa Catarina, onde o ministro tem casa. STF e CNJ apuram o caso. Integrantes das duas Cortes se dizem "chocados".

PÁGINA 5

Ricardo Stuckert/PR



Poderes fazem pacto contra o feminicídio

Chefes do Executivo, Legislativo e Judiciário assinaram proposta de combate à violência de gênero, iniciativa inédita no Brasil. "Não podemos mais nos omitir, fingir que não temos nada a ver com isso", disse o presidente Lula. A proposta tenta coordenar ações em vários níveis na proteção às mulheres. PÁGINA 6

Colômbia

Diálogo suspenso

Clá do Golfo rompe negociações com Gustavo Petro após reunião com Trump.

PÁGINA 9

Orelha

Crime é elucido

Polícia de SC identifica agressor pelos trajés, em vídeos de câmeras de segurança.

PÁGINA 6





PODER

BC ajudará comissão a investigar caso Master

Presidente da CAE do Senado, Renan Calheiros se reúne com Gabriel Galípolo e obtém o compromisso de que parlamentares terão acesso a informações — inclusive as sigilosas — para mapear as conexões do banco de Daniel Vorcaro com os Três Poderes

» VANILSON OLIVEIRA
» ALÍCIA BERNARDES

Depois da reunião, ontem, com o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Renan Calheiros (MDB-AL), garantiu que a autoridade monetária vai colaborar com informações para as investigações sobre o Banco Master. Para isso, a CAE utilizará os instrumentos previstos na Lei Complementar 105/01, que trata do sigilo bancário, para obter os dados necessários.

“Requisitaremos todas as informações das investigações que estão sendo feitas sobre o Master, inclusive as sigilosas. Informações que ele (Galípolo) vai disponibilizar e agilizar. Falei que a única coisa que nos ajudará a responder o que a sociedade está cobrando é uma linha do tempo. Vamos saber quem comunicou a quem, quem informou quem e a extensão dos crimes cometidos pelos diretores do Master”, explicou Renan, depois da reunião com o presidente do BC, em que esteve acompanhado dos senadores Izalci (PL-DF) e Fernando Farias (MDB-AL).

Segundo o presidente da CAE, se necessário, a comissão solicitará ao plenário do Senado autorização para quebras de sigilos. Mas garantiu que o espírito é de colaboração. “Galípolo foi muito solícito porque se convenceu de que o papel da comissão é fortalecer o Banco Central, é apoiar a liquidação do Master e investigar para responsabilizar essas pessoas. Nosso propósito

é lançar o tumor, que não pode continuar intacto. Se continuar, vai criar metástase”, afirmou.

Segundo o senador, a comissão pode receber assessoramento técnico do próprio BC. “A sociedade cobra respostas, que devem ser dadas pelo Banco Central, pelo Supremo Tribunal Federal, pela Polícia Federal e pelo Tribunal de Contas (da União)”, observou.

O senador voltou a defender que mudanças legislativas do perímetro regulatório do BC só se deem após o avanço das investigações. Indagado se convidará o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para explicar à comissão supostas reuniões com o dono do Master, Daniel Vorcaro, Renan disse que espera colaboração.

“A imprensa noticiou que levaram três vezes (o ex-dono do Master, Daniel) Vorcaro ao presidente. Na oportunidade dessas visitas, estavam lá o presidente do Banco Central, o ministro da Fazenda (Fernando Haddad), o chefe do Gabinete Civil (Rui Costa), o líder do governo (Jaques Wagner) e o ex-ministro (da Fazenda Guido) Mantega. De todos, só o Mantega tinha legitimidade, porque era empregado do Master”, alfinetou.

Supremo e PF

Outras reuniões relacionadas à investigação estão previstas para os próximos dias. Renan esclareceu que a comissão pretende ampliar o diálogo com o Judiciário e com a Polícia Federal. “Só hoje (ontem), instalamos a comissão do Master e aprovamos um plano de trabalho. Na próxima semana, vamos visitar

Andressa Anholeta/Agência Senado



A única coisa que nos ajudará a responder o que a sociedade está cobrando é uma linha do tempo. Vamos saber quem comunicou a quem, quem informou quem e a extensão dos crimes cometidos pelos diretores do Master. Galípolo foi muito solícito porque se convenceu de que o papel da comissão é fortalecer o Banco Central, é apoiar a liquidação do Master”

Renan Calheiros (MDB-AL), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

o presidente do Supremo (Tribunal Federal), ministro (Edson) Fachin, e também o diretor da PF (Andrei Rodrigues)”, adiantou. O senador já esteve com o presidente do TCU, Vital do Rêgo Filho.

Ele assegurou que a comissão não disputará espaço com uma

eventual comissão parlamentar de inquérito, seja mista ou de uma das duas Casas do Congresso. “Não haverá competição. Assinei requerimentos e defendo a instalação. O trabalho da CAE será complementar”, frisou.

A oposição protocolou, na

terça-feira, o pedido de uma CPMI, mas isso não quer dizer que será instalada pelo presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP). Na Câmara, o presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) indicou que eventuais comissões de inquérito sobre o Master entrarão na

fila devido aos vários requerimentos já apresentados.

Em outra frente, a CPMI do INSS também mira Vorcaro e quer ouvi-lo sobre empréstimos consignados concedidos pelo Master. Ele deverá ser ouvido pelo colegiado depois do Carnaval.

»cb.poder | IZALCI LUCAS | SENADOR (PL-DF) E LÍDER DA OPOSIÇÃO NO CONGRESSO

"O que ocorreu no BRB é absurdo"

» LETÍCIA CORRÊA*

Para o líder da oposição no Congresso, senador Izalci Lucas (PL-DF), as negociações entre o Banco Master e o BRB são “um absurdo”. Em entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Denise Rothenburg, na edição de ontem do CB.Poder — uma parceria do Correio com a TV Brasília —, ele acredita que a comissão criada no Senado para investigar a instituição que pertencia a Daniel Vorcaro, da qual faz parte, chegará aos motivos que levaram o Banco Regional de Brasília a fechar negócio com uma instituição financeira praticamente insolvente — e aos tentáculos que o Master tinha nos Três Poderes e no mercado financeiro. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O que é a comissão que investigará o Master?

Diferentemente de uma CPMI, que é temporária, a CAE é permanente e tem praticamente as mesmas atribuições, com exceção da quebra de sigilo, que deve ser levada ao plenário do Senado. No entanto, podemos solicitar documentos sigilosos e convocar pessoas. É o que acontecerá. O grupo é composto por 11 parlamentares.

Qual será o primeiro passo da

comissão?

Como teremos o poder de requisitar documentos sigilosos, a comissão terá acesso a eles. Chamaremos o presidente do Banco Central (Gabriel Galípolo) e, também, o atual presidente do BRB (Nelson Antônio de Souza). Existem estudos sobre a realidade e precisamos dessas informações. Anteriormente, meu pedido foi negado devido ao sigilo imposto pelo ministro Dias Toffoli (do Supremo Tribunal Federal), mas, agora, a comissão tem o poder de solicitar os documentos do BRB. O que ocorreu no BRB é absurdo: o Banco Master comprou uma carteira de R\$ 6 bilhões de um fundo sem lastro e a vendeu ao BRB por R\$ 12 bilhões. Há casos de terrenos comprados por R\$ 10 mil e vendidos ao BRB por R\$ 120 mil em processos de recuperação. Existem investimentos de R\$ 1,7 bilhão em fundos, cuja responsável era uma atendente de lanchonete. Houve fraude, pois foram aplicados R\$ 16 bilhões sem garantias, apesar de pareceres de auditorias externas.

O senhor mencionou que a comissão pode ter acesso a documentos sigilosos, mas há documentos no Senado sob a guarda do presidente Davi

Ed Alves CB/DA Press



Senador integra o grupo que investigará o Master. Para ele, BC e CVM falharam na fiscalização do banco

Alcolumbre (União-AP) que não podem ser analisados pela CPMI do INSS. A comissão não corre o risco de cair na mesma armadilha?

Uma lei de 2001 dá respaldo para a comissão requerer documentos sigilosos. O ministro Toffoli colocou tudo em sigilo, proibiu a Polícia Federal (PF) de investigar e indicou peritos para responder às perguntas formuladas por seu gabinete. Um ministro do Supremo não tem autonomia para investigar dessa forma ou requisitar documentos que já haviam sido

disponibilizados para a CPMI. Foi nesses documentos que se encontrou o contrato de R\$ 129 milhões da esposa do ministro Alexandre de Moraes. No INSS, temos sérios problemas com os empréstimos consignados. No caso do Master, são 254 mil contratos sem comprovação de autorização dos tomadores de empréstimo. O modo de operação é semelhante ao das fraudes com biometria facial feitas a partir de cópias de identidades.

O caso Master envolve Judiciário, mercado financeiro,

Banco Central e Governo do Distrito Federal. O que mais chama sua atenção?

Primeiro, o mistério de como se investem R\$ 12 bilhões em uma carteira sem garantias usando dinheiro público. Existem muitas coincidências: o governador recebeu o apoio do PP e do União Brasil e houve a menção à “emenda Master” para aumentar o Fundo Garantidor (de Crédito, FGC) de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão. Além disso, houve a reunião na casa de Vorcaro com o ministro Alexandre de Moraes e Paulo Henrique (Costa,

ex-presidente do BRB). Logo após, em março, o governador foi absolvido no processo (da tentativa de golpe) do 8 de Janeiro. O contrato de R\$ 129 milhões não parece uma consultoria normal e precisa de explicação.

O governador Ibaneis Rocha será convocado?

Provavelmente.

Como um banco pequeno como o Master conseguiu operar bilhões em títulos falsos? A falha está na fiscalização ou na legislação?

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e o Banco Central falharam. Percebemos que as fintechs foram usadas para enviar dinheiro para fora do país. Grandes bancos vendiam títulos do Master porque ganhavam comissões de 5%, enquanto o mercado pagava muito menos. O prejuízo do BRB é de, no mínimo, R\$ 5 bilhões. O Master possui um rombo bilionário. Isso impactará o Iprev (Instituto de Previdência dos Servidores do DF).

Os servidores correm risco?

O Iprev tinha uma participação no BRB, que aumentou de 4% para quase 17% no governo (de Rodrigo) Rollemberg. Com a queda das ações e o prejuízo, o fundo será comprometido. Existe um rombo de R\$ 2 bilhões no Iprev, independentemente do caso BRB.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

PODER

Ação contra o governador foi impetrada por PT, Rede, PDT, PCdoB e PV a fim de levantar se ele, de alguma forma, participou das negociações entre o BRB e o Master

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Medida impetrada pelos partidos adversários ao governador deve ser encaminhada à Procuradoria-Geral da República, que avaliará se abre investigação

Oposição no DF recorre ao STJ contra Ibaneis

» ANA MARIA CAMPOS
» MILA FERREIRA
» RAFAELA GONÇALVES



(As representações da oposição) serão remetidas à Procuradoria e, como não tenho nenhum envolvimento, devem ser arquivadas"

Governador Ibaneis Rocha

O Superior Tribunal de Justiça instaurou um procedimento para apurar a participação do governador Ibaneis Rocha (MDB) nas tratativas envolvendo o Banco Regional de Brasília (BRB) e o Banco Master. A medida atende a Notícia de Fato protocolada, na semana passada, por cinco partidos de oposição no DF: PT, Rede, PDT, PCdoB e PV. O caso está sob a relatoria da ministra Isabel Gallotti, que atua na Corte Especial do STJ. O pedido deve ser encaminhado à Procuradoria-Geral da República (PGR) para avaliação sobre possível abertura de investigação relacionada a Ibaneis.

Se houver instauração de inquérito, o STJ deverá acompanhar as medidas, já que este é o foro competente para processar e julgar governadores. "As representações da oposição) serão remetidas à Procuradoria e, como não tenho nenhum envolvimento, devem ser arquivadas", afirmou Ibaneis ao **Correio**.

Na petição, os partidos sustentam que, desde 2024, o BRB passou a manter relações comerciais com o Master, que, posteriormente, foi liquidado por decisão do Banco Central (BC), em novembro de 2025. Inicialmente, a relação comercial era com investimentos do Banco Regional de Brasília em fundos e carteiras administradas pela instituição financeira que era controlada por Daniel Vorcaro. Essas operações, segundo a petição, podem ter provocado um prejuízo ao BRB — que ainda está em apuração.

Alerta do Jurídico

O BRB aprovou a compra de 58% do Master mesmo depois de alerta da própria diretoria jurídica sobre os riscos de liquidez do conglomerado de Vorcaro, emitido quatro dias antes da decisão do conselho e do anúncio da operação ao mercado. O parecer, assinado pelo diretor jurídico do Banco de Brasília, Jacques Veloso de Melo, e datado de 24 de março de 2025, destacava que os indicadores de liquidez eram cruciais e deveriam orientar a análise de risco da operação. Apesar da advertência, o banco optou por seguir com a transação, justificando a decisão como uma estratégia para fortalecer sua presença no setor financeiro.

No parecer, a diretoria jurídica

concluiu que a operação de aquisição não apresentava ilegalidades, desde que suas recomendações fossem rigorosamente observadas. Na mesma semana, em 28 de março de 2025, o Conselho de Administração do BRB aprovou por unanimidade a compra do Master. As negociações, porém, vinham sendo conduzidas há quase três meses.

Em setembro, o BC rejeitou a conclusão da operação. Um dos principais motivos foi o risco de sucessão, já que o BRB teria que assumir total ou parcialmente as operações do Master — desconhecidas até então —, e o banco estatal poderia não dispor de patrimônio suficiente para cobrir esses riscos.

Na data da liquidação, em 18 de novembro, o Master tinha apenas R\$ 22,9 milhões em depósitos junto ao BC, menos de 1% dos R\$ 2,5 bilhões exigidos do conglomerado. Na mesma data, o banco contava com apenas R\$ 4 milhões em caixa, enquanto enfrentava obrigações superiores a R\$ 127 milhões com vencimento naquela semana.

Os números foram mostrados pelo diretor de Fiscalização do BC, Ailton Aquino, em depoimento à delegada federal Janaína Palazzo,

em 30 de dezembro, no Supremo Tribunal Federal (STF) — que foi acompanhado do juiz auxiliar do gabinete do ministro Dias Toffoli, Carlos Vieira Von Adamek. A discrepância evidencia que a instituição não tinha recursos para cumprir seus compromissos e já se encontrava, na prática, insolvente.

À PF, o ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, afirmou que não havia evidências de que as operações com o Master tenham configurado fraude. Na mesma tomada de depoimentos em 30 de dezembro, ele destacou que o banco público identificou uma alteração nos procedimentos documentais e na forma de concessão dos créditos, sem indicar, no entanto, a inexistência dos ativos.

"A gente não tem clareza até hoje que isso foi uma fraude. O que a gente percebeu foi uma mudança de padrão documental e de origem do crédito", afirmou à delegada Janaína Palazzo.

O executivo, que estava à frente do BRB durante a negociação com o Master, foi questionado sobre por que a operação seguiu adiante, mesmo diante de processos em andamento na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) relacionados ao banco de Vorcaro e da crise de reputação enfrentada pela instituição no mercado.

"Passamos a tomar conhecimento disso (dos problemas na CVM) lendo o inquérito. Nem todas aquelas informações são públicas", disse PHC. Ainda assim, parte dos dados sobre os processos na CVM é de acesso público e pode ser consultada diretamente no site da autarquia.

Condução coercitiva de Vorcaro

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, senador Carlos Viana (Podemos-MG), avalia recorrer à condução coercitiva caso o empresário Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, não compareça ao depoimento marcado para 26 de fevereiro. Ele atendeu a um pedido da defesa do ex-banqueiro e adiou o depoimento, que estava marcado para hoje, para depois do Carnaval.

"A CPMI pode determinar trazê-lo sob condução coercitiva. Vai ficar muito pior se no dia 26 não acontecer o que nós acertamos com a defesa, que é mandar a polícia buscá-lo em casa, uma vez que nós já temos até a autorização

do Supremo Tribunal Federal para que ele venha", disse.

Segundo Viana, "é hora de Vorcaro começar a falar. Fui muito firme com a defesa para que ele comece a falar para 254 mil aposentados que tinham os descontos pelo banco dele sem confirmação de origem. Ou seja, o INSS repassava o dinheiro ao Banco Master. Queremos entender do senhor Vorcaro de onde ele conseguiu essa carteira. Essa transferência para o INSS foi republicana ou teve favorecimento político? Nesse período, as pessoas que reclamavam que estavam sendo enganadas, de que maneira foram atendidas? Isso foi colocado para a defesa, que inclusive

mostrou muita boa vontade em trazer o caso eu concordasse com o adiamento".

Sem desvio

Viana ressaltou ainda que o objetivo da CPMI do INSS com o depoimento é restrito aos esclarecimentos sobre os descontos considerados irregulares e que a comissão não pode avançar sobre outros aspectos da atuação do Master. "Adoraria investigar toda a relação do banco com o mercado financeiro, com as instituições ligadas ao governo. Mas eu não posso fazer isso. Meu limite constitucional da CPMI termina nos descontos

irregulares. A nossa relação com Daniel Vorcaro e o Master são os 254 mil contratos que ele tinha em mãos", afirmou.

Na terça-feira, o presidente da CPMI do INSS esteve com o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), para tratar de questões relacionadas ao Master. Viana disse que o ministro assegurou que autorizará o deslocamento de Vorcaro a Brasília para prestar depoimento à comissão.

O senador afirmou que Toffoli se comprometeu a liberar o acesso às quebras de sigilo do banqueiro assim que a Polícia Federal concluir a consolidação dos dados — o que deve ser finalizado em março.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Não é fácil a vida de ex-presidente para Arthur Lira

O deputado Arthur Lira (PP-AL), considerado ainda o parlamentar mais poderoso da Câmara, atrás apenas de Hugo Motta (Republicanos-PB), o atual presidente da Casa, que ungiu ao cargo, começa a viver uma espécie de "inferno astral" semelhante ao de outros antecessores. Para quem já mandou e desmandou na distribuição de emendas parlamentares, é no mínimo constrangedor ser acareado pela Polícia Federal (PF) com o deputado José Rocha (União Brasil-BA), que o acusa de manipular emendas de comissão em benefício próprio.

A acareação pode virar uma enorme dor de cabeça para Lira, por causa da Operação Transparência, que teve como alvo a ex-assessora da Presidência da Câmara Mariangela Fialek, conhecida como Tuca. Na ocasião, agentes da PF cumpriram mandatos de busca e apreensão no antigo gabinete da servidora e em sua residência, recolhendo celulares, computador e anotações. O material apreendido está em análise. Ela foi apontada por Rocha como a responsável operacional pela distribuição de emendas por ordem de Lira.

A vida depois do poder raramente é gentil com ex-presidentes da Câmara. A cadeia concentra prerrogativas decisivas — controle da pauta, mediação entre Executivo e Legislativo, distribuição de cargos e, sobretudo, influência sobre o Orçamento —, mas esse poder se transforma, rapidamente, em retrato na parede. É desse lugar ambíguo que Lira começa a experimentar seu próprio "Efeito Orloff", assim como já aconteceu com alguns de seus antecessores. Dois deles, cujos mandatos sobreviveram até agora, hoje estão na planície e não têm nenhum poder de influência nas decisões da Casa: Aécio Neves (PSDB-MG) e Arlindo Chinaglia (PT-SP).

Outros passaram por situação muito pior, como os ex-deputados Severino Cavalcanti, que renunciou ao cargo por causa do escândalo do "Mensalinho", em 2005, e Eduardo Cunha, que também renunciou ao cargo, em janeiro de 2016, depois de dois meses de afastamento no bojo da Operação Lava-Jato. Mesmo assim, teve o mandato cassado, em 12 de setembro de 2016, pelo plenário da Câmara. Foram 450 votos a favor, 10 contrários e nove abstenções, em virtude de quebra de decoro parlamentar, considerando que o ex-deputado teria mentido à CPI da Petrobras ao negar, durante depoimento em março de 2015, ser titular de contas bancárias na Suíça.

Durante quatro anos, Lira foi o centro de gravidade da política parlamentar. Mandou e desmandou na engenharia das emendas, organizou maiorias, arbitrou conflitos e fez da Presidência da Câmara um contrapoder que rivalizou com o Planalto. Ao ungir Motta para sucedê-lo, tentou prolongar a influência além do mandato. Mas o tempo político tem dinâmica própria. Fora do comando da Casa, o poder se dissipa com rapidez surpreendente.

O constrangimento simbólico da Operação Transparência está na decisão que autoriza a PF a colocar Lira frente a frente com José Rocha, no âmbito da investigação sobre a destinação de emendas do antigo orçamento secreto, a cargo do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino. Para quem sempre defendeu a centralidade do Parlamento na alocação de recursos, a acareação é uma inversão de papéis. A condição de investigado devolve o parlamentar à planície institucional.

O ciclo mudou

Dino recolocou o tema das emendas no centro do debate constitucional. Nesta semana, autorizou os deputados Dr. Flávio (PL-RJ) e Missionário José Olímpio (PL-SP), respectivamente, a redefinir a destinação de recursos apresentados por parlamentares afastados ou sem presença institucional, como os ex-deputados Eduardo Bolsonaro e Alexandre Ramagem, respectivamente, ambos residindo nos Estados Unidos. Os dois perderam seus mandatos: o primeiro, por se ausentar da Casa; o segundo, por ter sido condenado no julgamento da tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. Mesmo assim, suas emendas ao Orçamento haviam sido aprovadas.

É nesse ambiente que o "inferno astral" de Lira ganha densidade política. A investigação aponta a ex-assessora como peça operacional do esquema de desvio de verbas provenientes de emendas do chamado "orçamento secreto" — proibido pelo STF e que era a engrenagem que permitia ao presidente da Câmara funcionar como distribuidor de poder territorial.

A história recente mostra mesmo que o destino dos ex-presidentes da Câmara costuma ser ingrato. A exceção foi Michel Temer, que presidiu a Câmara, foi vice-presidente e assumiu a Presidência com o impeachment de Dilma Rousseff. Lira ainda dispõe de capital político, articulação e mandato. Mas a acareação, as investigações e o novo ambiente institucional indicam que o ciclo mudou.

O "Efeito Orloff", uma expressão popular no Brasil — derivada de um comercial de vodca dos anos 1980 com o slogan "Eu sou você amanhã" —, já foi muito usada por economistas para descrever a tendência de o Brasil repetir, com certo atraso, crises econômicas ou políticas vivenciadas por outros países — tradicionalmente a Argentina —, sugerindo que "o que aconteceu com eles, acontecerá conosco".

A campanha publicitária da vodca Orloff mostrava um homem conversando com sua versão do futuro, bem-disposto por não ter tido ressaca.

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

União e PP longe dos palanques presidenciais

As primeiras reuniões de cúpula dos presidentes do União Brasil, Antonio Rueda, e do PP, Ciro Nogueira, indicam que eles pretendem oficializar um casamento com qualquer candidato ao Planalto. A ordem é focar na eleição de deputados e senadores. Afinal, é o número de deputados que define o valor do fundo partidário destinado a cada agremiação. A federação, segundo cálculos de parlamentares, planeja eleger entre 109 e 120 parlamentares.

A polêmica das salvaguardas

No acordo do Mercosul-União Europeia, parlamentares do agro querem que o Brasil negocie as salvaguardas adotadas pelos europeus, de forma a evitar que a aplicação de gatilhos automáticos, o que pode levar a suspensão dos benefícios tarifários em caso de queda nos preços de 5%. O setor quer que o gatilho seja negociado caso a caso, quando houver algum pedido para que seja aplicado. É isso que vai nortear as discussões da tramitação no Congresso.

Falta atuação

Convidados para participar da solenidade de pacto contra o feminicídio no Palácio do Planalto, alguns parlamentares não compareceram. A senadora Margareth Buzetti (MT), por exemplo, aprovou seu projeto do Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais, que entrou em vigor em novembro de 2024, mas até hoje não viu a implementação. Basta uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o cadastro começar a valer e o Ministério da Justiça tomar a frente dessa implementação.

Quer bancar, que pague

O setor produtivo olha com atenção e cautela a discussão da PEC 6x1, que propõe a redução da jornada dos trabalhadores brasileiros. Os empregadores são favoráveis a conceder direitos, mas querem que o governo arque com os custos. Uma possível saída é a desoneração da folha de pagamento para setores que tiverem a carga horária reduzida. O assunto ainda está incipiente e foi colocado na roda durante almoço na Frente Parlamentar de Comércio e Serviços.

O "raio X" do Master vai tensionar a política

Que ninguém espere complacência do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Renan Calheiros, em relação ao caso Master. Nem tampouco que ele preserve aliados ou adversários. Quem estiver enrolado, que responda por seus atos. Até aqui, Renan tem colocado seu maior adversário na roda. Numa conversa com jornalistas em seu gabinete, o senador foi claro: "Os dirigentes da Câmara do Centro Chantagemaram o ministro do Tribunal de Contas da União (Jhonatan de Jesus). Arthur Lira e Hugo Motta levaram o rapaz a isso (tentar reverter a liquidação do Master. O presidente do TCU evitou e Jhonatan foi para Roraima e não voltou mais".

Vem mais/ Da mesma forma que fala de Arthur Lira, Renan quer que o governo Lula explique as três reuniões palacianas com Daniel Vorcaro. Até aqui, Renan Calheiros não se pronunciou sobre a investigação aberta pelo Superior Tribunal de Justiça em relação ao governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, que é do seu partido, o MDB. Seu plano de trabalho não cita o BRB.



Porém, com os três senadores do Distrito Federal na subcomissão, não faltará quem proponha o chamamento do GDF e do Banco Regional de Brasília (BRB), para prestar esclarecimentos.

CURTIDAS

É para investigar, viu?/ Escaldado com o fato de o senador Izalci Lucas (PL-DF) defender o governo Jair Bolsonaro na CPI da Covid, em 2021, o ex-relator da comissão, senador Renan Calheiros (MDB-AL), virou-se para Izalci e foi direto: "Aqui é para apurar tudo. Não faremos uma investigação com cloroquina".



No Senado colocamos o feminicídio no Código Penal. Não pude ir à solenidade do Planalto porque estava abrindo a investigação contra o Master. Mas a ausência master de Alagoas na solenidade de combate às agressões contra a mulher foi do deputado Arthur Lira".

Do senador Renan Calheiros (MDB-AL), um dos autores da proposta que colocou o feminicídio no Código Penal, ao se referir ao ex-presidente da Câmara e seu ferrenho adversário no estado.

Por falar em Arthur Lira.../ Causou estranheza entre os integrantes do partido Progressistas o fato de o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino ter determinado a acareação do deputado José Rocha (União-BA) apenas com Arthur Lira (PP-AL). Os pepistas dizem que outros deputados fizeram as mesmas afirmações que Lira, e por enquanto ao que eles sabem, não serão obrigados a passar por esse constrangimento.

Casa da Liberdade, mas.../ Sem liberdade de circulação. Na festa que promoveu para marcar a abertura do ano legislativo, a Casa da Liberdade, que reúne empresas e parlamentares que defendem o livre-mercado, os anfitriões mantiveram a parte interna apenas para parlamentares, autoridades e convidados com "pulseiras douradas". E a verde para os demais convidados.

CONGRESSO

PF fará acareação sobre emendas

Ministro Flávio Dino, do STF, determina procedimento para esclarecer contradições no inquérito sobre orçamento secreto

» WAL LIMA

A Polícia Federal foi autorizada a confrontar os depoimentos do ex-presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira (PP-AL) e do deputado José Rocha (União Brasil-BA) no inquérito que apura a destinação de emendas parlamentares no modelo do antigo orçamento secreto. A decisão é do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do caso.

A acareação foi determinada após a identificação de versões divergentes apresentadas pelos parlamentares à PF sobre a indicação de recursos orçamentários. A medida integra a investigação que deu origem à Operação Transparência, deflagrada em dezembro do ano passado.

Será a primeira vez que Arthur Lira prestará depoimento à Polícia Federal no âmbito desse inquérito, que investiga possíveis irregularidades envolvendo as emendas de relator — mecanismo que dificultava a identificação dos autores das indicações e acabou declarado inconstitucional pelo STF.

A Operação Transparência teve como alvo a ex-assessora da Presidência da Câmara Mariângela Fialek, conhecida como Tuca. À época, agentes da PF cumpriram mandados de busca e apreensão no antigo gabinete da servidora e em sua residência, onde foram recolhidos celulares, computador e anotações. O material segue sob análise.

A autorização para a acareação ocorreu após a Advocacia da Câmara dos Deputados apresentar petição ao Supremo questionando os fundamentos das buscas realizadas no Legislativo. Segundo os advogados, a medida teria

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Arthur Lira: declarações de José Rocha não foram confirmadas

se baseado em informações consideradas imprecisas.

De acordo com a manifestação, essas informações teriam sido fornecidas pelo deputado José Rocha, um dos parlamentares ouvidos no inquérito. Nos depoimentos, ele e outros congressistas apontaram Mariângela Fialek como responsável pela operacionalização do chamado orçamento secreto.

A investigação foi instaurada após os depoimentos do senador Cleitinho (Republicanos-MG) e dos deputados Adriana Ventura (Novo-SP), Glauber Braga (PSOL-RJ), José Rocha (União Brasil-BA), Fernando Marangoni (União Brasil-SP) e Dr. Francisco (PT-PI), que relataram à PF um possível esquema de desvio de emendas de comissão envolvendo a ex-assessora.

Na mesma petição encaminhada ao STF, a Advocacia da Câmara

sustentou que José Rocha teria adotado condutas irregulares na indicação de emendas ao longo de 2024, período em que presidia a Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (Cindre). A suposta contradição levou o ministro Flávio Dino a determinar o confronto direto entre os parlamentares para esclarecimentos formais.

Sem notificação

Por meio de nota divulgada à imprensa, a assessoria de Arthur Lira informou que o parlamentar tomou conhecimento da acareação por meio da imprensa. "Cabe destacar que as declarações pessoais e políticas do deputado José Rocha não foram confirmadas por nenhum dos outros três deputados federais já ouvidos, afincado

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Deputado baiano mencionou ex-assessora em esquema de emendas

aquele que figurou como seu vice-presidente na mesma comissão temática, tampouco pelas duas servidoras já ouvidas. Também a Mesa da Câmara dos Deputados, por informações oficiais, que gozam de fé pública, não confirmou as narrativas de José Rocha", pontuou a nota.

Operação Transparência

A Operação Transparência foi deflagrada em dezembro de 2025 após a descoberta de dezenas de planilhas com dados sobre emendas parlamentares em um endereço ligado a Mariângela Fialek.

Conhecida como "braço direito" de Arthur Lira durante a gestão do orçamento secreto, entre 2021 e 2022, a advogada

ganhou notoriedade pela influência que exercia nos bastidores do Parlamento.

Tanto a residência de Tuca quanto o gabinete da Presidência da Câmara foram alvos de buscas autorizadas por Flávio Dino. Durante a operação, os investigadores apreenderam documentos e um computador antigo que continha a maior parte das planilhas com registros de emendas, ainda em análise. Um dos objetivos é verificar se os arquivos correspondem às emendas de relator, conhecidas como orçamento secreto.

Orçamento secreto

Declarado inconstitucional pelo STF em 2022, o orçamento secreto — operacionalizado por meio das emendas de relator (RP9) — ampliou

significativamente a influência do Congresso sobre a alocação de recursos federais. Entre 2020 e 2022, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o mecanismo resultou no empenho de cerca de R\$ 45 bilhões.

Desse total, aproximadamente R\$ 20 bilhões foram executados sem identificação dos parlamentares responsáveis pelas indicações, comprometendo a transparência no uso dos recursos públicos.

A ausência de rastreabilidade dificultava, por exemplo, o trabalho da Polícia Federal, que não conseguia identificar quais deputados direcionaram recursos para obras posteriormente colocadas sob suspeita. Também não era possível mensurar quanto cada parlamentar destinava por meio das RP9.

Segundo a PF, a análise das planilhas apreendidas busca esclarecer se os registros correspondem às indicações feitas por parlamentares e como a distribuição do orçamento era definida, a partir de interesses do então presidente da Câmara, Arthur Lira, e de outras lideranças políticas.

Tuca é investigada sob suspeita de ter exercido o "controle e a organização do chamado orçamento secreto em sua primeira modalidade, por meio das emendas de relator", conforme apontou a PF.

"Trata-se de uma atuação prolongada na gestão desses recursos, iniciada durante a pandemia e coincidente com o mandato de Arthur Lira na presidência da Câmara dos Deputados", afirmou a corporação ao solicitar os mandados de busca.

A Operação Transparência também apura se a ex-assessora manteve influência sobre a gestão do orçamento secreto durante a presidência de Hugo Motta (Republicanos-PB) na Câmara.

JUDICIÁRIO

Ministro acusado de crime sexual

Jovem de 18 anos denunciou Marco Buzzi, do STJ, por tentar agarrá-la em uma praia de Santa Catarina. STF e CNJ também apuram o caso

» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) investigam, simultaneamente, a denúncia de importunação sexual contra o ministro Marco Buzzi. O magistrado, que integra o STJ, foi acusado de tentar agarrar uma jovem de 18 anos em uma praia de Balneário Camboriú (SC). Nos bastidores, os integrantes das duas Cortes superiores se dizem “chocados” com a notícia — e não descartam a possibilidade de aposentar o ministro compulsoriamente ainda neste ano.

No STJ, foram sorteados os ministros Raul Araújo, Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira como membros da comissão encarregada da apuração. A decisão ocorreu após o presidente do tribunal convocar, de última hora, uma sessão somente com os integrantes da Corte. Foi vetada a transmissão on-line e o acesso do público ao local.

“O Pleno do Superior Tribunal de Justiça, reunido em sessão extraordinária, deliberou, por unanimidade, pela instauração de sindicância para a apuração dos fatos atribuídos ao ministro Marco Aurélio Buzzi”, diz o comunicado do STJ.

No Supremo, o processo tem caráter criminal, podendo levar a uma condenação de Marco Buzzi. O relator será o ministro Nunes Marques. No CNJ, a investigação tem natureza administrativa (com a possível aplicação de medidas contra o magistrado, como afastamento das funções). A corregedoria é chefiada pelo ministro Mauro Campbell, que também pertence ao STJ. Buzzi tem foro privilegiado, e as apurações tramitam em sigilo.

A vítima registrou ocorrência na Polícia Civil de São Paulo. A jovem e a família passavam uns dias na casa de praia do ministro, no balneário. Ela relatou que estava no mar quando

Divulgação



Acusado de importunação sexual em uma praia de SC, ministro do STJ Marco Buzzi nega a denúncia, feita por uma jovem de 18 anos

percebeu a aproximação dele, que a agarrou na sequência — ela disse que tentou se desvencilhar ao menos três vezes, mas Buzzi insistiu em forçar o contato. Quando conseguiu se soltar, pediu ajuda aos pais. A moça é filha de um casal de amigos do magistrado. O fato teria ocorrido em 9 de janeiro.

Na noite de ontem, o presidente do STJ convocou uma sessão plenária de última hora com os integrantes do tribunal. Foi vetada a transmissão on-line e o acesso do público ao local. A audiência foi agendada para discutir “assuntos institucionais”, mas a expectativa era discutir a crise gerada pelo caso.

Defesas

Por meio de nota, o magistrado negou a acusação. “O ministro Marco Buzzi informa que foi surpreendido com o teor das insinuações divulgadas por um site, as quais não correspondem aos fatos. Repudia, nesse sentido, toda e qualquer ilação de que tenha cometido ato impróprio”, diz o comunicado.

O CNJ ressaltou que o caso está tramitando no âmbito da Corregedoria Nacional de Justiça, em sigilo, como determina a legislação brasileira. “Tal medida é necessária para preservar a intimidade e a integridade da vítima, além de evitar a exposição

indevida e a revitimização. A Corregedoria colheu nesta manhã depoimentos no âmbito do processo”, afirma.

A defesa da jovem também se manifestou e disse prezar pela privacidade da jovem de 18 anos. “Como advogado da vítima e de sua família, informamos que, neste momento, o mais importante é preservá-los, diante do gravíssimo ato praticado. Aguardamos rigor nas apurações e o respectivo desfecho perante os órgãos competentes”, declarou a banca.

Importunação

Marco Buzzi tomou posse no STJ em 2011, indicado pela então presidente da República Dilma

Rousseff. O magistrado completou 68 anos de idade, ontem, dia em que a acusação veio à tona. Ele foi nomeado para ocupar a vaga deixada pelo ex-ministro Paulo Medina, que teve sua aposentadoria compulsória decretada pelo CNJ por corrupção.

A advogada Michelle Heringer, especialista em gerenciamento e prevenção de assédio e discriminação, ressalta que o caso deve ser enquadrado como importunação. No caso de assédio sexual, é preciso ter uma posição de superioridade hierárquica ou uma ascendência ligada ao exercício de emprego, cargo ou função.

“Se não houver relação de hierarquia ou subordinação, a



Se não houver relação de hierarquia ou subordinação, a conduta pode se enquadrar como uma importunação sexual — que consiste na prática de ato libidinoso, sem o consentimento da outra pessoa, independentemente de vínculo profissional ou institucional”

Michelle Heringer, advogada

conduta pode se enquadrar como uma importunação sexual — que consiste na prática de ato libidinoso, sem o consentimento da outra pessoa, independente de vínculo profissional ou institucional. A pena é mais elevada de 1 a 5 anos de reclusão”, explicou.

Dependendo das circunstâncias apuradas, no entanto, a análise pode ser ampliada. “O eventual uso de prestígio, influência da autoridade institucional, poderia agravar a análise da conduta, especialmente do ponto de vista ético e institucional. Nesse caso, além da responsabilização penal, podem existir consequências administrativas, disciplinares e até institucionais”, diz Michelle Heringer.

STF vota restrições às redes sociais de juizes

» VICTOR CORREIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou, ontem, o julgamento das normas para uso de redes sociais por juizes impostas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Até o momento, o placar está em 5x0 pela manutenção do regimento, que rege a conduta dos magistrados nas plataformas digitais. O CNJ proibiu, por exemplo, manifestações sobre casos em andamento. O julgamento foi suspenso antes do voto do ministro Luiz Fux, que está de licença médica (se recupera de uma pneumonia). Votaram os ministros Alexandre de Moraes, relator do caso; Nunes Marques, Cristiano Zanin; André Mendonça; e a ministra aposentada Rosa Weber, que registrou seu voto antes de deixar a Corte.

Em suas manifestações, ministros rebateram críticas feitas à atuação do STF, e defenderam as restrições já existentes à atuação de juizes. O julgamento ocorre em meio a questionamentos sobre a atuação de ministros no caso do Banco Master, como Moraes e Toffoli, e em meio à discussão para se criar um código de conduta aos integrantes do Supremo, capitaneada pelo presidente da Casa, Edson Fachin.

As regras foram criadas em 2019 pelo CNJ e questionadas em duas ações pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), que defendem que a norma é muito dura e limita a liberdade de expressão dos juizes. Pela normativa, eles são proibidos de publicar manifestações de apoio político, comentar o andamento de casos ou publicar notícias falsas. Também devem manter o decoro, evitar publicações que prejudiquem a imagem do Judiciário

Rosinei Coutinho / STF



O magistrado está impedido de julgar qualquer causa que tenha como advogado seus familiares”

Alexandre de Moraes, ministro do STF

e evitar autopromoção. Em caso de descumprimento, os juizes ficam sujeitos a medidas disciplinares.

Palestras

O julgamento das ações começou em 2022, de forma virtual, mas foi enviado para o plenário físico após pedido de destaque do ministro Nunes Marques. A retomada ocorreu na primeira sessão da Corte após a abertura do Ano Judiciário, na segunda-feira. Em seu voto,

o relator Alexandre de Moraes reafirmou sua posição anterior pela manutenção das regras, e disse que a iniciativa do CNJ apenas estende às redes sociais restrições que já existem ao cargo de juiz. “Não há nenhuma carreira pública com tantas vedações como a magistratura. Já começam com as vedações constitucionais. O magistrado não pode fazer mais nada na vida, só o magistério. No magistério, pode dar aulas, pode dar palestras. E, como o magistrado só pode dar aulas



Na magistratura, nós não somos livres para dar opinião política partidária ou eleitoral. É disso que se trata”

Dias Toffoli, ministro do STF

e só pode dar palestras, passaram a demonizar palestras dadas por magistrados”, afirmou Moraes.

Alvo de questionamentos sobre o contrato que sua esposa, a advogada Viviane Barci de Moraes, firmou com o Banco Master, o ministro criticou o que chamou de “notícias fraudulentas” sobre os privilégios de membros do Judiciário. “O magistrado não pode ter ligação com o processo que julga. Todos os magistrados, inclusive os magistrados desta Suprema Corte,

não julgam nunca nenhum caso que tenham ligação. O magistrado está impedido de julgar qualquer causa que tenha como advogado seus familiares”, frisou.

O escritório chefiado pela esposa de Moraes tinha um contrato de R\$ 129 milhões para atuar na defesa do banco em ações judiciais. O ministro afirma, porém, que a empresa não atuou em casos envolvendo a compra do Banco Master pelo BRB, operação que foi o pivô do escândalo por fraudes

financeiras na instituição. Em outro trecho de seu voto, Moraes também defendeu que juizes podem ser sócios em empresas, desde que não sejam dirigentes.

Sócios sem mando

O ministro Dias Toffoli, que também tem sua atuação no caso Master questionada, concordou. “Vários magistrados são fazendeiros, são donos de empresas. Eles, não exercendo a administração, têm todo o direito aos dividendos”, disse o ministro. Sobre as regras do CNJ para uso de redes sociais, Toffoli também defendeu sua manutenção. Citou em seu voto que muitos magistrados passam a atuar na política e se manifestar após a aposentadoria, mas que isso é proibido no exercício do cargo, e deve valer também nas plataformas.

“Na magistratura, nós não somos livres para dar opinião política partidária ou eleitoral. É disso que se trata”, enfatizou. No caso Master, o ministro foi criticado por ter levado o processo ao Supremo. Também foi questionado por, logo antes, ter feito uma viagem de avião particular ao lado do advogado Augusto de Arruda Botelho, que representa o banco.

As regras do CNJ não se aplicam a ministros do Supremo, apenas a instâncias inferiores. Ainda assim, o julgamento é visto como um precursor do código de conduta que Fachin quer criar para os ministros. A discussão é relatada pela ministra Cármen Lúcia. Dentre os principais pontos em questão estão a obrigatoriedade de divulgar a agenda dos magistrados, limitar a participação em eventos com lobistas e advogados, e limitar também o valor cobrado por palestras. Atualmente, não há unanimidade na Corte sobre a criação do código.



VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Três Poderes unidos contra o feminicídio

Pacto institucional prevê integração de políticas públicas para enfrentar a alarmante média de quatro mulheres mortas por dia

» FERNANDA STRICKLAND

Ricardo Stuckert / PR



Presidente Lula, na assinatura do pacto contra o feminicídio: “Não podemos nos calar, nos omitir, fingir que não temos nada a ver com isso”

Em resposta ao avanço da violência de gênero no Brasil, os Três Poderes da República formalizaram, ontem, o Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio — uma iniciativa considerada inédita por articular, de forma permanente, Executivo, Legislativo e Judiciário no enfrentamento à violência letal contra mulheres e meninas. A cerimônia ocorreu no Salão Nobre do Palácio do Planalto, com a presença de autoridades e chefes dos Poderes.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na solenidade, que o Brasil precisa romper a omissão social diante da violência de gênero e assumir uma postura ativa na defesa das mulheres. Ele destacou a gravidade das estatísticas sobre o problema e que, enquanto as autoridades assinavam o pacto, uma mulher estava sendo agredida naquele momento. “A cada dia, quatro mulheres são vítimas de feminicídio no Brasil. Significa que, a cada seis horas, uma mulher é assassinada pelo simples fato de ser mulher”, declarou.

O presidente citou pesquisa do Senado segundo a qual 27% das mulheres brasileiras disseram ter sofrido algum tipo de violência doméstica ou familiar em 2025. Para Lula, os números revelam um cenário alarmante e exigem a mobilização imediata da sociedade, que não pode ficar calada. “Qualquer sinal de maus-tratos na rua, gritos na vizinhança, abusos e intolerância no ambiente de trabalho — cada gesto de violência é um feminicídio anunciado”, alertou. “Não podemos nos calar. Não podemos mais nos omitir, fingir que não temos nada a ver com isso. Pois nós vamos meter a colher, sim.”

A participação da primeira-dama, Janja da Silva, foi um dos

momentos marcantes da cerimônia. Ela leu o relato de uma vítima de violência doméstica. Em seguida, com a voz embargada, fez um apelo em favor das mulheres. “Nenhuma de nós está segura. O ciclo de violência contra a mulher e o feminicídio viraram regra na nossa sociedade”, criticou Janja. Segundo a primeira-dama, a banalização da brutalidade contra o corpo feminino é “inaceitável”.

Apesar dessa realidade, Janja da Silva assegurou que ninguém vai desistir da luta contra a violência de gênero. “Estamos cansadas e exaustas, mas não estamos desistindo e jamais desistiremos

da vida de nenhuma de nós”, afirmou, ao pedir o engajamento dos homens na luta contra a violência de gênero.

Além dos discursos, a cerimônia no Palácio do Planalto teve uma apresentação da cantora Larissa Luz. Ela interpretou Maria da Vila Matilde, de Elza Soares.

Ação integrada

O pacto parte do entendimento de que a violência contra a mulher é reflexo de uma crise estrutural, que exige respostas integradas e contínuas. Entre os principais objetivos do acordo estão a aceleração do cumprimento de

medidas protetivas, o fortalecimento das redes de proteção, a ampliação de políticas educativas e a responsabilização mais rápida de agressores, com foco na redução da impunidade.

Dados do sistema de Justiça reforçam a urgência do tema. Em 2025, foram julgados, em média, 42 casos de feminicídio por dia — em um total de 15.453 processos, alta de 17% em relação ao ano anterior. No mesmo período, a Justiça concedeu 621.202 medidas protetivas — cerca de 70 por hora —, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Ligue 180, por sua vez, registrou média de 425 denúncias diárias.

O pacto também prevê

mudanças institucionais, incluindo a promoção da igualdade de gênero, o enfrentamento ao machismo estrutural e a criação de respostas para novas formas de violência, como ataques e perseguições no ambiente digital.

Para garantir a execução das medidas, será criado o Comitê Interinstitucional de Gestão, coordenado pela Presidência da República e formado por representantes dos Três Poderes, além dos Ministérios Públicos e Defensorias Públicas. Pelo Executivo, participam a Casa Civil, a Secretaria de Relações Institucionais e os ministérios das Mulheres e da Justiça e Segurança Pública.

Leis mais duras

O presidente da Câmara, Hugo Motta, defendeu respostas mais firmes do Estado e o endurecimento da legislação. “Eu não tenho dúvidas de que, dentro do Congresso Nacional, estaremos prontos para agir juntamente com o Poder Judiciário nas respostas que não podem mais esperar. As entregas estão atrasadas, porque a nossa sociedade não admite mais viver com números que chegam a nos envergonhar”, afirmou.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que a iniciativa — atribuída à primeira-dama Janja da Silva — envia um “sinal claro” de união das instituições em defesa da vida das brasileiras. “É uma declaração de responsabilidade do Estado brasileiro. Reafirmamos que o enfrentamento ao feminicídio é uma responsabilidade compartilhada por todos os Poderes da República. Coibir todas as formas de violência contra a mulher é um dever permanente do Estado brasileiro”, ressaltou.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, reforçou a responsabilidade do Estado na garantia da segurança das mulheres. “Os números chocam. São mulheres e meninas, cidadãs mortas por sua condição de gênero. Não podemos normalizar esse estado de coisas. O feminicídio é uma violação de direitos humanos que precisa ser punida e irradiada pela sociedade”, afirmou.

Para o magistrado, a resposta deve ir além da legislação. “É preciso prevenir, responsabilizar e proteger. A mudança na lei deve estar acompanhada de uma mudança de mentes e corações — no Estado, na sociedade e, o mais importante ainda, nas famílias. Essas mudanças começam quando começamos a agir”, declarou.

SANTA CATARINA

Moletom e boné ajudaram a polícia a elucidar caso do cão Orelha

» POR CAETANO YAMAMOTO*

Concluído o inquérito sobre a morte do cão Orelha e dos maus-tratos ao cachorro Caramelo, em Florianópolis, a força-tarefa da Polícia Civil de Santa Catarina apontou como responsável do primeiro caso um adolescente, para o qual foi pedida a internação, além do indiciamento de três adultos por coação de testemunhas. O jovem foi apreendido quando retornou de um passeio de férias aos Estados Unidos. No caso Caramelo, são quatro os adolescentes envolvidos.

A internação provisória de adolescente é uma medida cautelar excepcional, prevista nos artigos 108 e 174 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que restringe a liberdade antes da sentença definitiva, limitada ao máximo de 45 dias.

A defesa do adolescente declarou, por meio de nota, que “informações que vieram a público dizem respeito a elementos meramente circunstanciais, que não constituem prova e não autorizam conclusões definitivas”.

Investigação

O cão comunitário Orelha, de 10 anos, foi atacado na

madrugada de 4 de janeiro, por volta de 5h30, na Praia Brava, na capital catarinense. Laudos da Polícia Científica apontam que o cachorro sofreu uma pancada contundente na cabeça, que pode ter sido provocada por um chute ou objeto rígido, como um pedaço de madeira ou uma garrafa. De acordo com a investigação, imagens mostram que o suspeito saiu do condomínio em que mora às 5h25 da manhã e retornou 33 minutos depois, acompanhado de uma amiga. Nesse intervalo, aconteceu a agressão ao animal.

Segundo o delegado Renan Balbino, o jovem não sabia que a polícia tinha essas imagens e, por isso, caiu em diversas contradições. Após o crime, o menor viajou para a Flórida (EUA) e, na volta, parentes tentaram esconder alguns pertences dele, como um boné cor-de-rosa e um moletom, identificados nas imagens como sendo a vestimenta do adolescente.

Para o advogado criminalista Maurício Eduardo Mayr, a família, ao tentar ocultar os objetos, pode responder por favorecimento pessoal, com pena de até seis meses ou multa, e fraude processual, com detenção

Divulgação/redes sociais



Imagens de câmeras de segurança mostram o adolescente com uma amiga: trajas ajudaram na identificação

de três meses a dois anos.

Para chegar ao autor do crime, a Polícia Civil analisou mais de mil horas de gravações de 14 câmeras de segurança do

bairro. Testemunhas foram ouvidas — e contradisseram o depoimento do suspeito — e dados de telefones celulares foram extraídos.

Caso Caramelo

Diferentemente do caso do cão Orelha, há imagens de vídeo mostrando um grupo de adolescentes

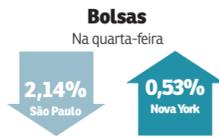
levando o cão comunitário Caramelo para o mar e, posteriormente, jogando o animal no terreno de um condomínio. O grupo é diferente do que atacou Orelha.

O professor de direito penal Amaury Andrade explica que, no ECA, os juvenis que cometem infrações são responsabilizados por atos infracionais, e a lei prevê um espectro de medidas socioeducativas que variam conforme a gravidade do fato, a personalidade do adolescente, seu histórico e a necessidade de proteção social. “No caso específico de adolescentes que jogaram um cachorro no mar, ainda que seja uma conduta de maus-tratos condenável moral e socialmente, essa conduta não necessariamente implicará, de imediato, uma internação. Dependendo da análise do juiz competente, levando em conta a gravidade concreta do fato, a culpabilidade, os antecedentes e a periculosidade do agente, é mais provável que sejam aplicadas medidas socioeducativas mais leves, tais como advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade ou liberdade assistida, em vez da internação”, explicou.

*Estagiário sob a supervisão de Vinícius Doria



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 5 de fevereiro de 2026



Salário mínimo

R\$ 1.621

Últimos	Valores
29/janeiro	5,193
30/janeiro	5,247
2/fevereiro	5,257
3/fevereiro	5,250



Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Agosto/2025	-0,11
Setembro/2025	0,48
Outubro/2025	0,09
Novembro/2025	0,18
Dezembro/2025	0,33

CONTAS PÚBLICAS

“A gente precisa dar exemplo”, diz relator

Para Pedro Paulo, a proposta que incorpora “penduricalhos” está na contramão da Reforma Administrativa, em debate na Casa

» WAL LIMA

A aprovação de dispositivos que permitem remunerações acima do teto constitucional no serviço público reacendeu um embate no Congresso Nacional e expôs contradições entre o discurso de austeridade fiscal e a prática legislativa. A polêmica ganhou força após a votação de projetos que criam ou ampliam mecanismos indenizatórios — os chamados “penduricalhos” — capazes de elevar salários no Legislativo para patamares superiores ao limite previsto na Constituição, hoje fixado no subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal, em torno de R\$ 46 mil.

Relator da Reforma Administrativa, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) foi um dos parlamentares que votaram contra a proposta e fez críticas contundentes ao texto aprovado. Em entrevista exclusiva ao **Correio**, o deputado classificou a medida como eleitoreira e incompatível com a modernização do Estado.

Segundo Pedro Paulo, o mecanismo aprovado rompe, na prática, o teto constitucional ao institucionalizar um dos penduricalhos mais combatidos na agenda da reforma administrativa: a licença compensatória. “Isso fura o teto. Fura o teto com um penduricalho que é, talvez, um dos mais atrasados que a gente mais tem combatido na reforma administrativa, que é essa licença compensatória, que, na verdade, vira uma escala três por um, sem qualquer vinculação com mérito”, disse o relator.

“É um penduricalho imoral, um dos piores, um dos menos justificados”, completou. Na avaliação do deputado, a aprovação do benefício amplia desigualdades internas no serviço público, distorce a política remuneratória e esvazia o sentido da reforma administrativa, que segue travada na Câmara.

Efeito cascata

Pedro Paulo também alertou para o chamado “efeito cascata” da decisão, com impactos que vão além do Legislativo. “Começa com

a lógica de que o Senado criou, o TCU fez, agora a Câmara faz. Amanhã é o Judiciário dizendo que também quer. É a corrida para cada um garantir o seu penduricalho”, afirmou. Para ele, o Congresso deveria atuar no sentido oposto. “A gente devia estar dando bom exemplo, não mau exemplo. Compartilhar e contagiar com bom exemplo, não com o mau.”

O debate sobre superalários também gerou reações dentro da base governista. O novo líder do PT na Câmara, o deputado Pedro Uczai (PT-SC) defendeu publicamente o fim dos penduricalhos e afirmou ser pessoalmente contra qualquer tipo de pagamento acima do teto constitucional. Para ele, a existência de superalários aprofunda desigualdades e revela a dificuldade de enfrentar o tema de forma transparente.

“Eu, pessoalmente, sou contra qualquer extrateto. Quando você permite isso, você aumenta a desigualdade na área pública e também na relação com o setor privado”, afirmou Uczai. Segundo o petista, o problema central não é o valor do teto, mas os mecanismos criados para burlá-lo. “O problema não é o teto. O problema são os penduricalhos que vamos criando para substituir um teto que aparentemente se tornou insustentável.”

Uczai defendeu que o debate seja feito de maneira aberta, inclusive com a possibilidade de revisão do valor do teto constitucional. “Se a sociedade entender que o teto deve ser maior, que isso seja debatido democraticamente. O que não dá é fingir que o teto existe e criar mecanismos para burlá-lo”, criticou.

O líder do PT comentou, ainda, a aprovação do reajuste médio de 8% para os servidores da Câmara e do Senado, pauta que gerou controvérsia após a inclusão de dispositivos que podem permitir que ao menos 70 servidores ultrapassem o teto. Segundo ele, a bancada petista apoiou o reajuste por recompor perdas inflacionárias, mas impôs limites à ampliação dos benefícios. “Quando tentaram estender essa possibilidade para mais 200 cargos, eu, como líder da bancada,

Kayo Magalhaes



A votação dos projetos que elevam os salários do Legislativo para além do teto constitucional foi marcada por intensos debates



Isso fura o teto. Fura o teto com um penduricalho que é, talvez, um dos mais atrasados que a gente mais tem combatido na Reforma Administrativa, que é essa licença compensatória”

Pedro Paulo, relator da Reforma Administrativa na Câmara

não assinei o acordo. Sem a assinatura da liderança do PT, isso não prosperou”, afirmou.

Na oposição, o deputado Kim Kataguirí (União-SP) também criticou duramente a aprovação dos reajustes e a criação de mecanismos que permitam pagamentos acima do teto. Em declaração exclusiva ao **Correio**, o parlamentar afirmou que a medida contraria o discurso de responsabilidade fiscal adotado pelo próprio Congresso. “É um absurdo o Congresso aprovar aumento e criar novos penduricalhos enquanto o país discute corte de gastos, déficit fiscal e falta de recursos para áreas essenciais”, disse.

Kataguirí destacou que é autor da PEC Antiprivilegio, que reuniu as assinaturas necessárias para iniciar a tramitação na Câmara e busca acabar com os superalários em todos os Poderes. “Não faz o menor sentido usar o dinheiro

de quem paga imposto para deixar ainda mais rico o 1% da elite do funcionalismo público. O Estado existe para servir a população, não para sustentar castas privilegiadas”, afirmou.

O **Correio** também conversou com o líder da bancada do partido Novo, deputado Marcel van Hattem (RS), que esclareceu que a legenda foi a única que contou com 100% dos seus integrantes contra a proposta dos superalários no legislativo e disse acreditar que a medida só pode ser derrubada durante as eleições.

“Aqui na Câmara o Novo teria que ser um partido com número suficiente, inclusive, para pedir verificação nominal, para poder fazer estratégias de obstrução no plenário e derrubar a pauta, mas como não conseguimos hoje por conta do nosso tamanho. Então, nossa grande esperança é nessas eleições, com a repercussão, inclusive,

dessa votação”, pontuou o parlamentar destacando que o objetivo também é eleger mais parlamentares comprometidos contra o fim deste desperdício de dinheiro público, vindo de superalários e modernização da máquina pública.

Também integrante da legenda, a deputada Adriana Ventura (Novo-SP) classificou a votação como um “retrocesso para o país” e afirmou que o Brasil deveria estar discutindo exclusivamente a reforma administrativa. “Tudo que aumenta privilégio, penduricalho e autoriza furar o teto constitucional é um retrocesso”, disse. Ela também criticou a falta de debate prévio sobre a matéria e afirmou que parlamentares chegaram a ser impedidos de orientar a votação.

No fim de 2024, a deputada também apresentou o PL 5037/2024, que busca proibir superalários, limitando as remunerações ao teto constitucional.

Novas carreiras impactam gastos em R\$ 5,3 bi

» PEDRO JOSÉ

Além da elevação dos salários no Legislativo, a Câmara dos Deputados aprovou, na última terça-feira, o Projeto de Lei nº 5.874/2025, que cria cargos nas instituições federais de ensino, autoriza carreiras transversais no Executivo e reestrutura planos remuneratórios de diversas áreas do serviço público. O impacto orçamentário estimado é de até R\$ 5,3 bilhões em 2026, segundo dados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Desse total, R\$ 1,08 bilhão corresponde ao texto original do PL 5.874, que prevê a criação de cerca de 16 mil cargos nas instituições federais de ensino e outros 1,5 mil no MGI. Os R\$ 4,2 bilhões restantes referem-se ao PL nº 6.170/2025, apensado à proposta, que trata de remunerações,

gratificações e reestruturação de carreiras no Executivo federal.

Entre os cargos previstos para a área da educação, pouco mais de 9,5 mil são destinados a professores do ensino básico, técnico e tecnológico, além de 2,4 mil vagas para analistas em educação e 4,2 mil para técnicos em educação. O objetivo é viabilizar a estruturação de novos câmpus vinculados aos Institutos Federais, especialmente em regiões que ainda não contam com oferta de ensino superior público.

O projeto também incorpora outras propostas em tramitação no Congresso, como o PL nº 5.893/2025, que cria o Plano Especial de Cargos do Ministério da Educação; o PL nº 6.170/2025, que trata da criação e reestruturação de carreiras como Analista Técnico do Poder Executivo, Receita Federal e Auditoria Fiscal do Trabalho; e o

PL nº 1/2026, que institui o Instituto Federal do Sertão Paraibano.

O advogado especialista em concursos públicos Max Kolbe afirma que as mudanças aprovadas nas carreiras de Estado não geram, por si só, a obrigação de realização imediata de novos concursos. Segundo ele, a exigência constitucional de concurso público se aplica ao provimento de cargos efetivos vagos.

Assim, reestruturações internas, reenquadramentos ou mudanças de nomenclatura não impõem automaticamente a abertura de certames. A necessidade de concurso surge, de acordo com Kolbe, quando há criação de novos cargos ou vacância relevante que comprometa a prestação do serviço público.

De acordo com o advogado, as restrições fiscais atuais podem impedir a abertura de concursos mesmo com cargos legalmente criados.

Ele aponta que a Constituição veda o aumento de despesas com pessoal sem previsão orçamentária e compatibilidade com os limites fiscais. Nesse cenário, afirma, “a lei pode criar milhares de cargos, mas a realidade fiscal pode impedir que qualquer um deles seja provido”, reforçando que a abertura de concursos depende mais da situação fiscal do Estado do que da existência formal do cargo.

Segundo o MGI, embora os valores estejam previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, a execução não deve ocorrer integralmente no primeiro ano, já que depende da implantação efetiva dos novos institutos federais e da realização ou conclusão dos concursos públicos para provimento dos cargos.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Entre as propostas, está a criação de cargos nas instituições de ensino

MERCOSUL-UE

Congresso quer apressar acordo

No Senado, será criado grupo de trabalho para implementar o tratado. Antes, o documento passará pelo Parlasul e Câmara

» RAPHAEL PATI

A Câmara dos Deputados e o Senado trabalham para dar celeridade ao longo percurso que o acordo de livre-comércio entre Mercosul e União Europeia terá que percorrer no Parlamento para passar a valer de fato. Assinado no dia 17 de janeiro, após mais de duas décadas de debate entre os países-membros dos dois blocos, o documento chegou na última terça-feira ao Parlamento brasileiro.

Ontem, o presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado Federal, Nelsinho Trad (PSD-MS), anunciou que vai criar um Grupo de Trabalho para discutir a implementação do acordo e acelerar o processo de tramitação.

Antes de ir de fato para o Congresso, o Parlamento do Mercosul, também chamado de 'Parlasul', deve aprovar o relatório à proposta do acordo entre os dois blocos. O deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP), presidente da Representação Brasileira no Parlasul, quer convocar para o próximo dia 10 uma reunião da comissão para analisar o texto, que será relatado por ele mesmo.

Se o texto for aprovado no parlamento do bloco, deve seguir imediatamente para a Câmara dos Deputados, onde o presidente da Casa, Hugo Motta, já adiantou que quer votar o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que trata sobre o tema na semana seguinte ao feriado de carnaval. Na Câmara, o texto também passa pela mesma comissão na Casa, antes de ir para o plenário.

Após passar pela Câmara, o projeto do acordo vai para o Senado que, na expectativa do presidente da CRE deve ocorrer até o final de fevereiro ou na primeira semana de março. "O presidente do Senado também quer oferecer celeridade nessa tramitação, até porque esse acordo não pode ser emendado por nenhum parlamentar, como qualquer projeto de lei. Ou você vota sim, ou você vota não, o que facilita ao menos o

Saulo Cruz/Agência Senado



Na reunião da CRE, o senador Nelsinho Trad (PSD-MS) afirmou que o grupo de trabalho vai ser um canal de comunicação sobre o acordo

encaminhamento da votação", disse o parlamentar.

Após passar pelo Senado, o texto retorna ao Palácio do Planalto, onde será internalizado pelo Executivo. A ideia do grupo de trabalho é discutir soluções para a implementação do acordo após a aprovação no Legislativo. De acordo com o presidente da CRE, o governo federal também deve participar ativamente das discussões, com a presença de membros de ministérios como da Agricultura e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Canal

"O grupo de trabalho vai ficar totalmente focado e voltado para

os desdobramentos da implantação do acordo de livre-comércio. A gente quer criar um canal — e esse grupo de trabalho — aberto à sociedade para se determinado setor se sentir prejudicado, tiver alguma dúvida, precisar fazer algum ajuste, que acione esse grupo de trabalho", disse Trad, em entrevista coletiva.

O senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), que também faz parte da comissão, afirmou que o grande tema a ser discutido é a questão ambiental, que segundo ele impacta tanto o setor do agro quanto o da indústria. "A Europa tem uma série de leis ambientais em relação ao processo industrial deles, que são diferentes das nossas, nós aqui temos um

marco regulatório do meio ambiente, uma lei que é muito mais draconiana que a Europa utiliza. Então aí que vai estar o ponto de discussão e que a gente já está vendo isso ser discutido lá dentro dos países europeus", destacou.

Já a senadora Tereza Cristina (PP-MS), vice-presidente da CRE, acredita que o grande desafio está relacionado às salvaguardas impostas pela União Europeia ao acordo. Os agricultores brasileiros temem que o número de restrições possa neutralizar os impactos positivos do tratado de livre-comércio entre os dois blocos. "Mas nós já temos uma lei. A Lei da Reciprocidade, que passou por ampla maioria nesse Congresso, tanto na Câmara

quanto no Senado, foi sancionada pelo presidente da República, agora é regulamentar essa lei para que a gente tenha a mesma proteção que eles querem ter lá, que a gente tenha também aqui", lembrou a parlamentar.

Oportunidade

Para o analista da Ouro Preto Investimentos, Sidney Lima, o acordo representa um sinal institucional relevante para a imagem do Brasil no exterior, que tende a ser incorporado gradualmente aos preços dos ativos no país. "A maior integração comercial com a União Europeia contribui para reduzir incertezas externas, melhorar a percepção de risco e, ao longo do tempo,

O presidente do Senado também quer oferecer celeridade nessa tramitação, até porque esse acordo não pode ser emendado por nenhum parlamentar, como qualquer projeto de lei. Ou você vota sim, ou você vota não, o que facilita ao menos o encaminhamento da votação"

Nelsinho Trad, presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado Federal

favorecer a compressão do prêmio exigido tanto em renda variável quanto em crédito privado", destaca o especialista.

Para o diretor da Bossa Invest, Antonio Patrus, o acordo Mercosul-União Europeia reforça uma agenda de longo prazo mais favorável ao empreendedorismo e à internacionalização das empresas brasileiras. "Esse movimento também amplia o espaço para o crédito privado complementar o venture capital, financiando fases de expansão, adaptação regulatória e ganho de escala", destaca o executivo, que acredita que o acordo contribui para um ecossistema mais robusto das empresas brasileiras.

MERCADO FINANCEIRO

Fundos investiram R\$ 1,7 trilhão em ações em 2025

Os investimentos de instituições na B3 em 2025 foram de R\$ 1,7 trilhão no mercado à vista, sendo R\$ 997,4 milhões somente em ações. Na comparação entre dezembro de 2024 e dezembro de 2025, o volume negociado no mercado à vista registrou crescimento de 15%. No segmento de ações, o avanço foi de 25% no mesmo período.

O aumento reflete o bom momento do mercado de investimentos do país, com a bolsa atingindo a marca de 186 mil pontos, e foi obtido a partir da plataforma Datawise+, operada pela própria B3 e pela empresa Neoway.

Investidores institucionais na bolsa (B3) são entidades jurídicas que gerenciam grandes volumes de capital de terceiros, como fundos de pensão, seguradoras, bancos e fundos de investimento, e o mercado à vista inclui investimentos em fundos, como os fundos imobiliários (FIIs).

As ações mais visadas por esse tipo de investidor, em 2025, foram as de empresas de energia, bancos e mineração. Entre as dez com maior volume de aportes as ações da Vale (VALE3) atraíram R\$ 86 bilhões. As empresas de energia atraíram R\$ 130,4 bilhões, sendo R\$ 67,9 bilhões na Petrobras (PETR4), R\$ 21,8 bilhões na Prio (PRIO3), R\$ 20,7 bilhões na Axia Energia (AXIA3) e R\$ 20 bilhões na Equatorial Energia (EQTL3).

Entre os bancos, o total foi de R\$ 114,5 bilhões, com o Itaú Unibanco (ITUB4) atraindo R\$ 45 bilhões, o Banco do Brasil (BBAS3) R\$ 37,8 bilhões e o Bradesco (BBD4) R\$ 31,7 bilhões. Fechando a lista de dez ações com maior volume de investimentos, o fundo B3 (B3SA3) recebeu aportes de R\$

22 bilhões e a Localiza (RENT3) atraiu R\$ 20,8 bilhões.

Dia de queda

Ontem, um dia após bater recorde, a bolsa brasileira passou por forte correção e caiu pouco mais de 2%, puxada por ações de bancos. O dólar fechou estável, apesar da pressão internacional.

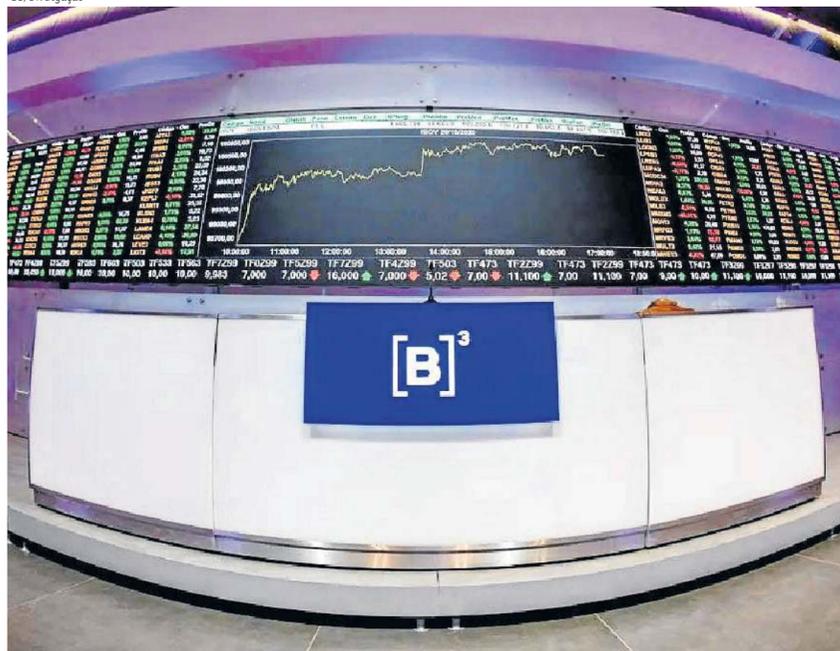
O índice Ibovespa, da B3, encerrou a quarta-feira aos 181.708 pontos, com recuo de 2,14%. O indicador foi influenciado tanto pela queda nas bolsas dos Estados Unidos como pela realização de lucros, quando investidores vendem papéis para embolsar ganhos dos recortes recentes.

O mercado de câmbio teve um dia mais tranquilo. O dólar comercial fechou o pregão vendido estável, a R\$ 5,25, o mesmo valor da terça-feira. A cotação chegou a cair para R\$ 5,21 pouco antes das 11h, mas voltou à zona de estabilidade durante a tarde. Em 2026, a moeda estadunidense cai 4,38%.

Em relação ao dólar, a valorização das commodities (bens primários com cotação internacional) fez várias moedas de países emergentes resistirem à pressão externa. A cotação do barril de petróleo do tipo Brent subiu pouco mais de 3% após impasses nas negociações entre Estados Unidos e Irã.

A bolsa de valores acompanhou a queda das bolsas estadunidenses, em meio a temores de um estouro de bolha em empresas de inteligência artificial. Além disso, a queda menor que o previsto na atividade do setor de serviços nos Estados Unidos diminuiu as chances de o Federal Reserve (Banco Central estadunidense) cortar os juros na próxima reunião, em março. (Agência Brasil)

B3/Divulgação



Segundo a Datawise+, o apetite pela B3 reflete o bom momento do mercado de investimentos do país

Fluxo cambial soma US\$ 5 bi em janeiro

O Brasil registrou fluxo cambial positivo de US\$ 5,086 bilhões em janeiro, segundo dados preliminares divulgados nesta quarta-feira, 4, pelo Banco Central (BC). Em dezembro de 2025, houve saída líquida de US\$ 12,191 bilhões.

O canal financeiro registrou entrada líquida de US\$ 6,222 bilhões. Isso é o resultado de compras no valor de US\$ 64,854 bilhões e vendas no total de US\$ 58,632 bilhões.

O segmento reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações.

No comércio exterior, o saldo do mês foi negativo em US\$ 1,136 bilhão, com importações de US\$ 20,751 bilhões e exportações de US\$ 19,615 bilhões. Nas exportações, estão incluídos US\$ 2,351 bilhões em Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), US\$ 3,696

bilhões em Pagamento Antecipado (PA) e US\$ 13,567 bilhões em outras entradas.

O Brasil registrou fluxo cambial positivo de US\$ 4,180 bilhões na semana passada. Entre os dias 26 e 30 de janeiro, o canal financeiro apresentou entradas líquidas de US\$ 2,719 bilhões. O valor é o resultado de compras de US\$ 18,870 bilhões e vendas no total de US\$ 16,151 bilhões.

No comércio exterior, o saldo da semana passada foi positivo em US\$ 1,461 bilhão, com importações de US\$ 5,297 bilhões e exportações de US\$ 6,758 bilhões. Nas exportações, estão incluídos US\$ 838 milhões em Adiantamento de Contrato de Câmbio, US\$ 1,221 bilhão em Pagamento Antecipado e US\$ 4,699 bilhões em outras entradas.

R\$ 130,4 BILHÕES

Foi quanto os investidores institucionais aplicaram em empresas de energia

R\$ 114,5 BILHÕES

Foi quanto os investidores institucionais aplicaram em ações de bancos



AMÉRICA LATINA

Cartel suspende diálogo de paz

No dia seguinte à reunião entre Donald Trump e Gustavo Petro, o Clã do Golfo, principal organização narcotraficante da Colômbia, anuncia o rompimento das negociações. O chefe do grupo foi apontado como alvo prioritário pelos dois presidentes

A aproximação ensaiada entre o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o colega da Colômbia, Gustavo Petro, que prevê ações conjuntas de combate ao narcotráfico, minou o diálogo de paz entre o governo de esquerda e o Clã do Golfo, principal cartel do país sul-americano. Em rejeição aos acordos com Washington, a organização criminosa decidiu suspender as negociações.

Responsável pelo maior volume de exportação de cocaína a partir da Colômbia, o Clã do Golfo protestou depois que os presidentes priorizaram ações militares e de inteligência contra seu chefe, Chiquito Malo, durante o encontro de terça-feira na Casa Branca.

À margem dos diálogos de paz em Doha, no Catar, Petro expressou a Trump a necessidade de atacar o líder do cartel, segundo informou o ministro colombiano da Defesa, Pedro Sánchez. Essa nova estratégia muda o rumo das relações entre Colômbia e Estados Unidos, que haviam sido afetadas pelos constantes embates nas redes entre os dois governantes.

"Isso seria um atentado contra a boa-fé e os compromissos assumidos" reagiu a organização narcotraficante na rede social X. "O presidente Petro colocou seus interesses pessoais acima do bem maior, que é a paz nos territórios", acrescentou.

Integrantes do governo Petro confirmaram à agência de notícias France Presse (AFP) que a conta que publicou a postagem pertence à organização de origem paramilitar, que se autodenomina Exército Gaitanista da Colômbia.

Antes da reunião com Trump, o presidente de esquerda da Colômbia vinha sendo pressionado por sua suposta falta de firmeza contra as máfias, que, inclusive, o levou a ser alvo de sanções por parte de Washington.

Conversas

O governo Petro e o Clã do Golfo anunciaram, em setembro do ano passado, o início de conversas no Catar com vistas a um desarmamento em troca de benefícios legais. Na época, o presidente de esquerda enfrentou fortes críticas por sua política de negociar a paz com os principais grupos armados do país, que teriam

Colombian Presidency / AFP



O chefe da Casa Branca (D) cumprimenta o líder colombiano no encontro em que acertaram ações conjuntas contra o crime organizado

se fortalecido durante seu mandato. No caso do Clã do Golfo, o próprio governo reconhece que o grupo aumentou em número de integrantes.

Além de Chiquito Malo, Bogotá apontou a Washington Iván Mordisco, líder da principal dissidência das Farc que não abandonou as armas após o acordo de paz de 2016. Outro nome citado foi o de Pablito, um dirigente da guerrilha do ELN que atua na fronteira com a Venezuela.

"Não são alvos novos para a Colômbia em si, mas são alvos novos para uma ação conjunta entre a Colômbia e os Estados Unidos", declarou Pedro Sánchez à Caracol Radio.

Chiquito Malo assumiu a liderança do Clã do Golfo após a captura, em outubro de 2021, de Otoniel, extraditado para os Estados Unidos. Apontado como o segundo na hierarquia do grupo, José Gonzalo Sánchez Sánchez, conhecido como Gonzalito, morreu afogado em um rio do departamento caribenho de Córdoba, no último fim de semana.

Em janeiro, o comandante do



Ivan Mordisco, líder da principal dissidência das Farc, está na mira

ELN, Antonio García, disse à AFP que estava disposto a se unir a Iván Mordisco para enfrentar Washington.

Venezuela

Na entrevista a Caracol Radio, o ministro colombiano da Defesa

acrescentou que a Venezuela será convidada a se juntar à nova campanha de enfrentamento ao narcotráfico. Isso porque alguns chefes de organizações colombianas atravessam a fronteira em busca de refúgio no país vizinho. Organizações denunciam que,

durante o governo de Nicolás Maduro, preso em 3 de janeiro pelos Estados Unidos, grupos colombianos do tráfico de drogas atuavam na Venezuela sob a proteção de um sistema corrupto e em suposta aliança com as forças militares venezuelanas.

"Essa (nova) ofensiva significa interagir com maiores capacidades em termos de inteligência, mas aplicando a força em cada território segundo a soberania das próprias nações".

Sánchez enfatizou que, no caso da Colômbia, os Estados Unidos colaborariam em tarefas de inteligência, mas "a aplicação da força será feita" pelas forças do país.

Considerados rivais ferrenhos, Petro e Trump tiveram um encontro cordial na Casa Branca — o primeiro e possivelmente o único entre eles, uma vez que a Colômbia elegerá um novo presidente este ano. O chefe da Casa Branca chegou a fazer uma dedicatória em um livro ao seu homólogo, a quem descreveu como uma pessoa "genial". Petro destacou sua franqueza.

Direitos violados

Em seu relatório anual, divulgado ontem, a ONG Human Rights Watch (HRW) denunciou "a execução extrajudicial de 120 latino-americanos" no Caribe por ataques dos Estados Unidos. No documento, a organização sustentou que o retorno de Donald Trump à Casa Branca incentivou vários governos da América Latina a cometer abusos.

Diretora para as Américas da HRW, Juanita Goebertus advertiu que às "graves violações de direitos humanos" identificadas "há décadas" em países como Cuba, Nicarágua e Venezuela somam-se, agora, os abusos cometidos por Washington na região. Ela destacou ainda a retenção de estrangeiros deportados pelos EUA em El Salvador, Panamá e Costa Rica.

Segundo Juanita Goebertus, "a execução extrajudicial" de latino-americanos em águas do Caribe e do Pacífico, durante ataques contra embarcações supostamente utilizadas para o tráfico de drogas, é uma das ações do governo Trump que agravaram a situação dos direitos humanos na região.

Para a diretora da organização, "o governo dos Estados Unidos teve uma influência indiscutivelmente negativa" na região. Segundo Goebertus, governos latino-americanos que adotaram políticas de mão dura contra a criminalidade registraram um aumento nas violações de direitos humanos.

O relatório do HRW sustenta, por exemplo, que a administração de Nayib Bukele, em El Salvador, cometeu "prisões arbitrárias e em massa", "tortura" e "desaparecimento forçado" para alcançar uma redução significativa da violência ligada às gangues.

Por sua vez, o Equador, segundo o documento, encerrou 2025 com uma taxa recorde de homicídios de 52 assassinatos por cada 100 mil habitantes, enquanto suas forças de segurança incorreram em "execuções extrajudiciais" e "desaparecimentos forçados".

ESTADOS UNIDOS

Ofensiva "mais suave" em Minnesota

O governo de Donald Trump decidiu efetivar a retirada "imediate" de 700 policiais de imigração do estado de Minnesota, em um momento de grande tensão e protestos após a morte de dois cidadãos norte-americanos por disparos de agentes federais durante operações na cidade de Minneapolis. "Aprendi que talvez pudéssemos usar um toque um pouco mais suave. Mas devemos permanecer firmes", afirmou o presidente dos Estados Unidos, horas depois do anúncio, à emissora NBC.

Antes da entrevista de Trump, o czar da política de fronteiras do governo, Tom Homan, reconheceu, em uma coletiva de imprensa, que há uma melhor colaboração com as autoridades locais, dessa forma, uma "menor" necessidade de manter agentes federais no estado. "Nunca tínhamos tido esse tipo de cooperação", disse

Homan sem especificar se a retirada se limita a Minneapolis.

Há semanas, milhares de policiais federais, entre eles agentes armados e usando balaclavas, têm multiplicado as operações no estado para expulsar imigrantes em situação irregular. "Fizemos avanços significativos", disse Homan, que apresentou os resultados das operações: 139 detidos por agressão, 87 por crimes sexuais e 28 por pertencer a gangues.

Apesar do "toque mais suave" mencionado por Trump, o czar das fronteiras destacou que a repressão à imigração irregular vai continuar com cerca de 2 mil agentes. Antes do início dessas operações, havia 150 oficiais de imigração no estado.

"O presidente Trump tem toda a intenção de realizar deportações em massa durante a sua administração, e as ações das agências de imigração



Em Minneapolis, protesto contra a política anti-imigração: 700 policiais serão retirados do estado

vão continuar todos os dias em todo o país", afirmou Homan.

Investigações

O prefeito de Minneapolis, Jacob Fry, e o governador de Minnesota, Tim Walz, ambos democratas, classificaram o anúncio como "um passo adiante na direção correta". Ambos instaram a Casa Branca a acabar logo com sua extensa campanha no estado. Walz pediu investigações lideradas pelas autoridades estaduais sobre os incidentes letais ocorridos em Minneapolis.

Donald Trump queixou-se das palavras de ambos: "Telefonei para o governador. Telefonei para o prefeito. Tive conversas estupendas com eles. E, depois, os vejo vociferando e espumando pela boca. Literalmente como se o telefonema não tivesse

acontecido", reagiu o líder republicano.

No início do mês passado, um agente federal matou a tiros a civil desarmada Renee Good, de 37 anos, quando ela tentava se evadir em seu veículo dos oficiais do ICE. O episódio desatou protestos e críticas de grupos de direitos civis e de funcionários locais.

Dezessete dias depois, outro morador de Minneapolis, o enfermeiro Alex Pretti, também de 37 anos, foi imobilizado pelos agentes federais que depois atiraram contra ele e o mataram na rua.

Em seguida, diante da resposta popular, que se estendeu por outros estados norte-americanos, Trump removeu o oficial responsável, o chefe da Patrulha de Fronteira (CBP, na sigla em inglês), Gregory Bovino, e o substituiu por Homan, que prometeu reduzir as operações.

VISÃO DO CORREIO

Trânsito não pode ser via de tragédia

A frota de motocicletas no Brasil chegou a 35 milhões em 2025, com a comercialização de 2,19 milhões de unidades, superando a compra de automóveis (1,9 milhão), um crescimento de 17% em relação a 2024. Manteve-se, assim, uma curva ascendente de aquisição de veículos sobre duas rodas — a frota cresceu 42% em 10 anos, de 2015 a 2024 —, que tem mudado a forma de deslocamento da população e desafiado os gestores públicos.

Um dos alertas é com relação à segurança. O número de acidentes de trânsito envolvendo motociclistas e óbitos acompanha os ritmos de compra e venda. Segundo o Ipea, a participação de motos em sinistros com morte nas estradas brasileiras passou de 3% no fim dos anos 1990 para quase 40% em 2023.

Dados divulgados pelo Ministério da Saúde em janeiro último trazem ainda mais detalhes sobre esse fenômeno. O Nordeste passou a liderar o ranking de mortes no trânsito — posição historicamente ocupada pelo Sudeste — justamente por conta da maior adesão aos veículos sobre duas rodas na região. Foram registrados nos estados nordestinos 1.894 óbitos no trânsito em 2024, contra 10.995 no Sudeste. Considerando apenas as vítimas em motocicletas os números são, respectivamente, 6.116 e 3.820.

O descontrole em acidentes fatais envolvendo motociclistas não está circunscrito ao Nordeste. É uma triste realidade em todo o país. No Distrito Federal, o Departamento de Trânsito (Detran-DF) constatou aumento de 40,5% de motociclistas mortos de 2024 para 2025. Nas vias da capital federal, 271 pessoas morreram no ano passado. Os motociclistas somaram 104 (38,4%) dos óbitos — um aumento de 40,5% em relação a 2024. Preocupa ainda a constatação de que, em 46,2% dos sinistros fatais, o uso de álcool figurou como fator de risco.

Em Minas Gerais, só no primeiro

semestre do ano passado, a Polícia Rodoviária Federal registrou 37,4 mil acidentes envolvendo motos. A BR-040, com elevado tráfego é considerada uma rodovia perigosa, o que exige muita atenção dos condutores de todas as modalidades de veículos.

Especialistas atribuem a maioria dos casos de óbitos de motociclistas à imprudência, ao excesso de velocidade e à falta de atenção dos condutores. Embora esses fatores tenham peso nos acidentes, é inegável que nem sempre as vias de tráfego estão em condições adequadas, o que contribui para os desastres.

As condições de trabalho, também. A entrega de encomendas sobre duas rodas é cada vez mais fonte de renda no país, sobretudo entre os mais jovens e com baixa escolaridade. E a renda depende da quantidade de produtos entregues. Sem regulamentação, a lei do asfalto propicia o excesso de velocidade e outras infrações cometidas por motociclistas.

Há de se reconhecer que há um movimento do governo para trazer mais segurança ao trânsito, como mudanças nas regras para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação e a gratuidade de renovação para os bons condutores. Também está prevista a elaboração do Programa Nacional de Segurança de Motociclistas. Essas medidas são importantes, mas a eficiência dependerá da garantia de que não haverá impactos na educação dos condutores — que, segundo especialistas, precisa, inclusive, ser atualizada — e que serão acompanhadas por mais rigor e eficácia nas fiscalizações.

E mais: ao poder público cabe não só fiscalizar, mas estabelecer meios para garantir que rodovias interestaduais e urbanas tenham qualidade para o tráfego de motos, carros e ônibus, e sinalização adequada, provida de câmeras de vigilância ou de agentes de trânsito para conter os infratores. Experiências como as de São Paulo, com faixas exclusivas para os motociclistas, também devem ser consideradas.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Falta de vergonha

Sinceramente, não sei como os políticos brasileiros se sentem ao fazerem a barba, se olhando no espelho! Ao se olharem, será que estarão pensando: "Você é porreta, mais uma para os panacas dos contribuintes pagarem as contas, o aumento dos funcionários do Congresso". Não bastou o aumento das emendas parlamentares para R\$ 61 bilhões, isso é pouco para as excelências! Por curiosidade, dividi esse montante pelo número de excelências (598) e deu a bagatela de R\$ 102 milhões para cada um. É mole? Mas a culpa toda é nossa, eleitores, que elegemos e reelegemos essas pessoas para nos representarem.

» **Paulo Molina Prates**
Asa Norte

Falta de consciência

A falta de consciência de classe é um obstáculo para o desenvolvimento de qualquer sociedade. E, no Brasil, não é diferente. Políticos e o Judiciário deveriam ter essa consciência de classe e notar que seus supersalários e mordomias são pagos com o sofrimento dos assalariados e a escassez de privilégio dos menos favorecidos.

» **Nadir Matos**
Brasília

Autocrítica

A autocrítica é um quesito de extrema importância de quem se autoavalia, pondera seus atos, julga seus comportamentos, ajusta-se, autocorrigir, reflete sobre suas reações e ações, conjectura consigo mesmo. É o quesito que nos faz sair da esfera do endeusamento para a esfera da humanidade. É a postura madura de quem analisa seu papel como ser humano e profissional. Portanto, o quesito autocrítica vai muito além de ter consciência superficial das próprias falhas e injustiças. Até um psicopata tem essa consciência, mas não muda. Quando se decifra o quesito autocrítica com clareza, se localiza no tempo espacial existencialmente. Sabe que a vida é bravíssima para viver, mas longuíssima para cometer injustiças, falrear, desrespeitar, humilhar etc.

Infelizmente, temos muitas auto-ridades, bem como, na sociedade que estão banindo o quesito da autocrítica do seu dicionário existencial.

» **Renato Mendes Prestes**
Águas Claras

Planos de saúde

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) não pode mais se omitir ante ao abuso, à imoralidade e à ilegalidade nos reajustes dos planos de saúde. Essa passividade do Ministério Público (MP), da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e da ANS é criminoso. Não se pode alegar contrato, pois ele é de adesão e imposto ao usuário. Além de ser padronizado, os reajustes não são justificados e explicados. Nos últimos seis anos, foram reajustes anuais acima de 22%, bem acima da inflação, o que tem expulso as pessoas dessa proteção complementar, que acaba sendo única em razão da falência da saúde pública. Os planos adotam a mesma prática imoral, ilegal e abusiva sob a cumplicidade da ANS, que deveria fiscalizar e auditar esses aumentos — inclusive os de mudança de faixa etária, que, a cada cinco anos, chega a aumentar em mais de 50% o valor da mensalidade. Os abusos são gritantes e cometidos na certeza da impunidade. A quem recorrer? O Judiciário tem se mostrado sensível, mas ingressar com processos é caro e moroso. É necessário que adotem tratamento coletivo para essas vítimas e que se faça uma auditoria generalizada nesse cartel. Urgente!

» **Helcio Dias Gomes**
Asa Sul

Câncer

Infelizmente, os hospitais oncológicos não dão atenção aos pacientes com câncer em fase paliativa. Não há chance de cura, então priorizam os que têm chance. Vivi isso de perto com o meu marido. Tinha que brigar para ele ser atendido, e os médicos só me perguntavam: "O que a senhora quer que façamos? Não tem mais o que fazer". É muito triste para os pacientes e os familiares!

» **Valéria Soumar**
Brasília

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Enquanto o país discute limites fiscais e a necessidade de reorganizar as contas públicas, a Câmara avança em medidas que aumentam gastos sem apresentar contrapartidas claras de eficiência ou racionalização administrativa. É muita desfaçatez!

Paccelli M. Zahler — Sudoeste

Supersalário com folga de um dia a cada três trabalhados, enquanto o brasileiro que ganha o salário mínimo cumpre a escala 6X1. É um absurdo!

Isabela Santiago — Brasília

Detran-DF ganha 167 novas viaturas para reforçar fiscalização e serviços. E o asfalto cheio de buracos como é que fica?

Petrônio Cavalcante — Brasília

O Ministério Público do Rio de Janeiro pede a prisão da advogada Argentina por injúria racial. Gaúcha presa em flagrante por ofensa racista em Salvador é solta. A justiça precisa uniformizar suas decisões

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Escola de samba tem recurso próprio. Esse dinheiro que o governo federal quer repassar é da saúde, dos hospitais, da educação, das escolas caindo aos pedaços.

Dirce Vasconcelos — Porto Alegre (RS)

Sempre teve repasse para as escolas de samba, dos governos municipal, estadual e federal. E é para todas as escolas. Até agora, ninguém reclamava.

Zauri Pereira — Campo Largo (PR)



ROSANE GARCIA
rosanegarcia.df@dabr.com.br

Os racistas insistem

"Tenho nojo de preto", gritou a mulher para um senhor negro na portaria do bloco onde ela reside em Belo Horizonte. O vídeo exibido pela TV Globo, no último dia 13, é prova incontestável de racismo, comportamento que contamina grande parcela da sociedade brasileira. Os afrodescendentes somam 56,7% da população brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e, como maioria, são os mais afetados pelas desigualdades socioeconômicas, nódos nunca apagadas do tecido demográfico do país.

O racismo é crime inafiançável e imprescritível, como previsto na Constituição de 1988 e na Lei nº 7.716/1989 (Lei Caó). Em 2023, a punição aos racistas tornou-se mais rigorosa, por meio da Lei nº 14.532/2023 e por alteração no Código Penal, que pune a injúria racial (ofensa à honra de alguém por raça, cor, etnia, religião ou origem) com penas que variam de dois a cinco anos de prisão e multa.

Mas a punição, ainda que mais rigorosa, não inibe os racistas. Eles expressam claramente, ou de maneira tácita, o repúdio que têm em relação aos de pele preta. Dessa forma, só no ano passado, foram 5.552 processos judiciais, um aumento de 64% em relação a 2023 — um dado, até pouco tempo, inimaginável. O Judiciário encerrou 2024 com 13 mil processos por racismo

à espera de julgamento.

O avanço dos discursos de ódio e o aumento das células neonazistas no governo, principalmente na Região Sul, contribuíram para acirrar as agressões não só aos afrodescendentes. Indígenas, mulheres e pessoas em situação de rua também são alvos dos supremacistas brancos. Essas ofensivas movimentaram a rotina do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no fim do ano passado. Foram cumpridos 21 mandados de busca e apreensão em cidades de Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Sergipe.

Mais rigor na legislação não é suficiente para reverter o comportamento criminoso de vários grupos preconceituosos que conspiram contra quaisquer políticas que tentam eliminar as desigualdades de raça, cor, gênero, social ou econômica. Os educadores têm papel importante para desmontar os falsos e tradicionais conceitos que são raízes do racismo e das mais diversas expressões de violência e de discriminação. Quando uma mulher ou um homem branco vocifera ter ódio de negro, percebe-se, lamentavelmente, que, em pleno século 21, não conseguiu atravessar o tempo e segue prisioneira(o) dos ultrapassados costumes do século 16 — período colonial.

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegará"
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE - Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A Press Multimídia
Atendimento pessoal para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h; domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.udapress.com.br

O custo invisível da pressa no licenciamento ambiental



» PATRÍCIA SILVÉRIO
Mestre em química analítica pela UFSCar e doutora em engenharia ambiental pela USP, com estágio na Acadia University (Canadá). CEO da CPEA

Após mais de duas décadas de debates no Congresso Nacional, o Brasil concluiu a tramitação da chamada Lei Geral do Licenciamento Ambiental, que entrou em vigor nesta quarta-feira, 4 de fevereiro. O Projeto de Lei nº 2.159/2021, que buscava modernizar e padronizar as regras do licenciamento em todo o país, transformou-se na Lei nº 15.190/2025 depois de um longo percurso legislativo: passou pela Câmara e pelo Senado, foi sancionado com vetos presidenciais e, meses depois, teve parte relevante desses vetos derrubada pelo próprio Congresso.

A discussão que culminou nessa lei começou ainda no início dos anos 2000, a partir de um diagnóstico amplamente compartilhado de que o licenciamento ambiental brasileiro operava sob um emaranhado normativo estimado em cerca de 27 mil atos federais e estaduais. Esse excesso de regras, muitas vezes sobrepostas e pouco harmonizadas, gerava insegurança jurídica, conflitos de competência e atrasos significativos em projetos de infraestrutura e desenvolvimento.

Havia, portanto, consenso sobre a necessidade de ajustes de otimização. O sistema precisava de mais previsibilidade, critérios mais claros e foco nos impactos efetivamente relevantes de cada empreendimento. O problema é que, entre o

diagnóstico correto e a solução adotada, abriu-se um descompasso preocupante.

Em um processo acelerado, o texto passou pela comissão mista, pela Câmara e pelo Senado em questão de dias, consolidando um modelo de licenciamento “expresso” para obras consideradas de “interesse estratégico”. É nesse ponto que surgem as maiores preocupações.

A caracterização do que será considerado “estratégico” ficou a cargo do Poder Executivo, por meio de decreto. Essa indefinição abre margem para decisões sujeitas a mudanças de governo e a pressões. O resultado tende a ser um ambiente propício a questionamentos judiciais, disputas interpretativas e insegurança para empreendedores e órgãos ambientais. Em vez de destruir projetos, vem o risco de empurrar os conflitos para o Judiciário.

Também merece cautela o prazo máximo de 12 meses para a emissão da Licença Ambiental Especial (LAE), um tipo de licenciamento para grandes empreendimentos considerados estratégicos. Para que esse prazo seja possível, seria necessário um conjunto de condições que hoje simplesmente não existem: equipes técnicas reforçadas, maior uniformidade de critérios entre estados e estudos ambientais extremamente robustos desde as fases iniciais. Sem isso, o atraso apenas se desloca para etapas anteriores ou se transforma em exigências iniciais excessivamente rígidas, elevando custos e aumentando o risco de judicialização futura.

Outro ponto sensível é a ampliação da Licença por Adesão e Compromisso (LAC), baseada em autodeclaração, inclusive para atividades de médio impacto. Esse instrumento pode funcionar para atividades simples, desde que exista fiscalização

efetiva. Mas é aí que entra o problema, uma vez que fiscalizar exige tempo, pessoas e recursos. Na prática, as demandas de verificação das auto-declarações tendem a competir com a análise de processos mais complexos, sobrecarregando um sistema que já opera no limite.

Há ainda um efeito estrutural pouco debatido: ao ampliar a autonomia de estados e municípios sem estabelecer um patamar padronizado mínimo, a lei tende a produzir um mosaico regulatório. Regras distintas, exigências desiguais e interpretações divergentes estimulam uma corrida por ambientes regulatórios mais flexíveis, fragilizando a proteção ambiental e ampliando riscos jurídicos e reputacionais, especialmente para empreendimentos inseridos em cadeias produtivas expostas a critérios ESG e a financiamentos internacionais.

Não é coincidência que as novas normas já estejam sendo questionadas no Supremo Tribunal Federal (STF). Quando conceitos centrais são excessivamente abertos e a capacidade institucional não acompanha as promessas legais, a judicialização é inevitável. Então, o que foi concebido para dar mais agilidade, pode travar todo o sistema.

Modernizar o licenciamento ambiental é necessário. No entanto, flexibilizá-lo sem base técnica sólida não é sinônimo de modernização. O verdadeiro desafio não está em escolher entre proteger o meio ambiente ou viabilizar projetos, pois essa oposição é falsa.

O que o Brasil precisa é de um sistema capaz de fazer as duas coisas caminharem juntas, com critérios claros, previsibilidade, transparência e fortalecimento dos órgãos responsáveis.

Sem isso, a pressa cobra um custo invisível — e alto — para toda a cadeia.



Entre provas e emoções: quando o desempenho deixa de educar



» MOZART NEVES RAMOS
Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da USP de Ribeirão Preto e professor emérito da UFPE

» GABRIELA CAMAROTTI
Diretora pedagógica da Escola Vila Aprendiz – Recife (PE)

Escola, historicamente, foi associada a notas, provas e conteúdos. No entanto, diante do cenário emocional vivido por crianças e adolescentes na contemporaneidade, se torna urgente reconhecer que sua função precisa ir além da mensuração de resultados acadêmicos. O aumento expressivo de quadros de ansiedade, depressão e dificuldades de autorregulação não aparece apenas em pesquisas científicas: ele se revela cotidianamente nas salas de aula, nas reuniões pedagógicas, nas consultas médicas e nas conversas familiares.

Trata-se de um fenômeno transversal, que passa por diferentes classes sociais e modelos de escola, indicando não fragilidades individuais isoladas, mas limites estruturais de um modelo educacional excessivamente centrado no desempenho. Não se trata de transferir toda a responsabilidade para a instituição escolar. Ainda assim, é impossível ignorar o impacto da cultura da performance que se consolidou ao longo dos anos. O excesso de conteúdos, a lógica de avaliações constantes, as comparações explícitas ou veladas e a antecipação

de etapas do desenvolvimento criam um ambiente de pressão permanente.

A neurociência tem demonstrado de forma consistente que o estresse crônico compromete funções executivas essenciais, como planejamento, flexibilidade cognitiva e controle emocional, justamente aquelas em processo de consolidação durante a infância e a adolescência. Em nome da produtividade e da aceleração, sacrificam-se processos fundamentais do desenvolvimento humano.

Nos anos finais do ensino fundamental, essa tensão se intensifica. A fragmentação das disciplinas, as longas aulas expositivas e a escassez de espaços de escuta transformam o estudante em receptor passivo de informações, ao mesmo tempo em que dele se exige autonomia, responsabilidade e capacidade crítica. Cobra-se protagonismo, mas oferecem-se poucas oportunidades reais para o erro, a experimentação e a construção de sentido. O resultado é um paradoxo pedagógico: jovens exaustos, desmotivados e, muitas vezes, profundamente desconectados do próprio aprender.

Esse movimento começa cedo. Ainda nos anos iniciais do ensino fundamental, práticas como o excesso de provas, rankings e discursos voltados precocemente para uma futura aprovação universitária deslocam a infância de seu lugar legítimo. Embora documentos oficiais da educação brasileira reforcem o valor do brincar, da investigação e da convivência, persistem modelos escolares que tratam crianças como pequenos adultos em treinamento para o desempenho. O custo dessa antecipação é alto: a curiosidade cede lugar à ansiedade, e o prazer de aprender é substituído pelo medo constante de errar.

Diante desse cenário, a parceria entre escola e

família torna-se decisiva. Muitas vezes, expectativas parentais movidas por insegurança em relação ao futuro reforçam a lógica da cobrança contínua. Rotinas excessivamente preenchidas, múltiplas atividades extracurriculares e pouco tempo de convivência fragilizam o que especialistas denominam segurança relacional, base para o desenvolvimento da autoestima, do pensamento crítico e da capacidade de tomar decisões. Quando escola e família não caminham em diálogo, o adolescente permanece sozinho diante de demandas que não consegue sustentar emocionalmente.

Vivemos, ainda, um paradoxo contemporâneo: nunca houve tanta informação disponível e, ao mesmo tempo, nunca foi tão difícil sustentar a atenção, discernir relevâncias e manter processos reflexivos profundos. A hiperconectividade, somada à pressão escolar, cria um cenário emocional complexo que exige da escola um novo papel. Não o de proteger do mundo, mas o de ensinar a interpretá-lo, regulá-lo e habitá-lo de forma ética e consciente. Rever a cultura do desempenho não significa reduzir expectativas, mas qualificá-las.

Aprender envolve conflito, tentativa, persistência e vínculo, e não apenas resultados mensuráveis. A educação socioemocional não deve ser tratada como complemento, mas como dimensão estruturante da aprendizagem. O cérebro aprende melhor quando se sente seguro e quando o conhecimento faz sentido.

Ao final, a pergunta que se impõe é simples e profunda: queremos formar apenas aprovados ou cidadãos capazes de pensar, sentir, agir e conviver em uma sociedade complexa? A saúde emocional das novas gerações não é um detalhe secundário. Ela é o alicerce de qualquer projeto educativo verdadeiramente comprometido com o futuro.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@adabr.com.br



O ano do limite

Longe de qualquer expectativa de calma institucional, econômica ou política, o Brasil inicia 2026 sem mudanças. Ao contrário, o ano se abre com uma continuação ampliada das turbulências que marcaram o período anterior, sinalizando não apenas a persistência de crises mal-resolvidas, mas a possibilidade concreta de que o país atinja o ponto máximo de tensão desde a redemocratização. O risco maior não reside apenas nos fatos em si, mas na recusa sistemática das autoridades em reconhecer erros, rever decisões e restabelecer compromissos republicanos básicos. Em 2025, os acontecimentos projetam suas sombras longas sobre o presente. As investigações envolvendo o Banco Master, bem como os desvios de recursos de aposentados e pensionistas do INSS, apurados por uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), seguem produzindo desdobramentos políticos, jurídicos e sociais.

Independentemente dos resultados finais dessas apurações, o simples fato de atingirem setores sensíveis o sistema financeiro e a previdência social agrava a sensação de insegurança institucional e fragiliza a confiança da população no Estado. O dano, nesse caso, vai além dos valores eventualmente desviados. Trata-se de uma fratura simbólica profunda: quando aposentados, que já contribuíram por décadas, veem seus recursos ameaçados, sem ter quem os protejam, o pacto social se rompe. A CPMI, por sua vez, embora necessária, opera em ambiente altamente politizado, o que limita sua capacidade de produzir consensos e amplia a percepção de que as instituições investigam mais para disputar narrativas do que para corrigir estruturas. No campo econômico, o discurso oficial insiste em indicadores positivos, divulgados por órgãos de estatística que, aos olhos de parte expressiva da sociedade, perderam credibilidade.

Por outro lado, o IBGE, historicamente reconhecido por sua excelência técnica, passou a ser alvo de críticas quanto à sua autonomia e independência. Ainda que os dados divulgados possam ser metodologicamente defensáveis, a simples suspeita de aparelhamento político é suficiente para esvaziar sua força como referência confiável. O resultado é um paradoxo perigoso: números que apontam crescimento convivem com a percepção cotidiana de empobrecimento, endividamento das famílias e precarização do trabalho. Essa dissonância alimenta o ceticismo social e fortalece discursos de ruptura. Quando estatísticas deixam de convencer e a realidade sentida se impõe, o espaço para soluções técnicas se reduz drasticamente. O ano eleitoral apenas intensifica essas contradições.

Promessas multiplicam-se em velocidade inversamente proporcional à capacidade fiscal do Estado. Planos grandiosos são anunciados sem lastro orçamentário, enquanto reformas estruturais continuam sendo adiadas por seu custo político. A lógica eleitoral privilegia o curto prazo, o gesto simbólico, o benefício imediato, ainda que isso comprometa a estabilidade futura. Nesse ambiente, o debate público se empobrece. Em vez de diagnósticos honestos, prevalecem slogans. Em vez de autocrítica, discursos autocelebratórios. O resultado é um país que parece girar em torno de si mesmo, incapaz de enfrentar seus dilemas centrais com maturidade institucional.

É nesse contexto que o Supremo Tribunal Federal (STF) assume papel central e controverso. Chamado a ser o guardião da Constituição e o árbitro final dos conflitos entre os Poderes, o STF passou, aos olhos de muitos, de instância moderadora a ator político protagonista. Decisões monocráticas de amplo impacto, interpretações constitucionais expansivas e intervenções frequentes no processo político alimentam a percepção de desequilíbrio entre os Poderes da República. Não se trata de negar a importância do Judiciário nem de minimizar ameaças reais à ordem democrática. O problema reside na ausência de autocontenção. Quando o Supremo ocupa espaços deixados pelo Legislativo e pelo Executivo, ainda que por omissão destes, contribui para uma hipertrofia institucional que cobra seu preço: a erosão da legitimidade. Um tribunal forte não é aquele que tudo decide, mas aquele cujas decisões são aceitas, mesmo quando controversas.

A crise atual, portanto, não é apenas econômica, política ou jurídica. Ela é, sobretudo, uma crise de confiança. Confiança nas estatísticas, nas investigações, nos representantes eleitos, nos tribunais. Sem confiança, qualquer projeto de país se torna inviável. O risco de 2026 ser o pico dessa crise é real. A combinação de escândalos prolongados, disputas eleitorais acirradas, economia frágil e instituições tensionadas cria um cenário propício ao agravamento dos conflitos. A história brasileira mostra que momentos assim raramente se resolvem sozinhos, exigem liderança, humildade e compromisso com o interesse público. Reconhecer erros não é sinal de fraqueza; é pré-condição para a reconstrução.

Recur de ações pouco republicanas não significa capitular, mas reafirmar limites institucionais. Sem esse movimento, o país corre o risco de aprofundar a lógica do “nós contra eles”, na qual todos perdem. Ainda há tempo para evitar o pior. Mas o relógio institucional corre rápido. Se 2026 será lembrado como o ano do colapso ou como o momento de inflexão, dependerá menos das narrativas oficiais e mais da disposição real das autoridades em ouvir, corrigir e respeitar os fundamentos da República.

» A frase que foi pronunciada:

Os sete pecados sociais são: riqueza sem trabalho, prazer sem consciência, conhecimento sem caráter, comércio sem moralidade, ciência sem humanidade, adoração sem sacrifício e política sem princípios.

Frederick Lewis Donaldson

» História de Brasília

Mas os meios utilizados para isto não são os mais recomendáveis, ainda mais quando se observa que o principal objetivo para conseguir a sua meta está sendo a desunião da classe. Isso o incompatibiliza com qualquer função de chefia. (Publicada em 12/5/1962)

COMBATE AO HPV

EXAME CASEIRO para revolucionar PREVENÇÃO

Cientistas chineses criam forma de análise simples, com uso do sangue menstrual, que pode se transformar em alternativa mais barata — e sem constrangimento ou riscos — ao principal método de rastreamento de hoje, o teste papanicolau

» RAFAELA LEITE*

Um exame simples, feito em casa e sem constrangimento ou riscos, pode transformar a forma como o câncer do colo do útero é prevenido. Um estudo realizado na China aponta que a análise do sangue menstrual pode ser uma alternativa eficaz para a detecção do papilomavírus humano (HPV), vírus responsável por todos os casos da doença. A nova abordagem surge em um contexto no qual o principal método de rastreamento, o exame papanicolau, ainda enfrenta barreiras que dificultam o acesso de muitas mulheres à prevenção.

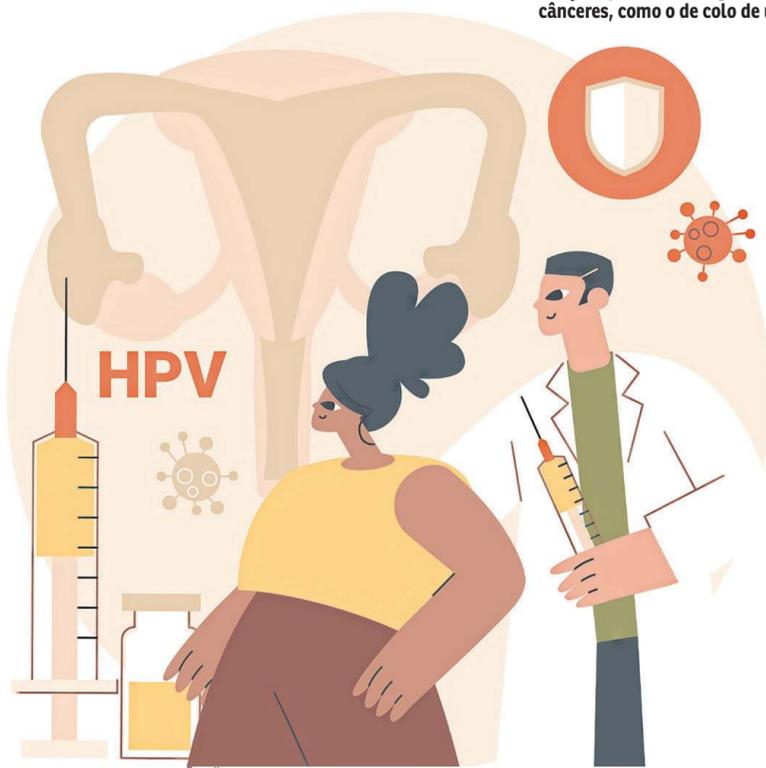
A pesquisa envolveu 3.068 mulheres, entre 20 e 54 anos e com ciclos menstruais regulares, recrutadas entre setembro de 2021 e janeiro de 2025 em comunidades urbanas e rurais da província de Hubei. Segundo os pesquisadores, o método é não invasivo e permite que as próprias participantes realizem a coleta das amostras em casa, utilizando um miniabsorvente composto por uma tira de algodão estéril acoplada a um absorvente higiênico convencional.

O exame citopatológico, conhecido como papanicolau, consiste na coleta de células da superfície do colo do útero, realizada por um profissional de saúde durante um exame ginecológico. Para isso, é introduzido um espéculo vaginal, que permite a visualização do colo uterino, e, em seguida, utiliza-se uma espátula e uma escova específicas para a retirada do material, que é enviado para análise laboratorial.

Desinformação e medo

Apesar de ser um exame rápido e geralmente indolor, o papanicolau ainda é evitado por muitas mulheres. Para o infectologista Alexandre Cunha, fatores como medo, desinformação, estigma e experiências negativas anteriores contribuem para a baixa adesão ao rastreamento. "Todos os casos de câncer de colo do útero são causados pelo HPV. É impossível

A vacinação é hoje a grande chance de proteção contra infecções por HPV e surgimento de cânceres, como o de colo de útero



desenvolver a doença sem a presença do vírus", afirma o especialista, reforçando a importância da detecção precoce das lesões pré-cancerosas.

O HPV é uma das infecções sexualmente transmissíveis mais comuns no mundo e está diretamente associado ao desenvolvimento do câncer do colo do útero. De acordo com o ginecologista Alexandre Silva, o vírus é um patógeno de DNA pertencente à família *Papillomaviridae*, que infecta exclusivamente seres humanos. Atualmente, mais de 200 tipos de HPV já foram identificados, dos quais cerca de 40 são capazes de infectar a região anogenital.

Potencial cancerígeno

Nem todos esses tipos, no entanto, estão relacionados ao câncer. A principal diferença entre eles está no potencial oncogênico, ou seja, na capacidade de provocar alterações celulares que podem evoluir para tumores malignos. Os HPV de baixo risco, como os tipos 6, 11, 42, 43 e 44, estão associados principalmente ao surgimento de verrugas genitais e raramente evoluem para cânceres, sendo responsáveis por cerca de 90% desses casos.

Já os HPV de alto risco, entre eles os tipos 16, 18, 31, 33, 45, 52 e 58, estão

relacionados ao desenvolvimento de lesões pré-cancerosas e a diversos tipos de câncer. Os tipos 16 e 18, por exemplo, respondem por aproximadamente 70% dos casos de câncer do colo do útero, além de estarem associados a tumores de vulva, vagina, pênis, ânus e orofaringe.

A transmissão do vírus ocorre principalmente por meio do contato direto entre pele ou mucosas durante relações sexuais vaginais, anais ou orais, não sendo necessária a troca de fluidos corporais. Embora o uso do preservativo não ofereça proteção total, já que o vírus pode estar presente em áreas não

Palavra de especialista

Maior adesão

Arquivo pessoal



"O estudo é importante porque enfrenta um dos maiores desafios na prevenção do câncer do colo do útero: aumentar a adesão ao rastreamento. Muitas mulheres deixam de realizar o exame por medo, desconforto ou dificuldade de acesso, e a possibilidade de testar o HPV a partir do sangue menstrual surge como uma alternativa prática e menos invasiva. Os resultados são promissores, com sensibilidade semelhante à coleta feita por profissionais e um valor preditivo negativo muito alto, indicando boa capacidade de descartar doença relevante. Isso sugere potencial para uso seguro em programas de triagem. Do ponto de vista da saúde pública,

a coleta domiciliar pode ampliar significativamente o alcance do rastreamento, sobretudo em áreas com menor infraestrutura, contribuindo para reduzir a incidência e a mortalidade da doença. Ainda assim, é necessário cautela: novos estudos em diferentes populações e análises de implementação serão essenciais. Se confirmados, os achados podem representar um avanço importante rumo a um rastreamento mais acessível e centrado na paciente."

ALEXANDRE CUNHA, médico infectologista e coordenador do serviço de infectologia do Hospital Sírio-Libanês em Brasília

cobertas pela camisinha, sua utilização correta e consistente pode reduzir o risco de transmissão em cerca de 60% a 70%", afirma Silva.

Metodologia e resultados

No estudo, publicado na revista científica *The BMJ*, cada participante forneceu três tipos de amostras: sangue menstrual, uma amostra cervical coletada por um médico para fins de comparação e uma amostra adicional destinada à análise laboratorial. As participantes também utilizaram um aplicativo do WeChat, chamado Early Test, para consultar os resultados dos exames e receber orientações de profissionais de saúde.

Os resultados demonstraram que o método baseado no sangue menstrual apresentou sensibilidade de 94,7% na detecção de lesões cervicais de alto grau (CIN+), desempenho semelhante ao do método

tradicional, que alcançou 92,1%. Embora a especificidade do novo teste tenha sido ligeiramente inferior, o valor preditivo negativo foi idêntico em ambos, chegando a 99,9%. Além disso, não foram observadas diferenças significativas nas taxas de encaminhamento para colposcopia.

Apesar das limitações inerentes a um estudo observacional, os autores destacam que os dados indicam um grande potencial para o uso do sangue menstrual como uma alternativa padronizada, acessível e não invasiva, e possivelmente um substituto aos métodos tradicionais de rastreamento do câncer do colo do útero. A estratégia pode representar um avanço importante na ampliação da prevenção da doença, especialmente entre populações com menor acesso aos serviços de saúde.

* **Estagiária sob supervisão de Lourenço Flores**

ESTÍMULO MENTAL

Criatividade ajuda a "rejuvenescer" cérebro

» ÁLVARO AUGUSTO*

Práticas ligadas à criatividade, sejam elas no campo da arte — como dança, pintura, música — ou na elaboração de estratégias e soluções — como no caso de alguns jogos eletrônicos ou de tabuleiro que usem raciocínio criativo —, podem atrasar o avanço da idade cerebral. Ou seja, diminuir o grau de desgaste e envelhecimento morfológico do órgão. Um estudo, feito em conjunto por universidades de 13 países, descobriu que os efeitos da estimulação mental vão além dos benefícios já conhecidos quanto ao bem-estar, preservando também fisicamente estruturas importantes do cérebro.

Independentemente do tipo de exercício e de raciocínio realizado, executá-los com o objetivo de criar algo novo, como uma coreografia de balé ou um plano dentro de um game, faz com que regiões-chave do cérebro sejam estimuladas, o que aumenta diretamente a plasticidade dessas áreas. Com isso, cria-se uma espécie de rejuvenescimento, que os cientistas chamam de lacuna cerebral — a diferença entre a idade "real" do órgão (cronológica) e a idade física dele. Uma lacuna maior, com o cérebro mais elástico e consequentemente

mais "novo", retarda o processo natural de envelhecimento.

As atividades descritas no estudo como "criativas" englobam ações que podem ser criar ou encenar uma história de teatro, pintar quadros, elaborar estratégias em jogos, escrever algum texto e até exercitar a descoberta de soluções possíveis para problemas de uma empresa, por exemplo. Com esses tipos de estímulo cerebral, os tecidos ficam mais flexíveis, o que aumenta o rendimento do sistema e atrasa sua degeneração. O processo é semelhante ao que ocorre com outras partes do corpo, como articulações que precisam ser exercitadas para terem melhor função por mais tempo.

A médica Elisa de Paula Freitas, coordenadora do Departamento de Neurologia Cognitiva e do Envelhecimento da Academia Brasileira de Neurologia (ABN), destaca que não existem atualmente medicamentos capazes de retardar o envelhecimento do cérebro. Segundo ela, o efeito natural da criatividade para a idade cerebral é, por isso, uma novidade importante. "Esse fato é novo na comunidade científica, pois poucos estudos já haviam explorado o impacto das ações criativas no cérebro usando a ressonância magnética. O estudo é inovador nesse ponto", destaca.

Robina Weermeijer/Unsplash



Práticas de vários tipos de atividades, como música, dança ou jogos de videogame, aumentam a plasticidade cerebral

Imaginação

A pesquisa, publicada na revista *Nature*, aponta que o mais importante que as atividades mentais precisam ter para beneficiar a saúde do cérebro é o aspecto imaginativo, em um hábito que exija pensamento abrangente enquanto é praticado. Além disso, quanto mais personalizada uma ação for, maiores os efeitos de atraso no envelhecimento cerebral.

Por exemplo, se dentro de um jogo uma pessoa cria suas próprias estratégias em vez de aprender outras já existentes, esse pensamento, que os pesquisadores chamaram de "táticas únicas", trará ainda

mais impactos na plasticidade do cérebro. Além disso, a prática prolongada de uma habilidade, como a dança, por exemplo, faz com que o corpo se torne especialista em algo criativo e pense nele por mais tempo, o que fortalece e mantém conexões neurais que são mais vulneráveis a enfraquecimento.

As análises foram feitas a partir de neuroimagens, obtidas em sua maioria com exames de ressonância magnética de pessoas que praticam as mais variadas técnicas de criatividade. A comparação de milhares de laudos embasou que os cientistas criassem "relógios cerebrais", que são

modelos comparativos sobre o grau de degeneração do cérebro de cada indivíduo.

Cálculo

A técnica permite calcular a chamada lacuna de idade cerebral, que é a diferença entre idade cronológica do paciente e idade cerebral (em relação a quanto o órgão já envelheceu). As discrepâncias entre os dois dados, ou seja, quando o cérebro está mais velho ou mais novo que o organismo como um todo, são conhecidas como BAGs, que seriam os intervalos de tempo quando o envelhecimento da estrutura mental está

acelerado ou retardado.

Segundo o estudo, o estímulo à imaginação, independentemente de como ela é feita, aumenta a neuroplasticidade em áreas específicas do cérebro, como nos centros frontoparietais, que são regiões muito ativadas pela criatividade. Os exames laboratoriais dos participantes mostram que, durante a elaboração de ideias ou de soluções inovadoras, o processamento de informações nas regiões-chave cerebrais é mais eficiente, benefício que se intensifica quando as práticas são mantidas a longo prazo.

* **Estagiário sob supervisão de Lourenço Flores**

CASO MASTER

Oposição protocola novo pedido de impeachment

Representantes do PT, PV, PDT, PC do B e Rede foram à Câmara Legislativa cobrar o afastamento de Ibaneis Rocha. Ao **Correio**, o governador classificou a mobilização como um ato eleitoral e disse estar tranquilo

» MILA FERREIRA,
» CARLOS SILVA

Um novo pedido de impeachment do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), foi protocolado, ontem, na presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). O pedido foi assinado por representantes do PT, PV, PC do B, Rede e PDT. Este é o terceiro pedido de impeachment formalizado neste ano por partidos da oposição na Casa. Ibaneis classificou a mobilização das legendas como 'barulho da oposição'.

O texto do pedido protocolado traz cópia de notícias que foram divulgadas relacionando Ibaneis Rocha com a compra de carteiras de crédito do Master pelo BRB. "Seja recebida a presente denúncia por crime de responsabilidade em face do governador do DF (...) Há indícios suficientes de violação grave aos deveres constitucionais do governador", disse trecho do documento.

Ibaneis classificou a mobilização como "barulho da oposição". "Nenhum dos pedidos de impeachment tem fundamento que não seja político, o que não tem nada de ilegítimo. Eu estou muito tranquilo com a minha consciência de que só tentei fazer o melhor", destacou o governador em entrevista ao **Correio**. "Estamos em ano eleitoral", ressaltou, ao avaliar a ação dos adversários políticos.

O cientista político Leandro Gabiati, professor do Ibmec Brasília, avalia que o caso Banco Master produz efeitos relevantes no tabuleiro eleitoral de 2026. "O primeiro impacto é claramente sobre o Executivo. O governador tem uma eleição muito bem encaminhada, com chances reais de disputar o Senado e fazer uma sucessora, mas o caso Master gera desgaste direto na figura dele", avaliou. Segundo Gabiati, a estratégia tem sido blindar possíveis herdeiros políticos. "A sucessora permanece distante do caso, enquanto o desgaste fica concentrado no governador", disse.

De acordo com o especialista, esse cenário lança incertezas sobre a própria decisão do governador em disputar as eleições de 2026. "Hoje ninguém sabe se ele será candidato ou não. Isso vai depender muito de como o caso Master vai evoluir nos próximos meses", afirmou. Gabiati destacou que o prazo de desincompatibilização impõe uma escolha estratégica. "Ele tem tempo para decidir se permanece no governo para tentar equacionar o problema ou se entende que a disputa ao Senado é viável e opta por sair do cargo", comentou.

O governador sustenta, entretanto, que sairá candidato ao Senado e se desincompatibilizará em abril, conforme determina a lei eleitoral.

Ontem, a sessão ordinária no plenário foi aberta com o quórum mínimo, apenas oito distritais. Dos presentes, apenas o deputado Joaquim Roriz Neto (PL) e Peppa (PP) são da base do governo. O **Correio** tentou contato com os parlamentares da base do governo, mas nenhum quis se pronunciar.

Mobilização

Estiveram no ato de entrega do protocolo o presidente do PT-DF, Guilherme Sigmaringa; o presidente do PC do B-DF, João Vicente Goulart; a senadora Leila Barros (PDT); o deputado federal Reginaldo Veras (PV); a deputada federal Érika Kokay (PT), a porta-voz da Rede, Bruna Paola e os deputados distritais do PT, Gabriel Magno, Chico Vigilante e Ricardo Valle.

"Foi um pedido escrito a cinco mãos por estes cinco partidos que foram os mesmos que estiveram no STJ há duas semanas", afirmou Guilherme Sigmaringa, referindo-se ao pedido das legendas para que o governador fosse investigado no Superior Tribunal de Justiça (STJ),

Carlos Gandra/Agência CLDF



A sessão ordinária na Câmara Legislativa foi aberta com a presença de apenas dois governistas



Nenhum dos pedidos de impeachment tem fundamento que não seja político, o que não tem nada de ilegítimo. Eu estou muito tranquilo com a minha consciência de que só tentei fazer o melhor"

Ibaneis Rocha, governador do DF



Representantes do PT, PV, PDT, PC do B e Rede estiveram presentes na CLDF para protocolar o pedido

que resultou na instalação de um procedimento para apurar a participação do governador Ibaneis Rocha (MDB) nas tratativas envolvendo o BRB e o Banco Master.

A senadora Leila Barros esteve presente e falou em nome do PDT. "Nós temos o dever de estar aqui defendendo o nosso patrimônio. O BRB corre o risco de ser liquidado e ser federalizado, que é um tema que estamos tratando no Congresso Nacional", disse. "Se não pedíssemos o impeachment, estaríamos sendo omisso diante das inúmeras provas que estão sendo apresentadas", acrescentou Reginaldo Veras.

Impactos nas urnas

Cientista político, doutor em direito constitucional, Valdir Pucci afirma que o caso do Banco Master pode produzir

efeitos relevantes nas eleições de 2026 no DF. Pucci resalta que o impacto político pode ser mais imediato no processo eleitoral. "Mesmo sem condenação, o simples envolvimento do nome de um candidato em um escândalo financeiro pode manchar sua imagem perante o eleitorado e dificultar sua viabilidade eleitoral em 2026", afirmou.

Ao analisar os reflexos entre os poderes, Pucci avalia que o Executivo tende a sofrer maior impacto eleitoral do que o Legislativo. "Por envolver instituições diretamente ligadas à administração pública, como o BRB, o escândalo do Banco Master acaba atingindo mais fortemente esse poder", disse. Segundo ele, "a identificação da sociedade com o Executivo é mais direta, o que pode gerar prejuízos eleitorais maiores para quem pretende disputar cargos majoritários".

No caso do Legislativo, o jurista aponta que o efeito tende a ser mais diluído, o que reduz o impacto eleitoral coletivo. "A imagem do Poder Legislativo é fragmentada entre vários parlamentares, e isso dificulta que o eleitor associe o escândalo de forma geral à Câmara Legislativa", explicou. Ele pondera que "se houver envolvimento direto ou denúncia nominal contra algum parlamentar, isso pode comprometer de forma significativa uma tentativa de reeleição em 2026".

Pucci destacou que investigações ou menções ao escândalo não geram, por si só, impedimento eleitoral, mas podem pesar politicamente. "A pessoa pode ser investigada, responder a inquérito ou até ser condenada em primeira instância e mesmo assim concorrer. A inelegibilidade só surge após condenação por órgão colegiado", afirmou.

Investigação

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) instaurou um procedimento para apurar a participação do governador Ibaneis Rocha (MDB) nas tratativas envolvendo o BRB e o Master. A medida atende pedido protocolado, na semana passada, pelos mesmos partidos que assinaram o pedido de impeachment de ontem. (Leia mais sobre o assunto na editoria de política).

Se houver instauração de inquérito, o STJ deverá acompanhar as medidas, pois é o foro competente para processar e julgar governadores. "As representações da oposição) serão remetidas à Procuradoria e, como não tenho nenhum envolvimento, devem ser arquivadas", afirmou Ibaneis ao **Correio**.

Representantes dos mesmos partidos vão se reunir hoje com o procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Georges Seigneur para entregar uma representação pedindo que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) investigue o envolvimento do governador Ibaneis no esquema de compra do Master pelo BRB.

"Esperamos que o MPDFT investigue e a CLDF se sensibilize e instale a CPI do banco Master. Ibaneis precisa ser investigado em todas as instâncias", clamou o deputado Chico Vigilante. "Os deputados da base precisam assinar o pedido de instalação da CPI. Precisamos de 13 deputados que tenham a coragem de assinar. Se os parlamentares da base dizem que foram enganados e por isso votaram pela aprovação da compra do Master, eles devem apoiar a CPI. Dessa forma, as coisas ficarão esclarecidas", acrescentou.

O deputado Gabriel Magno defende ainda que o governador seja afastado para que as investigações corram sem interferências. "Se ele usou de influência política para colocar Brasília e o BRB na lama, ele não pode continuar governando, pois corre o risco dele continuar usando a influência para atrapalhar as investigações", ressaltou.

Até o momento, o pedido de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Master na CLDF conta com sete assinaturas. Para que o pedido seja protocolado, são necessárias oito assinaturas, mas para passar à frente dos outros pedidos de CPI pendentes, são necessárias 13.



ANA MARIA CAMPOS
camposanamarca5@gmail.com

Nas mãos de Gonet

Gustavo Moreno / STF



O procedimento aberto no Superior Tribunal de Justiça (STJ) relacionado ao governador Ibaneis Rocha (MDB) sobre as tratativas entre o BRB e o Banco Master foi muito comemorado pela oposição, mas por ora é apenas um andamento de praxe. Os presidentes de cinco partidos de esquerda — PT, PCdoB, Rede, PDT e PV — protocolaram na semana passada uma Notícia de Fato em que apontam o que chamam de indícios de envolvimento de Ibaneis nas fraudes do Master. Mas a investigação sequer foi aberta. Cabe ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, decidir se há elementos para iniciar uma investigação diretamente relacionada ao governador do Distrito Federal. Essa convicção do Ministério Público, que é o dono da ação penal, pode surgir também a pedido da Polícia Federal, caso os investigadores conclua que há elementos para estender o inquérito ao chefe do Palácio do Buriti. Neste caso, toda a investigação e eventuais medidas cautelares devem ser acompanhadas e aprovadas pelo STJ, foro competente para processar e julgar governadores.

Rigor

O procedimento que tramita sob sigilo de justiça está sob a relatoria da ministra Isabel Gallotti, considerada rigorosa em casos envolvendo recursos públicos. Ela deve encaminhar a petição dos partidos de oposição à Procuradoria-Geral da República, a quem cabe decidir os próximos passos: abre investigação, arquiva ou pede diligências.

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Impeachment

Os mesmos partidos que protocolaram a Notícia de Fato contra Ibaneis Rocha — PDT, PT, PCdoB, PV e Rede Sustentabilidade — protocolaram ontem na Câmara Legislativa um pedido de impeachment contra o governador por crime de responsabilidade. Alegam atuação direta de Ibaneis nas negociações que envolveram o Banco de Brasília (BRB) e o Banco Master, atualmente em liquidação extrajudicial.

Se não tem CPI...

Diante das operações do BRB com o Master, a deputada Paula Belmonte (PSDB) apresentou requerimento na Câmara Legislativa para a criação de uma Comissão Especial de Acompanhamento dos Desdobramentos Financeiros do BRB. A ideia é monitorar as medidas adotadas pelo banco, análise do plano de reestruturação e ações para recuperação de recursos, com foco na proteção do patrimônio público e dos correntistas. O requerimento ainda precisa ser aprovado em plenário.

Ana Ravssa/Esp. CB



Crônicas em coletânea

O presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira, lançou ontem *Fragmentos do cotidiano em crônicas*, em noite prestigiada. Ele definiu o livro como uma coletânea de memórias pessoais transformadas em textos breves. "O livro, na realidade, é uma coletânea de memórias transformadas em crônicas. São histórias da minha vida, que passam pelas memórias da infância, pela convivência familiar, pela convivência profissional, os primeiros passos na vida profissional, como menor aprendiz do Banco do Brasil", afirmou. Segundo o autor, os textos percorrem diferentes fases da trajetória, reunindo episódios antigos e recentes, com registros que variam entre o sério e o cômico. "A intenção do livro é exatamente retratada no seu título: são fragmentos de pensamentos, fragmentos de fatos que ocorreram até hoje na minha vida", explicou.

Mariana Campos/CB/DAPress



Estímulos externos

O presidente da Caixa Econômica Federal destacou que a ideia de transformar esses registros em livro surgiu a partir de estímulos externos. Ele lembrou que já havia publicado uma obra técnica, derivada de sua experiência profissional e do mestrado, mas que a crônica surgiu de outro impulso. "Depois, recebi convites para participar de livros de coautoria, escrevi algumas crônicas e fui estimulado por algumas pessoas a pegar textos que eu tinha guardado e produzir outros, no sentido de transformá-los nesse livro que hoje está sendo apresentado à sociedade", relatou.

Peso emocional

Ao falar sobre os textos mais marcantes da obra, Carlos Vieira ressaltou que as crônicas ligadas à família sempre carregam um peso emocional maior, mas revelou preferência por aquelas ambientadas no interior. "Os meus preferidos são os que retratam a minha convivência no interior, de onde eu vim, com aquela sociedade típica, onde tem o bêbado, o louco, a pessoa ranzinza. Essas figuras muito características do interior estão retratadas em algumas crônicas", disse. Natural da Paraíba, ele contou que nasceu em Lagoa de Dentro, cidade que inspira parte do universo narrativo do livro.

Noite de sucesso

O presidente do *Correio Braziliense*, Guilherme Machado, avaliou de forma positiva a noite de autógrafos do livro *Fragmentos do cotidiano em crônicas* e destacou a expectativa em torno da obra. "A noite de autógrafos é um sucesso. O livro eu ainda vou ler, mas sendo do Carlos, esse amigo paraibano de uma cultura imensa, muito viajado, uma pessoa fantástica e muito experiente, eu só espero uma leitura agradabilíssima", afirmou.

Guilherme Felix CB/DA Press



IA no TCDF

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) anuncia hoje, às 15h, a entrega de novas soluções de inteligência artificial voltadas à modernização e à aceleração das análises de processos, dados e auditorias realizadas pela Corte. O investimento, apresentado pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), tem potencial para reduzir significativamente o tempo de trabalho das equipes técnicas. O anúncio será feito pelo presidente da Corte, Manoel de Andrade (foto).

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

AGRESSÃO/ TJDFT rejeitou, ontem, o segundo habeas corpus impetrado pela defesa de Pedro Turra em menos de 48 horas. Advogados recorreram ao STJ. Amigos e familiares da vítima, que segue internada na UTI, se mobilizam para doar sangue

Justiça nega novo pedido de piloto

» PAULO GONTIJO
» ANA MARIA CAMPOS

A Justiça voltou a negar, ontem, um pedido de liberdade de Pedro Arthur Turra Basso, de 19 anos, preso preventivamente por espancar e deixar em coma um adolescente de 16 anos, em 23 de janeiro, em Vicente Pires. A defesa do indiciado havia ingressado com um pedido de habeas corpus, negado na segunda-feira pelo desembargador Diaulas Ribeiro, da 2ª Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), que também suspendeu o sigilo do processo.

Sem sucesso na primeira instância, os advogados de Pedro Turra protocolaram outro pedido de habeas corpus, agora no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A assessoria de imprensa da Corte confirmou o recebimento, mas informou que o processo ainda não foi autuado, ou seja, embora protocolado, ainda não recebeu número nem relator.

Na decisão, Diaulas Ribeiro considerou que não havia fato que justificasse uma revisão de sua decisão anterior. "Não transcorreram nem 48 horas da decisão; obviamente, não há fatos novos ou modificação no contexto jurídico capaz de infirmar as razões que me levaram a indeferir a liminar", afirmou.

Segundo o desembargador, houve

"mera repetição de argumentos que já foram rejeitados". Ele também ressaltou que não ocorreram alterações no quadro do adolescente agredido. "Quanto à vítima, também não há fatos novos. Continua internada, em coma, em estado grave", acrescentou.

Diaulas Ribeiro reafirmou a decisão de manter Pedro Turra em cela individual, separado dos demais presos, no Centro de Detenção Provisória (CDP), no Complexo Penitenciário da Papuda. A medida permanece válida ao menos até que haja alterações no caso ou eventual pedido do Ministério Público. O objetivo, segundo o relator, é garantir a integridade física do investigado.

Defesa

Para o advogado Éder Fior, que integra a defesa de Pedro Turra, a decisão reforça o argumento de que há riscos à integridade física de seu cliente no sistema prisional. Segundo ele, a cela individual não oferece qualquer benefício diferenciado. O espaço é descrito como pequeno e equipado apenas com cama, vaso sanitário e pia, sem vantagens em relação às demais celas, exceto pelo fato de o investigado permanecer sozinho.

A defesa sustenta que o investigado possui residência fixa, não tem antecedentes criminais, colabora com as investigações e nunca ten-

Paulo Gontijo



Amigos do jovem agredido por Pedro Turra doam sangue no Centro Médico de Brasília

tu fugir. Os advogados alegam que o ex-piloto sofre com a repercussão do caso na imprensa, o que teria motivado a prisão dele.

Mas para o desembargador Diaulas Ribeiro, a prisão preventiva não representa rigor excessivo, mas sim

uma resposta jurídica necessária para a preservação da ordem pública. "A sociedade, que acompanha perplexa a naturalização de violências juvenis filmadas como troféus, deve perceber que o direito ainda resguarda limites. Isso reforça a necessi-

dade de garantia da ordem pública", afirmou na decisão de segunda-feira.

Doações

Amigos e familiares do adolescente agredido por Pedro Turra se-

guem mobilizados para a doação de sangue, após um apelo feito pela família nas redes sociais. O jovem segue internado em estado grave, em coma, na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Brasília Águas Claras, e precisa da manutenção do estoque de sangue durante o tratamento.

Nos últimos dias, grupos de amigos da vítima têm comparecido ao Centro Médico de Brasília, na Asa Sul, de forma organizada. A mobilização partiu dos próprios colegas, que se dividiram em grupos para atender ao pedido da família e da equipe médica.

Entre os voluntários estão as estudantes Júlia Alecrim e Maria Ramos, ambas de 18 anos, que conviveram com o adolescente na escola. Apesar de não serem da mesma turma, elas faziam parte do mesmo grupo de amigos e mantinham contato frequente. Segundo as jovens, a notícia da agressão abalou profundamente o grupo. "Quando recebemos a notícia do que tinha acontecido, foi um choque absurdo. Doar sangue é uma forma de ajudar", relatou Júlia.

O estudante Cauã de Oliveira, 18, amigo do adolescente há cerca de dois anos, também participou da mobilização. "Ver um amigo tão novo passar por isso deixa a gente sem chão. Vir doar é a única forma que encontrei de fazer alguma coisa por ele", afirmou.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Destino do planeta

Com uma foto, Sebastião Salgado, que nos deixou no ano passado, tinha o poder de condensar a tragicidade, a dramaticidade ou o lirismo de uma situação. Realmente, ele tirou fotos que suscitam mil palavras. São carregadas de sugestões poéticas. Nunca terminam de ser olhadas. A cada mirada, renovam o mistério. Pensei em Sebastião Salgado por causa da situação trágica que enfrentamos com o meio ambiente e com o nosso destino no planeta.

Algumas vezes, a gente esquece que Sebastião Salgado era um fotógrafo. Ele

dignificava o jornalismo com suas imagens cruas ou líricas, impregnadas de pungente humanismo. Preferiu a foto preto e branco do que o apelo à cor para ater-se ao essencial e não se dispersar nas seduções fáceis. Era como se fosse um Graciliano Ramos com uma câmera na mão fotografando a palo seco.

No entanto, essa recusa aos artifícios não significava, em nenhum momento, ausência de afeto. As fotos de Sebastião Salgado transmitem um profundo humanismo e um profundo amor pela realidade. As mães africanas aparecem em um campo de refugiados na Etiópia em uma atmosfera surreal como espectros tangidos pelo destino arrastando as crianças. Os trabalhadores surgem com os corpos tatuados de carvão.

Garimpeiros se apinham em escadas de corda improvisadas na subida de um mor-

ro de Serra Pelada numa cena apocalíptica. Uma onça que se mistura tão indistintamente ao rio no nado que se transforma em um rio-onça-corrente. Não é apenas o fotógrafo da denúncia; é também o poeta das imagens epifânicas da natureza.

Sebastião Salgado acompanhou e fez um registro sensível das mais importantes transformações do mundo no século 20 e no século 21: a estupidez das guerras, a onda de refugiados causada pelos conflitos, o trabalho que desumaniza, a gênese da natureza intocada e as ameaças de extinção da humanidade. A beleza de suas fotos não é para enfeitar; é a beleza arrancada da verdade dos fatos. Ele tirou fotos para nos ensinar a ver o outro com humanidade, mesmo nas situações mais degradantes. E para atizar o nosso inconformismo com as injustiças sociais.

Ao lado da esposa Lélia, a partir de 1998, conseguiu reflorestar trechos da Mata Atlântica em uma fazenda da família, em Aimorés, Minas Gerais, onde nasceu. Tudo estava devastado pelas plantações. Botou a mão na massa e mostrou que, se houver consciência, compromisso com a humanidade e vontade de fazer era possível restaurar o equilíbrio da natureza.

Com o reflorestamento, o que era insustentável tornou-se sustentável. A biodiversidade foi restaurada, os animais e os pássaros voltaram à área da Bacia do Rio Doce. A pedido de Sebastião, Gilberto Gil compôs a canção *Reflorestar*: “Manter em pé o que resta não basta/Que alguém virá derrubar o que resta/O jeito é convencer quem de vasta/A respeitar a floresta/Manter em pé o que resta não basta/Que a motosserra voz faz a festa/O jeito é compreender que já

basta/E replantar a floresta”.

Mas, apesar de ter mostrado que era plenamente viável recuperar a natureza, Sebastião era cético quanto à disposição dos humanos em realizar as ações necessárias, pois a maioria é movida pela ganância, insciência e egoísmo. Em entrevista à repórter Nahima Maciel, ele expressou a lucidez dura que aparece em muitas fotos que tirou: “Não estou seguro que o ser humano vai sobreviver, mas não tenho mais uma preocupação se ele vai sobreviver ou não. Não tenho mais essa decepção que eu tive quando terminei o *Êxodus*, onde eu estava totalmente concentrado só no ser humano. Hoje, não é importante se o ser humano terminará, o importante é que o planeta vai se refazer das mazelas que criamos nele, vai reconstituir o equilíbrio que nossa espécie provocou”.

ACIDENTE

Dois se ferem em queda de elevador

Somente em janeiro deste ano, o Corpo de Bombeiros registrou 84 ocorrências envolvendo esse tipo de equipamento. Em 2025, o número de atendimentos chegou a 1.101, superando os registros de 2024, que somaram 865 casos

» LARA COSTA

O elevador de um prédio residencial na Colônia Agrícola Samambaia despenhou, na noite da última terça-feira, e feriu uma mulher e um homem. O equipamento caiu do terceiro pavimento até o subsolo. Uma das vítimas sofreu trauma moderado em uma perna e foi encaminhada para uma unidade hospitalar, onde permanecia internada ontem. De acordo com os bombeiros, ela estava consciente, orientada e em estado estável. Um homem também se feriu após bater a cabeça, mas recusou o transporte para o hospital. Os outros seis ocupantes não apresentaram ferimentos.

Segundo relato das vítimas, o elevador estava entre o segundo e o terceiro andar quando os oito ocupantes ouviram um forte barulho. Em seguida, o equipamento caiu até o primeiro subsolo do prédio. Os militares realizaram a retirada segura de todos os ocupantes.

Segundo o síndico do Residencial Mirante Park, Bruno Vieira, o elevador tem capacidade máxima para seis pessoas ou 450 quilos, mas oito ocupantes entraram no equipamento. Ainda de acordo com ele, a manutenção do elevador está em dia, com a última vistoria

mensal realizada em 19 de janeiro.

O síndico afirmou que o excesso de peso pode ter provocado o acionamento do sistema de segurança. “O elevador estava descendo do quinto andar para o térreo quando, devido ao peso, o freio foi acionado, causando um tranco. Apesar disso, o equipamento desceu normalmente e permanece íntegro. Apenas a porta do subsolo foi danificada para que os bombeiros pudessem prestar atendimento”, explicou.

A estudante de fisioterapia Isabela Carvalho, de 27 anos, moradora do segundo andar do residencial, não estava no elevador no momento do acidente, mas relatou ter ouvido o barulho da queda. “Eu estava dormindo, mas consegui escutar o impacto”, contou.

Moradora recente do prédio, ela afirma que, embora não tenha sido diretamente afetada, a situação trouxe transtornos à rotina. “A principal dificuldade agora é precisar usar as escadas, principalmente pela manhã, o que acaba sendo cansativo”, relatou.

Ocorrências

Dados do Corpo de Bombeiros (CBMDF) apontam que, apenas em janeiro deste ano, foram

CBMDF/Divulgação



Bombeiros orientam manter a calma, avisar pelo interfone e ligar para o número de emergência 193

registradas 84 ocorrências classificadas como “pessoa prensada em elevador” e “pessoa presa ou confinada em elevador”. O levantamento indica que, em 2025, o número de

atendimentos chegou a 1.101 casos, superando os registros de 2024, que somaram 865 ocorrências.

Os bombeiros orientam que, em situações de pane ou acidente em

elevadores, os ocupantes mantenham a calma e aguardem o resgate, evitando o pânico. A recomendação é utilizar o interfone ou o botão de emergência para contato

imediatamente com a portaria. “Caso o interfone não funcione, a pessoa deve ligar diretamente para o número de emergência 193 e solicitar apoio”, informa a corporação.

Também é orientado que ninguém tente forçar as portas ou sair do elevador por conta própria, devido ao risco de queda ou esmagamento. A presença de idosos, crianças ou gestantes deve ser informada para priorização do resgate.

Manutenção

No Distrito Federal, a fiscalização da manutenção dos elevadores é realizada de forma compartilhada entre empresas especializadas, responsáveis pela manutenção preventiva mensal, e órgãos do Governo do Distrito Federal (GDF), durante vistorias periódicas. Nesse contexto, o síndico é o principal responsável legal pela segurança do equipamento.

De acordo com o CBMDF, caso sejam constatadas irregularidades nas condições dos elevadores, podem ser aplicadas sanções como interdição do equipamento, multas administrativas, responsabilização civil com pagamento de indenizações e, em casos mais graves, responsabilização criminal do síndico, além de ações judiciais.

OPERAÇÃO

Golpistas na mira da polícia

» DARCIANNE DIOGO

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) deflagrou, ontem, a operação “Olx Pay”, com o objetivo de desarticular um grupo suspeito de aplicar golpes contra usuários de uma plataforma de comércio eletrônico. A ação foi conduzida pela 17ª Delegacia de Polícia (Taguatinga Norte).

Segundo a investigação, ao menos 12 vítimas registraram ocorrências desde o início do ano passado. Todas anunciavam celulares de alto valor no site e eram procuradas por supostos compradores, que diziam realizar o pagamento pela própria plataforma.

Após breve negociação, os golpistas enviavam às vítimas um

e-mail falso, simulando a confirmação da transação e acionavam um motoboy para retirar o aparelho na residência do vendedor. Em seguida, solicitavam o pagamento de uma suposta taxa de liberação do valor. Mesmo após a transferência da comissão, o dinheiro nunca era creditado, e as vítimas ficavam sem o celular e sem o valor pago.

No início das apurações, a polícia prendeu um homem suspeito de receptor os aparelhos na região central de Ceilândia. Parte dos celulares foi recuperada. Com o avanço das diligências, os investigadores identificaram sete integrantes do grupo, a maioria residente em Curitiba (PR), destino de parte dos aparelhos.

De acordo com o delegado Thiago Boeig, adjunto da 17ª DP, apenas em uma conta vinculada a um aplicativo de entregas foram solicitadas 47 corridas de moto no Distrito Federal, o que indica a possibilidade de outras vítimas. As investigações seguirão, para identificar outros suspeitos e novos prejuízos.

Os suspeitos foram indiciados por 12 crimes de estelionato por meio eletrônico, além de lavagem de dinheiro e organização criminosa. A Justiça expediu mandados de busca e apreensão contra dois apontados como líderes do grupo, ambos em Curitiba, cumpridos ontem. Os itens apreendidos não foram divulgados.

Quadra abandonada na Asa Norte

Davi Cruz/CB/D.A Press



Moradores das quadras 309/310 da Asa Norte denunciam o estado de abandono da área externa de uma quadra esportiva localizada na região. O local apresenta grande acúmulo de lixo, mau cheiro e presença de animais como ratos, o que tem causado medo e insegurança. O advogado Fernando José Albuquerque, 28, que passeia diariamente pelo local, confirmou o problema. “Eu moro aqui há uns três ou quatro anos e sempre teve muito lixo nessa área. Passeio com o meu pet, e o mau cheiro só aumenta.” Em nota, o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) informou que uma equipe esteve no endereço e identificou a presença de uma pessoa em situação de rua com acúmulo de materiais. Quanto ao lixo, trata-se de descarte irregular.

Obitório

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.df@dabr.com.br

Sepultamentos em 4/2/2026

» Campo da Esperança

Altair Sacramento Santos, 76 anos
André Pinto Silva, 38 anos
Cláudia Gonçalves Xavier, 62 anos
Cleoneice de Moura Fernandes, 54 anos
Diego Humberto de Freitas, 43 anos
Enir Gomes Ferreira, 91 anos
Gerson Simões de Souza Junior, 49 anos
Joana da Silva Neiva, 80 anos
João Luiz Rosa, 71 anos

Joyce Ribeiro de Souza, 87 anos
Júlia Maria de Jesus, 90 anos
Luisa Rodrigues Lima, 77 anos
Maria Aparecida Castilho Marques Magalhães, 73 anos
Maria Marlene da Silva, 69 anos
Moisés Santiago, 73 anos
Raimundo Nonato da Silva Junior, 43 anos
Rubens Torres Vieira, 74 anos

» Taguatinga

Benedito Marques de Lima, 60 anos

Dilson Francisco de Souza, 77 anos
Eilzo Bezerra da Silva, 54 anos
Elane Cristina Alves Lima, 47 anos
Fabiana Estrela Arão, 53 anos
Geraldo Teodoro da Costa, 68 anos
Janine Alves da Silva, menos de 1 ano
Jesus Ribeiro Dias, 75 anos
Joaquim Monteiro dos Santos, 73 anos
José Damiano da Silva, 89 anos
Maria Aparecida Fabiano de Jesus, 84 anos
Maria Helena de Lira, 54 anos
Morgana Moisés de Oliveira, 44 anos

Rita Rodrigues Lima, 82 anos
Rodrigo Leonardo Ribeiro de Souza, 36 anos

» Gama

Antônio Carlos de Oliveira, 80 anos
Cremilda Figueira Gouveia, 67 anos
Manoel Pereira de Sousa, 89 anos
Paulo Roberto Pereira Dias, 60 anos

» Planaltina

Isânia José da Rocha, 55 anos

» Sobradinho

Edson Rodrigues de Souza, 51 anos

Francisco Jacobino Ramalho, 96 anos
Jazoil Teixeira, 89 anos
Joaquim Peixoto Neto, 93 anos
Leonilde Faria dos Santos, 89 anos
Terezinha Santos Caldeira, 88 anos

» Jardim Metropolitano

Maurícia Firmino do Nascimento Lima, 90 anos
Kely Oliveira de Sousa Costa, 42 anos
Maria Bárbara Sena Ferreira de Sousa, 29 anos

Festa da aprovação na UnB

Estudantes celebram ingresso no primeiro semestre letivo na Universidade de Brasília. Confira lista oficial dos vitoriosos



» DARCIANNE DIOGO
» IAN VIEIRA*
» VICTOR ROGÉRIO*

Com os olhos fixos nos papéis, Evelyn Brandão, 18 anos, levou alguns minutos para localizar o próprio nome entre os milhares divulgados no listão de aprovados no vestibular tradicional da Universidade de Brasília (UnB). A aprovação no curso de farmácia veio depois de seis meses de estudos intensos atrelado à renúncia temporária do trabalho de confeitaria.

Assim como Evelyn, ontem, centenas de jovens se reuniram para conferir, em tempo real, a divulgação dos futuros alunos da instituição pública. Pontualmente às 17h, saiu o resultado e o ICC Norte da UnB transformou-se em festa: alunos tocavam instrumentos musicais, cantavam, gritavam, jogavam tinta e farinha de trigo uns aos outros.

Evelyn era uma das sujas de farinha. Com sorriso largo, ela declarou ser o dia mais feliz da vida. A moradora de Planaltina de Goiás escolheu o curso de farmácia no começo do ensino médio, em uma escola pública do município goiano. O foco é ser perita criminal. “É um dos cursos mais aceitos para prestar esse concurso. Entrar na UnB era minha única opção”, contou.

A dedicação aos estudos estreitou no segundo semestre de 2025, quando decidiu abandonar o trabalho de confeitaria para focar na aprovação do vestibular. A empresa onde trabalhava é gerenciada pela própria irmã. “Fiz um cursinho on-line gratuito e estudei de duas a três horas por dia. Sentia que não estudava o suficiente, mas vi que valeu a pena”, disse.

As irmãs Ananda, 18, e Isadora de Castro, 20, estudaram juntas para cursos diferentes: engenharia de software e ciências contábeis. Elas contam que extraíam conhecimentos por meio de vídeos do YouTube e respondiam caderno de questões. Resultado? As duas foram aprovadas para as formações dos sonhos.

Isadora vai se formar em análise e desenvolvimento de sistemas este ano e está ansiosa com o novo curso. Já Ananda diz ter se encontrado no mundo das engenharias. “Já fazia parte de um projeto de ciência para meninas na UnB e sempre me familiarizei com o mundo digital e de jogos. Além disso, o mercado de trabalho para essa área é rico”, defendeu.

Enquanto alguns mantinham viva a esperança de aprovação, Luan Marcelo não esperava ser aprovado no curso mais concorrido da UnB:

Fotos: Bruna Gaston/CB/D.A Press



Divulgação do listão de aprovados foi feita em clima de festa e muita comemoração no ICC Norte do câmpus Darcy Ribeiro



Luan Marcelo mal pode acreditar que passou em medicina



Evelyn Brandão ingressa no curso de farmácia



As irmãs Ananda e Isadora de Castro comemoram juntas a aprovação

Yandra Martins/CB/D.A Press



Santiago Ghose garantiu o primeiro lugar em medicina

Yandra Martins/CB/D.A Press



Futura médica, Ana Clara Bruzzeguez celebrou 3º lugar

medicina. Aos 25 anos, foi à UnB para ver se encontrava o nome na lista, mas sem expectativa. O desânimo é resultado de um longo período de estudos e portas fechadas. Nessa tentativa de aprovação, resolveu abandonar o trabalho de garçom.

“Eu entrava às 11h no serviço e saía às 23h. Estudava nas três horas de intervalo e pela manhã, antes do expediente. Confesso que ainda estou sem acreditar”, explicou Luan, que é casado e tem uma filha de 5 anos.

No topo do pódio

Aos 17 anos, Santiago Ghesti Galvão, natural de Brasília, foi aprovado em 1º lugar em medicina pela UnB, por meio do vestibular tradicional. Morador da Asa Sul e filho de pais psicólogos, o jovem descobriu a vocação pela saúde no 8º ano do ensino fundamental, quando começou a gostar das aulas de biologia. Sua preparação para o vestibular ocorreu durante o 3º ano do ensino médio, em 2025.

Sua rotina começava às 7h15, no Colégio Pódion, onde contou com a ajuda de um cursinho preparatório e terminava a jornada às 20h. Ao

descobrir que foi aprovado, o jovem diz que “pulou de felicidade”.

Segundo Santiago, realizar questões e provas anteriores foi fundamental para conseguir a aprovação. “O mais importante é fazer muitas questões e priorizar conteúdos que você mais tem dificuldade”, aconselha.

Além dos estudos, o estudante destacou o apoio emocional que recebeu de amigos e familiares. “Quero agradecer a meus amigos, pais e professores. Sem isso eu não teria conseguido”, conta.

Ana Clara Bruzzeguez, 17, é moradora de Águas Claras, filha de uma professora e de um técnico de segurança cibernética, foi aprovada ao sair do ensino médio em terceiro lugar para o curso de medicina no câmpus Darcy Ribeiro (Plano Piloto). O sonho da estudante começou a ser trilhado desde o 9º ano do ensino fundamental, quando despertou o desejo de ser médica. “Meu foco era o Programa de Avaliação Seriada (PAS), mas faço a prova do vestibular tradicional desde o primeiro ano



Aponte a câmera para conferir a lista de aprovados

do ensino médio.”

A caloura afirma que começou a focar na preparação ao estudar para provas de bolsa, para escolas particulares: “Eu queria muito mudar para o Leonardo Da Vinci, e quando passei na prova para entrar, comecei estudando para a escola no 1º ano do ensino médio. No ano seguinte, mudei para o Olimpo e entrei no Guia do PAS, que me ajudou muito”. De acordo com Ana Clara, a expectativa é alta para o ingresso na universidade: “Estou muito feliz, espero que a UnB tenha a qualidade que todos falamos, professores especializados, e também que tenha muitas festas!”

Atenção ao cronograma

O listão representa a etapa final de um processo que, para muitos estudantes, é resultado de meses ou anos de esforço. A publicação dos aprovados define o começo de uma das principais universidades públicas do país. Após a confirmação dos resultados, os estudantes aprovados passam

a aguardar as próximas etapas do cronograma acadêmico, como matrícula e início das aulas, previstas no calendário oficial da universidade.

Os calouros que vão ingressar no primeiro semestre letivo de 2026 terão hoje e amanhã para enviar a documentação necessária através do Registro Acadêmico, no site do Cebraspe. Candidatos que não realizarem essa etapa serão automaticamente desclassificados. Os resultados do envio dos documentos sairão em 20/2, com um período de dois dias para reenviar documentos não homologados devidamente.

O resultado definitivo está previsto para sair em 9 de março, com início do período letivo para 16 do mesmo mês. Com a aprovação definitiva, o calouro pode acessar o Checklist oficial de boas-vindas da UnB e a Agenda do Calouro, documentos com o passo a passo detalhado das etapas entre o início da convocação no processo seletivo (independentemente da chamada) e o início das aulas.

Neste ano, foram registradas 16.823 inscrições e disponibilizadas 2.102 vagas, distribuídas entre os câmpus Darcy Ribeiro, Ceilândia, Gama e Planaltina. Segundo a universidade,

também foram registrados 719 inscritos como treineiros — esses realizam as provas com o propósito de avaliar conhecimentos e não podem utilizar a nota para ingressar na UnB.

No câmpus Darcy Ribeiro, o curso mais concorrido é medicina (bacharelado) com 208,95 pessoas candidatas por vaga. Em seguida, fica o curso de direito (bacharelado) como a graduação mais procurada, registrando 41,40 pessoas candidatas por vaga. Na terceira posição, aparece o curso de psicologia (bacharelado/licenciatura/psicólogo) com 40,56 pessoas candidatas por vaga.

O curso com maior concorrência no câmpus de Ceilândia é fisioterapia (bacharelado) com 9,88 pessoas candidatas por vaga. Já no câmpus do Gama, o curso de engenharias –aeroespacial/automotiva/eletrônica/energia/software (bacharelados) conta com 4,55 pessoas candidatas por vaga. Enquanto isso, no campus de Planaltina, o curso de gestão do agronegócio (bacharelado) é o mais concorrido, com 0,68 pessoa candidata por vaga.

* Estagiários sob a supervisão de Ana Sá e Patrick Selvatti

PODCAST DO CORREIO

Campanha para garantir folia segura e com respeito

» WALKYRIA LAGACI*

Para curtir o carnaval sem preocupações é essencial garantir um espaço de segurança e acolhimento nos bloquinhos. É isso que a campanha “Folia com Respeito”, criada por Letícia Helena, membro da Frente Ampla dos Blocos do DF, propõe, ao colocar o combate ao assédio e à violência como parte central da organização da festa.

No Podcast do Correio, a coordenadora explicou aos jornalistas Mila Ferreira e José Carlos Vieira as iniciativas para promover a segurança nas festas carnavalescas e destacou a importância de transformar a folia em um ambiente acolhedor para todos os públicos.

A campanha completa 10 anos e lançou sua carta de compromisso para o carnaval de 2026. “É um protocolo aberto para blocos, plataformas, organizadores e fazedores de carnaval aderirem e, dentro dele, eles aceitam uma série de iniciativas que tomamos para ter

um carnaval mais acolhedor e seguro, que é o que almejamos”, explica Letícia. Segundo ela, o documento funciona como um guia de boas práticas que orienta desde a conduta das equipes até a forma de acolhimento do público.

A criação da campanha surgiu de um problema social de violência e vem, desde 2016, buscando alternativas para combater os assédios nos bloquinhos, que acometem principalmente as mulheres e o público LGBTQIAPN+.

“Todos querem curtir, decidem que roupa vão usar, que maquiagem vão usar e chegam lá, na hora, sofrem uma

violência, um assédio. Isso estraga o carnaval de todos, então, não queremos”, ressalta. “Quando criamos essa festa magnífica e chamamos as pessoas para ir às ruas, é justamente para todo mundo curtir junto, celebrar, criar memórias felizes”, acrescenta.

Letícia ressalta que a conduta dos organizadores é primordial para construir um ambiente

Reprodução/CB/D.A Press



Letícia Helena, coordenadora da campanha “Folia com Respeito”

acolhedor nos bloquinhos. “É importante que nenhum organizador, por exemplo, esteja respondendo por racismo, homofobia, LGBTfobia ou alguma questão relacionada à violência contra a mulher”, destaca. Para a coordenadora, a postura de quem promove o evento

influencia diretamente a experiência do público e estabelece os limites do que é tolerado na festa.

Os blocos que entram na campanha assumem o compromisso de realizar treinamento com as equipes para que saibam respeitar e receber o público diverso. Este



Aponte a câmera para assistir ao Podcast do Correio

ano a campanha agendou dois treinamentos em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Distrito Federal (OAB/DF) para os trabalhadores do carnaval. As formações abordam noções de direitos, protocolos de ação e estratégias de prevenção à violência.

Diálogo constante

Segundo a criadora da campanha, as formas de violência que ocorrem no carnaval são as mesmas que acontecem diariamente na sociedade, mas é um momento que ficam em evidência, potencializadas pela grande concentração de pessoas: “A mesma pessoa que assedia em um ônibus, é a pessoa que vai no carnaval com a intenção também de assediar mulheres”.

“Na verdade, o carnaval é mais uma forma de educar que a gente

tem”, aponta Letícia, ao defender o uso da festa como espaço de conscientização coletiva. Para ela, ensino e comunicação é o que falta para combater a violência, e o diálogo deve ser cada vez mais constante para que o público aceite previamente as condutas de respeito nos ambientes festivos do carnaval. “Quando se afixa um cartaz informando que o assédio é proibido naquele local, inibe-se os assediadores presentes”, reforça.

A coordenadora pontua que o carnaval é um momento de curtir, viver novas experiências, de beijar na boca, conhecer novas pessoas, mas com limites estabelecidos, baseados em consentimento. “É um ponto de encontro onde todos estão mais abertos. Mas isso não significa que qualquer pessoa que esteja ali, independentemente da roupa que esteja vestindo, para sofrer uma violência. Tudo tem um limite muito claro e bem definido que temos que respeitar”, conclui, reforçando que liberdade e responsabilidade precisam caminhar juntas para que a festa seja segura.

* Estagiária sob supervisão de Patrick Selvatti

Capital S/A

ROBERTO FONSECA (INTERINO)
robertovfonseca@gmail.com



“A política se encarrega do presente e do futuro.
É a justiça que se encarrega do passado”
Raúl Alfonsín (1927-2009), ex-presidente da Argentina

Whisk



O avanço da IA, segundo o Google

O Brasil deixou a fase de curiosidade e se consolidou como um dos mercados mais avançados no uso prático de inteligência artificial. A pesquisa Our Life with AI (Nossa vida com IA, em tradução livre), do Google com a Ipsos, mostra que 71% dos adultos conectados no país já utilizaram chatbots de IA, índice nove pontos acima da média global e 25 pontos superior ao registrado em 2023. O principal motor dessa adoção é o aprendizado: 79% dos usuários brasileiros recorrem à IA para aprender algo novo, superando o entretenimento, que perdeu espaço. No ambiente corporativo, 75% usam a tecnologia para apoiar tarefas de trabalho, sinalizando impacto direto na produtividade. O levantamento, feito com 21 mil pessoas em 21 países, indica ainda um ambiente favorável a negócios: 62% avaliam que o Brasil está se preparando para capturar ganhos econômicos com IA, reforçando oportunidades para empresas de tecnologia, educação e serviços digitais.

Barreiras de investimento

O mercado financeiro brasileiro atingiu, em 2025, um patamar inédito de maturidade, com 100 milhões de pessoas aplicando em renda fixa, alta de 20% em um ano. O avanço, porém, expõe um gargalo relevante para 2026: 66% dos brasileiros que conseguem poupar ainda não usam produtos de investimento. Pesquisa inédita do Google aponta que o problema não é renda ou conjuntura — o desemprego está em 5,6%, os juros em 15% e a massa salarial em alta —, mas comportamento. Desconhecimento de produtos (63%), medo de golpes (43%) e dificuldade de compreensão (39%) seguem afastando o poupador do mercado. A resposta do setor passa pela educação digital. Em 2025, o YouTube registrou alta de 26% nas visualizações sobre investimentos e engajamento oito vezes maior do que outras redes, consolidando-se como principal porta de entrada para a formação financeira.

Ed Alves/CB/D.A Press



Nota Legal tem regras definidas para o primeiro sorteio de 2026

O programa Nota Legal, do Distrito Federal, está com as regras definidas para o primeiro sorteio de 2026, marcado para 20 de maio. Só poderão concorrer consumidores cadastrados, com geração de bilhetes eletrônicos limitada a 200 documentos por mês, acumulados entre 1º de maio e 31 de outubro de 2025.

Contribuintes com débitos junto à Fazenda do DF ficam impedidos de participar, embora a Secretaria de Fazenda aceite Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa emitida entre 9 de fevereiro e 17 de março de 2026. A habilitação poderá ser consultada a partir de 3 de março, com prazo de contestação até 17 de março.

O sorteio usará como base os cinco primeiros números da Loteria Federal de 16 de maio de 2026. Serão novamente distribuídos R\$ 3,5 milhões em dinheiro em 12,6 mil prêmios, já com os impostos recolhidos, sendo o principal de R\$ 1 milhão.

Reprodução Nota Legal



RS 1 MILHÃO

Valor que uma empresa de transporte terá que pagar de indenização a dois filhos de um motorista de caminhão-tanque que morreu na explosão de três veículos, ao passar gasolina de um para os outros. A decisão é do Tribunal Superior do Trabalho e segue o entendimento do próprio TST de que, em atividades como o transporte de combustíveis, a exposição a riscos graves justifica a responsabilização objetiva da empresa, independentemente de culpa ou negligência.

Sextou com grana

O pagamento do Serviço Voluntário Gratificado (SVG), referente a dezembro, aos policiais civis do Distrito Federal está previsto para cair amanhã na conta dos servidores. Segundo o Sindicato dos Policiais (Sinpol), o Departamento de Gestão de Pessoas da Polícia Civil do DF informou que não houve contingenciamento da verba, que tem natureza especial e, por isso, fica fora da determinação do GDF de conter gastos.

Campanha de verão

O Outlet Premium Brasília continua até domingo com a campanha de verão que conecta compras e lazer. Em parceria com o Bali Park, resort que abriga a maior praia artificial da América do Sul, a ação permite que clientes adquiram ingressos de Day Use por R\$ 25, um valor 90% inferior ao preço original. Durante o período da campanha, a cada R\$ 400 em compras realizadas no outlet, o consumidor tem direito a comprar um ingresso promocional para o Bali Park, localizado às margens do Lago Corumbá IV.

VEM AÍ...



O **Correio Braziliense** prepara uma cobertura completa do Carnaval de Brasília, com conteúdos especiais para você curtir cada momento da folia: dicas de fantasias, makes e looks, roteiros de blocos, matérias e informações essenciais.

E tem mais: chega a **9ª edição do Prêmio CB Folia**. O público participa votando no bloco favorito e concorrendo ao melhor look de fantasia.

CONTEÚDO

ENTRETENIMENTO

INFORMAÇÃO

Nos acompanhe e não perca nenhum detalhe do Carnaval de Brasília.

Instagram: @correio.braziliense

Website: correio.braziliense.com.br

Apoio: **PETRA**
— PURO MALTE —

Realização:

CORREIO BRAZILIENSE
PLATAFORMA DE COMUNICAÇÃO

Clube
100,5 FM

TV BRASÍLIA

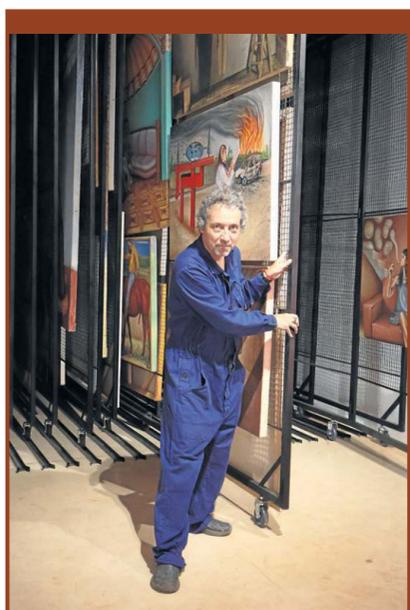
CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO





Entrada da exposição permanente, inspirada no *Inferno* de Dante

Espaço que une arte e memória



Obras de Nelson Maravalhas estão no museu



Espaço monográfico fica no Lago Norte

O Museu Hynacoteca Maravalhas reúne obras do mesmo artista que projeta imagens mentais no mundo real, provocando impacto nos visitantes

» VITÓRIA TORRES

O Museu Hynacoteca Maravalhas — também conhecido como Museu do Urubu, no Lago Norte, é um espaço monográfico, inaugurado em 2024, que reúne exclusivamente obras de Nelson Maravalhas, artista plástico e professor aposentado de desenho, pintura e história da arte da Universidade de Brasília (UnB). Trata-se de um local dedicado à arte autoral. Aberto aos sábados e domingos, das 15h às 19h, o local é resultado de um projeto de vida construído ao longo de duas décadas de economia financeira do idealizador.

A ideia do museu nasceu após a aposentadoria do artista, quando o galpão onde morava e guardava suas produções se tornou pequeno demais para abrigar o acervo. “Não havia nenhum lugar em Brasília que eu pudesse mostrar minhas obras de forma inteira assim”, afirma Maravalhas. A solução estava ao lado, no terreno onde hoje funciona o museu. Ele investiu as economias no espaço expositivo, sem imaginar, anos antes, que aquele seria o destino do dinheiro poupado.

O nome Hynacoteca carrega o conceito central do trabalho do artista. “É um neologismo. É uma palavra criada por mim. São dois termos gregos: Hynnos e pinacoteca. Hynnos é sono; pinacoteca é o lugar de guardar quadros. Eu juntei essas duas palavras, pois grande parte do meu trabalho é a partir de imagens mentais que eu vejo entre o sono e a vigília”, explica. Segundo ele, o chamado estado hipnagógico — momento em que se está acordado e adormecer — faz parte do seu processo criativo. “Eu não anoto em lugar nenhum. Apenas guardo na memória. Se passar pelo teste da memória, valeu a pena. Significa que é algo importante e que merece viver no mundo real, ser eternizado. O primeiro passo é não esquecer”.

Com uma estética que provoca impacto e até estranhamento, a sustentabilidade é um dos eixos centrais do trabalho. O artista reaproveita materiais diversos e evita desperdícios, incorporando inclusive elementos orgânicos encontrados, como animais mortos em decomposição. “Tudo aqui nasce de alguma coisa externa a mim”, resume.

Atualmente, o museu abriga a exposição *Experimental*, que reúne cerca de 300 peças e está sem data definida para ser encerrada. A mostra propõe uma abordagem diferente da produção do artista, misturando referências da história da arte e da ciência, gestos com carvão, fotografias e borrões intencionais. “Eu invento outra pegada da imagem que está na minha cabeça. Eu produzo aleatoriamente, de forma espontânea. Na maior parte das vezes, há uma projeção mental”, detalha.

Além da mostra temporária, o espaço conta com uma exposição permanente inspirada no *Inferno* de Dante, concebida como um “teatro mudo e parado”. “Não tem nada no Brasil igual. Meu trabalho é completamente fora da casinha. Tudo isso é meio infernal. Tudo aqui tem uma história. Nada é para ficar bonito e decorar a parede”.

O artista destaca, ainda, o desejo de ampliar o alcance do museu, especialmente entre estudantes. “Eu quero alcançar a população, mas, principalmente, as escolas. É a minha maior missão. Eu conchamo os professores de artes plásticas da Secretaria de Educação e os alunos a virem conhecer. O espaço está aberto para todos. Aqui a gente visa a cultura brasileira e a abertura dos horizontes do ser humano”.

Para o segundo semestre deste ano, o museu prepara uma nova exposição, dedicada a desenhos espontâneos ou trabalhos sobre papel, com uma proposta mais leve dentro do universo intenso que marca a identidade de Nelson Maravalhas.

Fotos: Bruna Gaston/CB/D.A Press



Personagem representa a racionalidade...



... enquanto a instalação simboliza o ambiente infernal

Serviço

Museu Hynacoteca Maravalhas

» **Funcionamento:** Sábados e domingos

» **Horário:** 15h às 19h

» **Localização:** Núcleo Rural Córrego Urubu, Lago Norte

» Entrada Gratuita

» **Rede social:** @hynacoteca_maravalhas



Nas obras da exposição *Experimental*...



... o artista reaproveita materiais e coloca a sustentabilidade como um dos eixos...



...centrais do trabalho de cerca de 300 peças

ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Mirassol frustra estreia do Remo em casa

O Remo matou a saudade de jogar uma partida de Série A do Brasileiro em casa após 32 anos e venceu a partida contra o Mirassol até os 36 minutos do segundo tempo, com gols de João Pedro e Alef Manga, quando o 4º colocado da elite nacional em 2025 reagiu e buscou o empate por 2 x 2. Igor Formiga e Nathan Fogaça frustraram a estreia dos paraenses no Estádio Mangueirão. Na rodada anterior, os paulistas venceram o Vasco por 2 x 1, enquanto o representante do Norte levou 2 x 0 do Vitória.

BRASILEIRÃO Internacional larga na frente, Flamengo empata, mas 1 x 1 é insuficiente, gera vaias das arquibancadas e impõe ao elenco mais caro do país o quarto jogo sem vitória, o que não acontecia desde a era Tite, em setembro de 2024

Gilvan de Souza/Flamengo



Titular contra o Inter, Cebolinha tentou, mas não balançou a rede, diferentemente do colorado Rafael Borré

Dor de cabeça

Botafogo leva virada do Grêmio

Tem coisas que só acontecem o Botafogo. Há uma semana, a trupe comandada por Martín Anslemi comemorou a goleada por 4 x 0 sobre o Cruzeiro e a liderança da Série A, graças ao saldo de gols. Sete dias depois, abre 2 x 1 contra o nem tão estrelado Grêmio em Porto Alegre, mas leva o 5 x 3 e desperdiça a chance de se manter no topo da disputa.

O gol do centroavante Arthur Cabral, aos 17 minutos de jogo indicava que o Botafogo teria facilidade. Só que não. O Grêmio não demorou para reagir com Carlo Vinícius. Insistente, o Glorioso fez questão de não sair para o intervalo com o empate e foi recompensado com a bela infiltração do volante Danilo:

Orquestrado pelo ex-Botafogo Luís Castro, o Grêmio exerceu o apelido de Imortal e precisou de 10 minutos para reverter para 4 x 2. Carlos Vinícius marcou mais dois, incluindo um de pênalti, após mão na bola de Alex Telles. Tetê e Ednilson ampliaram. Antes dos acréscimos, Danilo tirou onda de atacante novamente e, de voleio, diminuiu.

O Grêmio soma os primeiros pontos na elite, enquanto o Botafogo desperdiça a chance de chegar a seis. Com o tropeço carioca no Sul, o Bragantino assume a ponta após bater o Atlético-MG por 1 x 0. Os paulistas haviam vencido o Coritiba na estreia. O Palmeiras é o segundo colocado. Na Arena Barueri, o alverde aplicou 5 x 1 no Vitória. Murilo, Gustavo Gómez, Maurício, Allan e Sosa assinaram o triunfo do Palestra. Na Vila Belmiro, Santos e São Paulo ficaram no 1 x 1.

Desafios de Vasco e Flu hoje

O Vasco entra em campo com a missão de reagir no Brasileiro. Pela segunda rodada, o time carioca enfrenta a Chapecoense em São Januário e busca os primeiros pontos, após a derrota por 2 x 1 de virada para o Mirassol.

A tendência é de que Fernando Diniz utilize praticamente força máxima. A principal dúvida é o lateral Paulo Henrique, que segue em recuperação de uma lesão no pé. O treinador deve contar com o retorno de jogadores que foram preservados no 0 x 0 contra o Madureira, como o meia Philippe Coutinho.

No ataque, Brenner pode seguir como titular. Contratado para suprir a lacuna deixada por Rayan, ele começou jogando diante do Madureira, ainda sentindo a falta de ritmo. Se a opção for por mudanças, Johan Rojas, que vive bom momento, com duas assistências em quatro partidas, surge como alternativa. A Chapecoense está embalada pelo 4 x 2 contra o Santos.

As dúvidas de Diniz para a partida não são compartilhadas por Luís Zubeldía no Fluminense. Contra o Bahia, em Salvador, o argentino deve repetir o time que venceu o Grêmio por 2 x 1 na estreia da Série A. O tricolor busca manter o aproveitamento perfeito na temporada com a equipe principal: são quatro triunfos consecutivos.

O Flu analisa a viabilidade de cobrir a oferta de R\$ 154 milhões do Palmeiras por Jhon Arias. O contrato dele com o Wolverhampton prevê prioridade do tricolor em negociação com concorrência de outro clube brasileiro. O Flamengo também tentou, mas o jogador rejeitou.

O Flamengo não ficava quatro jogos sem vencer desde 2024. Entre 15 e 26 de setembro daquele ano, empatou com o Vasco, perdeu para o Grêmio e amargou 0 x 0 e 1 x 0 contra o Penárol pela semifinal da Libertadores, os últimos momentos de Tite à frente do clube. Ontem, na função de treinador, promoveu cinco mudanças em relação ao jogo contra o Corinthians, mas não evitou o jejum ao levar o rubro-negro ao empate por 1 x 1 contra o Internacional nem escapou das vaias após a exibição pela 2ª rodada do Campeonato Brasileiro em um Maracanã com mais de 66 mil presentes.

Emerson Royal, De la Cruz, Lucas Paquetá, Cebolinha e Bruno Henrique começaram a partida. No primeiro tempo, pouco fizeram. Houve imposição natural, toque de bola, mas pouca inspiração e nada de eficiência. O empate poderia ter sido pior. Os gaúchos foram fiéis à proposta de jogo no contra-ataque e abriram o placar aos 48 minutos do primeiro tempo. Contratação mais cara da história do

PLACAR

SÉRIE	P	J	V	E	D	GP	GC	SG
LIBERTADORES								
1º Bragantino	6	2	2	0	0	2	0	2
2º Palmeiras	4	2	1	1	0	7	3	4
3º Mirassol	4	2	1	1	0	4	3	1
4º São Paulo	4	2	1	1	0	3	2	1
5º Botafogo	3	2	1	0	1	7	5	2
6º Chapecoense	3	1	1	0	0	4	2	2
7º Grêmio	3	2	1	0	1	6	5	1
8º Fluminense	3	1	1	0	0	2	1	1
9º Bahia	3	1	1	0	0	2	1	1
10º Athletico-PR	3	1	1	0	0	1	0	1
11º Vitória	3	2	1	0	1	3	5	-2
12º Flamengo	1	2	0	1	1	2	3	-1
13º Atlético-MG	1	2	0	1	1	2	3	-1
14º Internacional	1	2	0	1	1	1	2	-1
15º Santos	1	2	0	1	1	3	5	-2
16º Remo	1	2	0	1	1	2	4	-2
17º Vasco	0	1	0	0	1	1	2	-1
18º Corinthians	0	1	0	0	1	1	2	-1
19º Coritiba	0	1	0	0	1	0	1	-1
20º Cruzeiro	0	1	0	0	1	0	4	-4
REBAIXADOS								

futebol brasileiro, em operação superior a R\$ 263 milhões, Lucas Paquetá foi "vilão" novamente. Não bastasse perder debaixo das traves o que seria o gol do empate rubro-negro contra o Corinthians na Supercopa, o badalado reforço forçou passe no meio e contribuiu para acionamento rápido da jogada colorada, definida por Borré na direita, elo mais fraco da defesa com Emerson Royal.

Borré chegou ao Maracanã com quatro bolas na rede em quatro jogos e foi frio ao levar a bola para a linha de fundo, deixar Léo Ortiz no chão de marcar. Eficiente no ataque, o Internacional do técnico Paulo Pezzolano subiu uma barreira com o sistema 5-3-2. Somente Borré e o maestro Alan Patrick não tinham o compromisso da reconstrução. Diante de um adversário entrincheirado. O Flamengo

fez uma partida morna. No primeiro tempo, a conclusão mais perigosa foi com Paquetá em arremate de primeira, defendido pelo goleiro Rochet. Escalado como ponta-direita, o camisa 20 foi amarelado aos três jogos e teve apenas 68% de aproveitamento nos passes.

Ciente das deficiências rubro-negras, Filipe Luís trocou Varela por Emerson Royal e Bruno Henrique por Pedro na volta do intervalo.

Houve reação. O Internacional passou a errar mais e oferecer espaços. Os visitantes ficaram ainda mais acuados após as entradas de Everton Araújo e Samuel Lino. O empate teve influência de um dos jogadores acionados no segundo tempo. Varela cruzou, a bola rebateu, sobrou para Bernabei e, na dividida, sofreu pisão que resultou no pênalti convertido por Arrascaeta.

O Flamengo finalizou nove vezes no segundo tempo, forçou duas defesas de Rochet, mas não alcançou a virada, nem mesmo com os 10 minutos de acréscimos. "Sabemos que precisamos melhorar. Era importante vencer hoje. Sei como é a paixão do torcedor", comentou Arrascaeta a respeito das vaias e cobranças das arquibancadas por mais disposição em banco.

O rubro-negro volta a campo no sábado, às 21h, contra o Sampaio Corrêa, pela última rodada do Campeonato Carioca. Há necessidade de vitória, pois o rubro-negro é o quinto colocado do Grupo B e integra a zona do quadrangular contra o rebaixamento. No domingo, às 18h, o Inter encara o São Luiz pelo Gaúcho.

2ª RODADA

Ontem	Resultado
Flamengo	1 x 1 Internacional
Bragantino	1 x 0 Atlético-MG
Santos	1 x 1 São Paulo
Remo	2 x 2 Mirassol
Palmeiras	5 x 1 Vitória
Grêmio	5 x 3 Botafogo
Hoje	
19h	Bahia x Fluminense
20h	Vasco x Chapecoense
21h30	Cruzeiro x Coritiba
19 de fevereiro	
19h30	Athletico-PR x Corinthians

ESPORTES

SUL-AMERICANO SUB-20

Guiada pela brasileira Camilla Orlando e inspirada por Rayssa Leal, Seleção busca 11ª taça no Paraguai

Sonho embalado pela Fadinha

DANILO QUEIROZ

A caminhada do Brasil em busca da manutenção da hegemonia no Campeonato Sul-Americano Sub-20 começa, hoje, embalada por um toque de fada. Ou melhor, de Fadinha. Impulsionadas por um encontro virtual de troca de experiências com a skatista Rayssa Leal durante a preparação para a disputa no Paraguai, as meninas da Seleção Brasileira abrem a trajetória frente ao Equador, às 18h, no Estádio Luís Alfonso Giagni, em busca do 11º título da competição continental. A missão de manter o domínio do país na categoria será liderada pela técnica brasileira Camilla Orlando.

O Brasil tem um domínio indiscutível no Sul-Americano Sub-20. Todas as outras edições da competição organizada pela Conmebol terminaram com a taça pintada de verde-amarelo. As conquistas de 2004, 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2015, 2018, 2022 e 2024 serviram não apenas para demonstrar força perante ao continente, mas também para formar as gerações do próximo anfitrião da Copa do Mundo Feminina, em 2027. Peças atuais da equipe principal do Brasil, como a meio-campista Ary Borges e atacante Dudinha, por exemplo, fizeram bom uso do trampolim ofertado pelo torneio para embalarem as carreiras.

As 22 meninas escolhidas pela brasileira Camilla Orlando para a disputa do Sul-Americano Sub-20 ainda ganharam um elemento extra de motivação. Durante o confinamento de preparação para a competição em Teresópolis-RJ, as jogadoras foram pegadas de surpresa com um encontro virtual com Rayssa Leal. Por mais de uma hora, as jogadoras puderam ouvir conselhos da bicampeã mundial de skate e duas vezes medalhista olímpica, além de sabatinar a estrela do esporte do país. Vale lembrar: apesar do status de idolatria ostentado desde os Jogos de Tóquio-2020, a skatista tem 18 anos e está na mesma faixa etária de boa parte das convocadas para a Seleção.

Uma das líderes do grupo da equipe verde-amarela, a zagueira Sofia confessou: o grupo desconfiava sobre a oportunidade de ter o momento virtual com Rayssa. Ver a atleta do outro lado da chamada, no entanto, fez valer a expectativa de trocar figurinhas com uma personalidade relevante do esporte olímpico do Brasil. "Ficamos nos perguntando se seria ela mesmo. E foi muito maneiro falar com ela, que compartilhou a rotina com a gente, e que é muito parecida com a nossa. A questão de ser atleta, de manter a cabeça firme", avaliou a defensora.

Psicóloga da equipe, Leila Mendonça enumerou os benefícios da troca de experiências entre as

Rafael Ribeiro/CBF



Comandadas pela treinadora brasileira Camilla Orlando, equipe feminina sub-20 realizou intensivo de treinamentos na Granja Comary

Rafael Ribeiro/CBF



Skatista e jogadoras da Seleção Brasileira trocaram experiências durante a preparação para o torneio sub-20

jovens atletas, mulheres e competidoras no alto rendimento. "Sempre que há uma interação com um atleta de outra modalidade se trocam experiências e, a partir daí, se pode pensar em estratégias para o momento que vivemos, se reconhecer ao compartilhar e conhecer a experiência do outro. Isso ajuda a enriquecer as meninas, mostra outros aspectos da vida para elas

e agrega muito valor", detalhou a profissional da CBF.

Campo e bola

No Paraguai, Camilla Orlando vivará a primeira experiência em uma competição oficial com a Seleção Brasileira. Para ter êxito na missão de conquistar o 11º título do país no Sul-Americano, a técnica brasileira

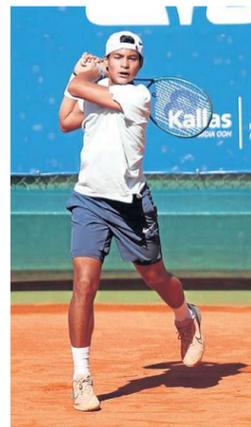
trabalhou para montar um elenco com capacidade técnica de se enquadrar nas exigências da comissão técnica. "A ideia foi ter uma equipe bem completa, em que a gente possa ajustar o sistema, com atletas que podem jogar em posições diferentes, que têm experiência de Sul-Americano, e de clubes diversos do Brasil, para potencializar toda a característica do nosso país. Vamos para esta

competição muito concentradas e muito fortes", garantiu.

O Brasil joga quatro vezes na primeira fase do Sul-Americano Sub-20. Depois de encarar o Equador, a equipe enfrenta a Bolívia, no sábado, o Peru, na segunda-feira, e a Argentina, na próxima quarta-feira, sempre às 18h. Todos os jogos da equipe verde-amarela terão transmissão do SporTV3.

TÊNIS

Promessa disputará Rio Open



Rafael Russi/Agência

Guto Miguel recebeu convite para competir no torneio

Uma das maiores promessas em formação no tênis brasileiro, o jovem Guto Miguel recebeu, ontem, o primeiro convite para participar do qualifying do Rio Open. Atual número 3 do mundo no ranking juvenil da modalidade, o tenista natural de Goiânia vai marcar presença no primeiro torneio da carreira do nível da Associação de Tenistas Profissionais (ATP).

Com 16 anos, o atleta goiano já ostenta um currículo de respeito nas quadras. Na lista de conquistas, o adolescente contabiliza nove troféus em competições juvenis da International Tennis Federation (ITF) entre simples e duplas.

E o convite para competir no Rio de Janeiro, entre 14 e 22 de fevereiro, surge em um ótimo momento da curta trajetória de Guto Miguel, pois o tenista vem de resultados expressivos em Grand Slams da categoria.

"Fico muito feliz com o convite pra disputar o qual no Rio Open e agradeço a todos os envolvidos por essa grande oportunidade de jogar meu primeiro ATP 500. Vai ser uma experiência incrível para mim. Venho de bons resultados e uma gira juvenil positiva na Austrália, o que me deixa muito confiante", afirmou Miguel.

Em 2025, a promessa brasileira conquistou três troféus, com destaque para o J500 de Mérida, no México. O nível do torneio em questão só está abaixo dos Grand Slams juvenis. Foi também no ano passado que Guto Miguel disputou pela primeira vez os quatro Majors da categoria e se destacou ao alcançar as semifinais do US Open. Neste ano, Guto alcançou às quartas de final do Australian Open.

Em janeiro, horas antes de participar da terceira rodada da competição entre juvenis em Melbourne, o brasileiro participou de um treino com o serviço Novak Djokovic. "O Brasil segue em ascensão na revelação de novos talentos e o Guto Miguel faz parte deste grupo de tenistas jovens com resultados expressivos no circuito ITF Juniors. Assim como quando demos a primeira oportunidade para o João Fonseca, esperamos que essa experiência dele jogando e vivendo um torneio ATP 500 seja muito valiosa e que sirva de trampolim na evolução e transição para o circuito profissional", destacou Luiz Carvalho, diretor do torneio.

Além de Guto Miguel, o Brasil tem outros nomes garantidos na disputa masculina do Rio Open. João Fonseca e João Lucas Reis aceitaram convites da organização para competir em casa. "Vai ser uma oportunidade incrível para eu poder jogar um ATP 500 no Rio, em casa, que é a cidade onde eu moro atualmente. Estou muito motivado, muito animado e vou aproveitar essas duas semanas que restam para chegar lá da melhor maneira possível", vibrou Reis.

Detalhes da disputa

Grupo A

Paraguai, Colômbia, Venezuela, Chile e Uruguai

Grupo B

Brasil, Argentina, Peru, Equador e Bolívia

Formato: fase de grupos, com os três melhores de cada avançando à etapa final

Datas: de hoje até 28 fevereiro

Sedes: as cidades paraguaias de Assunção, Villa Elisa e Ypané

Onde ver: SporTV

O que vale: quatro vagas diretas para a Copa do Mundo de 2026, na Polônia

MILÃO-CORTINA-2026

Brasil executa missão "pesada" para os Jogos

Divulgação/COB



Logística do COB organizou o envio de 3 toneladas de materiais à Itália

meses. A janela compreende o início do planejamento até a chegada de competição dos atletas.

Um dos desafios foi a distância física entre as instalações. Os locais estão espalhados em um raio de 400 km. O país compete em Bormio, Livigno, Tesero e Cortina d'Ampezzo. Assim, o COB organizou cinco

bases. "O maior impacto para nós é constatar que o Time Brasil tem footprint em quatro bases diferentes, pensando nas competições, mais a Casa Brasil, em Milão, por onde nossos atletas também irão passar. Então, cada base tem uma funcionalidade autônoma. Isso é muito importante. E para isso pensamos

em uma distribuição de material com folga. Fora o trabalho de fazer esse material chegar até as montanhas", explica Joyce Ardies, Gerente de Jogos Internacionais do COB.

O desafio geográfico envolve o fato de as regiões serem montanhosas. A quantidade de neve registrada nos últimos dias também amplificou o desafio de encaminhar os materiais para cada sede. "É uma logística sensível, mas já temos tudo mapeado. Estamos confiantes que podemos ter bons resultados na competição", analisa o Consultor de Esportes do COB, Jorge Bichara.

Com tamanho frio, as roupas da delegação, sozinhas, correspondem por 2,6 toneladas da bagagem do Time Brasil. São 4.036 peças dos dois fornecedores oficiais, além de equipamentos esportivos e médicos. A logística para competir em Milão-Cortina é gigantesca. No entanto, não se compara ao tamanho do sonho de voltar para casa portando a primeira medalha do país em Jogos de Inverno. (DQ)

Destaque do dia



Oliveir/Classificação/APP

Endrick resolve

Com uma bomba do brasileiro Endrick e um gol contra do goleiro Maxime Hautbois, o Lyon garantiu a classificação às quartas de final da Copa da França ao vencer o Laval, por 2 x 0, penúltimo colocado da Ligue 2, ontem, no Groupama Stadium. Emprestado pelo Real Madrid até o fim da temporada europeia, o atacante natural de Taguatinga vive grande fase: foi a quinta bola na rede com a camisa do clube francês em oito partidas disputadas.

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Mercúrio e Urano em quadratura. Quando a desordem se apresentar de tal maneira que não possa deixar de fazer algo a respeito, evita considerar isso uma perda de tempo ou, talvez, um castigo que a Vida te impõe por qualquer tipo de pecado que tenha cometido, porque, afinal, cometemos pecados o tempo inteiro. Aquilo que chamamos de destino funciona de forma dialética, isto é, apresentando sempre o contrário daquilo que somos capazes de desempenhar e, no caso da desordem, quando coincide com nossa presença, é porque temos recursos e instrumentos para reordenar tudo de novo. Se tu és ordem, a desordem estará ao teu encaixo; se tu és amor, viverás no meio da discórdia; se tu és inteligência, experimentarás o peso da ignorância, e assim vai a lista de contradições que indica uma coisa só, nascemos para desempenhar papéis bem específicos.



ÁRIES
21/03 a 20/04

A desordem é aparente, porque, por trás dos bastidores sempre está a ordem maior dos procedimentos universais, a qual, mesmo nossa humanidade sendo inconsciente dessa, dela participa e dela desfruta. Você também.



TOURO
21/04 a 20/05

Quando fizer planos e pretender que esses sejam respeitados até a conclusão, procure deixar uma margem bastante ampla de manobra para que sejam reajustados de acordo às circunstâncias que forem acontecendo. É assim.



GÊMEOS
21/05 a 20/06

Às vezes não há muito o que fazer diante de uma realidade avassaladora, a não ser se aquietar e esperar que a ventania passe. Depois que tudo se acalmar novamente, porque isso vai acontecer, aí então agir.



CÂNCER
21/06 a 21/07

Seria ingênuo de sua parte esperar que tudo aconteça sem necessidade de conflitos e contendas, porque apesar de que suas reclamações são justas e convenientes, não há garantia de serem consideradas.



LEÃO
22/07 a 22/08

Os atrasos e imprevistos que acontecem são provocados pelos movimentos erráticos de certas pessoas, e esses atrapalham bastante. Porém, você não precisa levar isso a sério, porque tudo continua bastante bem.



VIRGEM
23/08 a 22/09

Melhor errar por tentar do que depois de arrependido por ter cometido o erro de não ter se atrevido a tentar. Essa é uma regra que se aplica a todos os eventos existenciais, e se você a seguir, tudo progride.



LIBRA
23/09 a 22/10

Para que os trancos e solavancos que o mundo anda dando não perturbem demais seus planos, procure respirar fundo e não levar tudo para o pessoal, como se você tivesse errado tudo que escolheu no passado. Não é assim.



ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Todo mundo pretende que suas demandas sejam atendidas, mas ninguém aceita a perspectiva de que, para isso acontecer, se torne necessário fazer concessões também. Essa parte parece que ninguém quer perceber.



SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Por trás de cada pequena ou grande atitude que você toma há uma alma invisível orientando as ações através de princípios éticos e morais, que não são obrigados por regras exteriores, mas por atitudes interiores.



CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

A desordem não é castigo, mas um chamado para sua alma se organizar melhor e aproveitar o tempo direito, porque deve haver, necessariamente, espaço para você se divertir, assim como também cumprir as obrigações.



AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Quando você sentir novamente esse entusiasmo louco diante da imaginação que sua mente produz, procure respirar fundo, desfrutar do maravilhoso entusiasmo, mas também preservar um pé firme na realidade concreta.



PEIXES
20/02 a 20/03

Procure adotar uma postura leve e desinteressada diante dos acontecimentos, porque esses são produzidos pelo estado atual do mundo, que não é dos mais ordenados que sua alma conheceu até agora. Adaptação necessária.

MÚSICA

Ritmos dançantes



Alessandra Terribili faz tributo a Belchior amanhã no Clube do Choro

» JOÃO PEDRO CARVALHO*

A programação no Clube do Choro para hoje e amanhã promove uma noite de ritmos dançantes. Hoje, será a vez do espetáculo *Gafieira Pindorama*, com o balanço do samba-jazz. Amanhã, Alessandra Terribili e a banda Passo Largo celebram os 80 anos de Belchior com um tributo ao cantor. Ambos os eventos começarão às 20h30, e os ingressos podem ser adquiridos no site da bilheteria digital.

Ao *Correio*, Alessandra afirma que o show é um plano geral sobre a carreira de Belchior: “Vamos fazer um apanhado geral e histórico da carreira dele, desde o início, até músicas sensacionais, mas que são menos conhecidas pelo público em geral. No entanto, os fãs de Belchior conhecem todos os lados e sempre cantam tudo junto com a gente”. Alessandra ressalta que Belchior fez parte de sua vida. “Eu ouço Belchior desde criança, porque, na minha casa, havia discos dele, meus pais gostavam. Lembro que, na universidade, conheci um grande amigo que gostava das desconhecidas de Belchior, e aprendi muita música nesse período. Sempre me senti contemplada pelas sensações que ele expressava, a observação do seu tempo, a poesia tão certeira mas tão ampla. É encantador”.

A cantora lembra que cantar a música de Belchior a fez dar um salto na carreira tanto na compreensão artística do compositor quanto na relação com o público:

“Continuei aprendendo sempre mais, a cada show. O público, às vezes, pede músicas que não tínhamos apresentado antes, então, vamos aprender. Portanto, Belchior é realmente importantíssimo na minha trajetória”.

Alessandra promete ao público muita emoção. “Vamos trazer um repertório e um roteiro cuidadosamente pensados para nos emocionar juntos, banda e público, que é sempre uma conexão fortíssima. Vamos celebrar a obra de Belchior como ele merece e como ele queria: sem afetação, sentindo muito cada verso, cantando junto, destacando as mensagens poderosas que ele nos deixou”.

GAFIEIRA PINDORAMA

Hoje, a partir das 20h30, no Clube do Choro. Ingressos a partir de R\$ 30 na bilheteria digital. Não indicado para menores de 16 anos.

BELCHIOR 80 ANOS, COM ALESSANDRA TERRIBILI E PASSO LARGO

Amanhã, a partir das 20h30, no Clube do Choro. A partir de R\$50 na bilheteria digital. Não indicado para menores de 16 anos.

*Estagiário sob a supervisão de Severino Francisco

CRUZADAS

Identificação comercial do remédio	↙	Onde o candidato pode pleitear cargo	Forma de estudo popularizada durante a pandemia de covid-19	↘	Estado de profunda abstração	↙	Massa que causa trombose (Anat.)	↘
			Caligrafia				"(?) na Tela", programa do Canal Brasil	
1, em romanos	↔	Estria						
		Antônio Olinto, escritor						
Cipó nativo da região amazônica	↔				Cério (símbolo)		Tiro de Guerra (sigla)	
Imposto em operação de crédito	↔			Torta, em inglês				
				Maurício de (?), conde				
(?) de ovos, receita portuguesa		Pintura de figura religiosa em madeira					Coordenações de Emergência Regional (sigla)	
							Seita do Islamismo	
				Ampere-espira (símbolo)			Prova do Ciclismo	
							Tipo de flauta	
Mercadorias primárias (ing.)		A árvore da azeitona						
Laura Erber, poeta brasileira	↔		Compartilhar		Capital da Austrália		Gaiivota (Zool.)	
			Símbolo de "teste"		Causam estragos		Criança, em iorubá	
Ouvir com atenção	↔						"(?), o 8º Passageiro", filme de sci-fi	
Pronome referente a coisas e animais, em inglês	↔							
				Cidade de PE				
Etiqueta, em inglês	↔			Peça do açougue				
No lado externo	↔						Conjunto de normas	
							Aquele	
(?) escolar: organização das aulas		Pista de corrida de cavalo seca						Videotape (abrev.)

© Ediouro Publicações — Licenciado ao *Correio Braziliense* para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

S	P	D	P	A	B				
R	E	I	N	F	E	C	Ç	A	O
G	R	A	S	S	O	A	M	B	
A	R	P	O	A	R	M	I	A	
I	P	O	A	R	C	U	P	A	
E	D	U	C	A	R	E	D		
A	R	E	T	O	R	C	E		
A	D	I	A	I	I	I			
S	E	C	O	S	S	A	C	O	
C	O	C	H	O	N	I	L	H	A
C	A	A	R	A	E				
I	L	G	R	I	S	R			
A	R	C	O	R	O	B	E		
I	L	U	M	I	N	I	S	M	O

SUDOKU DE ONTEM

9	2	6	1	5	4	7	8	3
7	8	4	2	9	3	1	6	5
1	5	3	7	8	6	9	2	4
5	9	7	6	3	8	2	4	1
8	4	1	5	7	2	3	9	6
3	6	2	9	4	1	5	7	8
2	3	5	4	6	7	8	1	9
6	1	8	3	2	9	4	5	7
4	7	9	8	1	5	6	3	2

#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!

www.coquetel.com.br

Assine no site!

GO ON TEL

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

SABE O QUÊ?

A gente atenta, tenta, ruminava, remói, mastiga até que, sem perceber, sem briga, um dia, pode ser que as minhocas na cabeça virem borboletas na barriga

Juliana Zancanaro

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

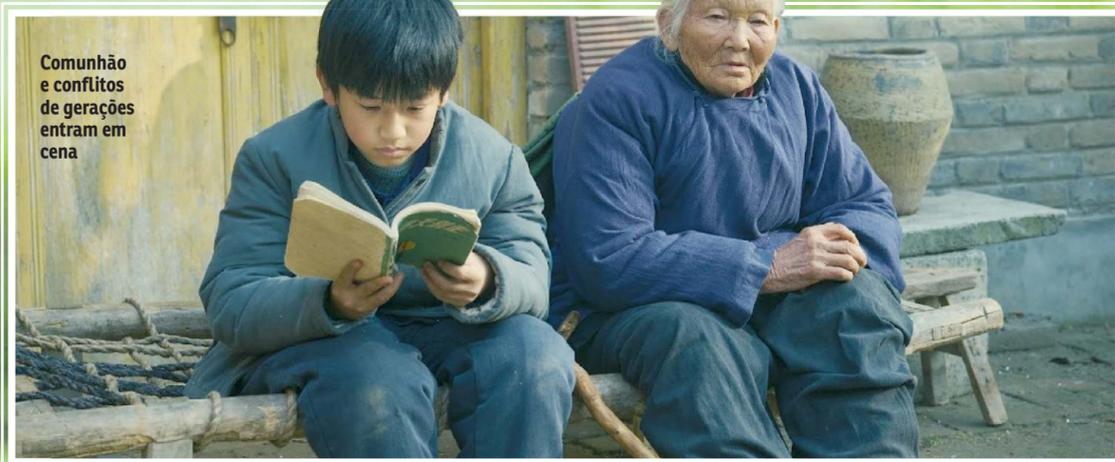
		7		9	1	2		
1	9						7	
				4	6	1		
3								5
9	1					4	8	
					4	6	3	
5				1	2	8		
2			6					

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

Diversão & Arte

Comunhão e conflitos de gerações entram em cena



O OCASO DAS RAÍZES FAMILIARES E DAS TRADIÇÕES, NUMA CHINA ESCRAVIZADA PELO DESENVOLVIMENTO MECÂNICO, BROTA NO LONGA *LIVING THE LAND*, VENCEDOR DO URSO DE PRATA NO FESTIVAL DE BERLIM

» RICARDO DAEHN

Foi o premiado diretor Jia Zhangke (reconhecido por *Em busca da vida* e *Plataforma*) quem puxou para o estrelato o compatriota chinês Meng Huo, quando o selecionou para a exibição especial de *Crossing the border — Zhaoguan* (2018), incluído em segmento do Festival de Berlim. No ano passado, novamente na capital alemã, Meng venceu o título de melhor diretor, conduzindo o longa *Living the land*, que, inédito, estreia em Brasília.

Seguindo uma linha antológica de cinema de primeira estirpe, que faz lembrar o clássico de Ermanno Olmi, *A árvore dos tamancos* (vencedor da Palma de Ouro em Cannes) e *Os emigrantes*, de Jan Troell, o artista chinês — formado em direito, mas com mestrado em cinema — abraça um painel de gerações de personagens que, naturalmente, concretizam um embate com a natureza e as riquezas nela alastradas. Há muitos obstáculos para modesta galeria de tipos que, entre comemorativos fogos de

artifício plantados no plano rural, entram em crise por causa da crescente mecanização no campo que promete soterrar a força analógica.

Num crescente, o cineasta Meng Huo capta um conjunto de transformações em curso, com reflexos socioeconômicos, dada a injeção tecnológica numa China rural, claudicante, em 1991. Quem vislumbra a quebra de tradições é o protagonista Chuang (Shang Wang) que, aos 10 anos, convive com a sábia bisavó, a senhora Li-Wang (Zhang Yanrong), sob a tutela do tio Tuanjie (Wan Zhong), e com completa cumplicidade junto da tia Li Xiuying (Zhang Chuwen).

Chuang busca pertencimento, entre primos swem intelecto muito desenvolvido, adversidades ambientais, cinzas e túmulos de familiares mortos — ou mesmo vivos, caso dos pais que o rejeitam a fim de buscarem maior qualidade de vida na distante Shenzhen.

Neste segundo filme da carreira, o diretor sublinhou, para a imprensa internacional, o registro das “pressões que as mulheres enfrentaram — tanto social quanto fisicamente”; tudo a reboque de muitos danos. Numa crítica, texto da

Variety destrinçou: “Como demonstrado em uma cena visceralmente perturbadora, exames regulares de gravidez são obrigatórios por lei para todas as mulheres em idade fértil, expondo seu planejamento familiar e até mesmo sua atividade sexual ao patriarcado”.

O popular site da IndieWire descreveu o filme como “extremamente bonito e envolvente”. Além da plasticidade (à altura de um *Lanternas vermelhas*, para ficar num exemplo asiático), *Living the land* revela uma beleza única do meio ambiente que abrange cenários a serem estragados pela exploração daquilo que encerra o progresso: as mantas de petróleo. A esportividade da cena final — que mostra a importância da união humana, quando uma peça de engrenagem do chamado progresso sai dos trilhos, vale cada centavo do ingresso.

Quem viver REVIVERÁ

Vencedor do Urso de Prata de Melhor direção no Festival de Berlim, *Living the land* estreia na capital

SAGRADO CARNAVAL

» MARIANA REGINATO

Com o carnaval chegando, a folia também aparece nas telas do cinema. O primeiro longa de Rodrigo Resende Coutinho, *Na minha terra, carnaval é religião*, documenta a rotina de artistas e blocos brasileiros que saem nas ruas de Lisboa em fevereiro e mostra a festa como um ato político, além da diversão. O longa será exibido pela primeira vez na capital no Cine Brasília, amanhã, às 20h.

A ideia do projeto surgiu enquanto o cineasta morava em Lisboa e

percebeu a organização política por trás da saída dos blocos. “Taxas estavam sendo cobradas por parte da Câmara Municipal de Lisboa e da Polícia Local e foi isso que me fez assim querer registrar. Porque a minha ferramenta de luta é o audiovisual, eu acho que podia registrar e dar força para essa luta”, comenta Rodrigo.

Atualmente, após o empenho dos grupos, o carnaval se tornou oficial em Lisboa. “Na prática, não mudou muita coisa, os blocos ainda estão tendo dificuldades para licenciar o carnaval, mas foi importante porque

Rodrigo Resende Coutinho/ Divulgação



O cineasta registrou a importância dos blocos de carnaval brasileiros em Lisboa

fica claro que o carnaval é uma manifestação muito importante para os brasileiros, que são a maior população imigrante em Portugal”, ressalta.

Além de cineasta, Rodrigo também é músico, e o projeto tem suas duas paixões. “Eu vi no carnaval esse potencial de juntar o audiovisual com a música e poder trazer para as telonas esse tema que eu amo. Aprendi a tocar pandeiro e me juntei a blocos para tocar caixa”, comenta.

A estreia do longa no Cine Brasília é um marco para Rodrigo. “Eu fiz o teste de projeção e ver meu filme na telona é

muito diferente. Em Lisboa, eu lancei em sala menores. Estar no Cine Brasília é uma honra, no cinema icônico da cidade, que recebe o Festival de Brasília, um expoente da nossa cultura internacional. Muitos filmes ótimos do cinema brasileiro são estrelados lá”, elogia o cineasta. Rodrigo também destaca a importância de estrelar o filme na sala Vladimir Carvalho. “É uma alegria muito particular mesmo estar na sala Vladimir Carvalho, um grande documentarista, que retratou tão bem a cidade. Estar nessa sala é quase uma bênção do cinema documental.”



STF

Fachin abre ano judiciário com promessas para 2026

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Maria Eduarda Lavocat

O ano judiciário teve início na última segunda-feira, em solenidade realizada no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF). A cerimônia contou com a presença dos presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT); do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP); da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB); além de ministros da Corte, do procurador-geral da República, Paulo Gonet; do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti; e de ministros de Estado. Para marcar a cerimônia, o presidente do STF, ministro Edson Fachin, fez um discurso no qual destacou as expectativas para 2026 e apresentou as prioridades da Corte para o período.

O ministro iniciou sua fala afirmando que, mesmo durante o recesso, o Poder Judiciário brasileiro se manteve atuante sob o regime de plantão, concluindo 4.463 processos — sendo 1.173 originários e 3.287 de natureza recursal. Em seguida, destacou que sociedades democráticas produzem continuamente pressão por inclusão, política, social e simbólica. “Cidadãos demandam representação, direitos e reconhecimento. Essa pressão é estrutural; ela não desaparece”, declarou.

Ao longo do discurso, o presidente da Corte também afirmou que é hora de um reencontro com o sentido essencial da República, com a efetiva tripartição de Poderes e com a convivência harmônica e independente entre eles, preservando “o necessário equilíbrio institucional”.

Voltado a uma agenda republicana, o ministro propôs uma linha de atuação para 2026 baseada em seis eixos fundamentais: transparência, integridade e diálogo institucional; divergência democrática como elemento legítimo; centralidade da legalidade constitucional; direitos humanos e segurança como pilares democráticos;



“É hora de um reencontro com o sentido essencial da República, da tripartição real de Poderes e da convivência harmônica e independente, com equilíbrio institucional. Somos todos chamados a essa arena.”

Edson Fachin, presidente do STF

responsabilidade e segurança jurídica na atuação do STF; e eficiência, inovação e sustentabilidade.

No campo da ética e da transparência, uma das principais promessas da gestão Fachin é a criação de um código de ética para a Suprema Corte, cuja proposta está sob relatoria da ministra Cármen Lúcia. Além disso,

o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dará continuidade ao Observatório de Integridade e Transparência.

Fachin tem defendido a criação do Código de Ética desde o ano passado, em meio a críticas no meio político e na sociedade sobre a atuação do ministro Dias Toffi, do STF, na condução de investigações

relacionadas a fraudes no Banco Master.

Na área de processos eletrônicos, o presidente afirmou que o Judiciário seguirá investindo em humanização e inteligência, com o objetivo de promover uma gestão moderna e tornar a Justiça mais acessível, impulsionando a transformação digital do sistema.

O enfrentamento da violência contra a mulher também foi destacado como pauta prioritária da Presidência do STF e do CNJ, estruturada em eixos de prevenção, proteção, promoção da autonomia e responsabilização. Outro tema em destaque foi a segurança pública e o enfrentamento ao crime organizado.

Fachin anunciou que, em março de 2026, será lançado um painel nacional dedicado ao monitoramento da criminalidade organizada. Além disso, o Supremo pretende criar uma rede nacional de magistrados especializados nessa área, com o objetivo de dar maior agilidade às respostas do Judiciário e fortalecer a uniformização da jurisprudência penal.

“O papel do Supremo e de todo o Judiciário na segurança pública é o de fixar jurisprudência criminal que permita eficiente funcionamento da Justiça Penal, e julgar com celeridade os casos que o Ministério Público apresenta”, explicou.

Fachin também recordou que 2026 será um ano de eleições, e cumprimentou a ministra Cármen Lúcia, que preside o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), destacando a relevância da realização de eleições livres, seguras e íntegras. Segundo ele, em períodos eleitorais, cabe à Justiça preservar postura de neutralidade em relação às disputas políticas.

“Se os tempos exigirem mais de nós, sejamos maiores que os desafios. Enquanto a magistratura brasileira permanecer íntegra e firme, a democracia permanecerá em pé, com plena legitimidade”, declarou.

Leia mais na página 2

Pautas de 2026

Durante o discurso, o presidente da corte destacou que o Tribunal terá uma longa agenda de julgamentos em 2026, com destaque para temas como:

Uso de redes sociais por membros do Poder Judiciário

O tópico foi pauta da primeira sessão de julgamentos do Plenário em 2026. Na pauta está o uso de redes sociais pela magistratura, tratado nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 6293 e 6310. As ações foram apresentadas contra resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que estabelece regras para o uso das redes por integrantes do Poder Judiciário.

Com relatoria do ministro Alexandre de Moraes (foto), a ação questiona a Resolução 305/2019 do CNJ, que estabelece parâmetros para o uso de redes sociais pelos membros do Poder Judiciário. A AMB alega que as recomendações e as vedações previstas na resolução restringem os direitos à liberdade de expressão e da manifestação do pensamento dos magistrados. Sobre o mesmo tema, será julgada da ADI 6310, da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

O julgamento foi retomado ontem e, na ocasião, o relator reiterou seu voto pela



improcedência dos pedidos. A posição de Moraes foi acompanhada integralmente pelos ministros Nunes Marques, André Mendonça e Cristiano Zanin.

Constitucionalidade da coleta obrigatória de material genético de condenados

Outro tema de destaque é a constitucionalidade da coleta e do armazenamento, no Banco Nacional de Perfis Genéticos, de material genético de condenados por crimes violentos ou hediondos.

A discussão ocorre no Recurso Extraordinário (RE) 973.837, com repercussão geral reconhecida (Tema 905), sob relatoria do ministro Gilmar Mendes (foto). O julgamento foi iniciado em agosto de 2025, após audiência pública realizada pelo STF em 2017.

O caso concreto envolve um homem condenado a mais de 24 anos por crimes como cárcere privado, tortura e corrupção de menores. Mesmo já em regime condicional, ele foi obrigado a fornecer material genético com base na Lei 12.654/2012, que alterou a Lei de Execução Penal.

A defesa obteve decisão para suspender a medida, sob alegação de violação de direitos fundamentais. No entanto, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) autorizou a coleta, entendendo que não há ofensa ao princípio da



não autoincriminação. O caso chegou ao STF por meio de recurso extraordinário.

Após as sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Como há repercussão geral, a tese a ser fixada deverá orientar as demais instâncias do Judiciário.

Perda de mandato por infidelidade partidária

O Supremo também deve retomar a análise da possibilidade de perda de mandato por infidelidade partidária em cargos majoritários, como presidente, governador e senador.

O julgamento foi interrompido em agosto do ano passado, após pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes. Até o momento, o único voto é o do então relator, ministro Luís Roberto Barroso (hoje aposentado), que defendeu a manutenção da regra atual: a perda de mandato por troca de partido se aplicaria apenas a cargos do sistema proporcional, como deputados e vereadores, já que, no sistema majoritário, o voto é direcionado principalmente à pessoa do candidato.

O PSDB sustenta que, diante das mudanças nas regras eleitorais, todos os eleitos deveriam manter fidelidade ao partido. A Advocacia-Geral da União (AGU) e a Câmara dos Deputados defendem que a regra não se estenda aos cargos majoritários. Já a Procuradoria-Geral da República (PGR) entende que a fidelidade deve valer para todos os mandatos eletivos.

Ainda não há data para a retomada do julgamento, mas a expectativa é que o tema seja priorizado neste ano.

Anistia a partidos políticos que não preencheram cotas raciais e de gênero

Também está em discussão no STF a validade da anistia concedida a partidos políticos que não cumpriram as cotas de gênero e raça nem destinaram os recursos mínimos exigidos para essas candidaturas em eleições anteriores a 2022.

O tema é tratado na ADI 7419, relatada pelo ministro Luís Roberto Barroso (foto). A ação foi apresentada pela Rede Sustentabilidade e pela Federação Nacional das Associações Quilombolas (Fenaq).

Os questionamentos recaem sobre dispositivos da Emenda Constitucional 117/2022, que afastaram sanções — como multas, devolução de recursos e suspensão do fundo partidário — para partidos que descumpriram essas regras antes da promulgação da emenda. As normas também permitem que os valores não aplicados anteriormente sejam usados em eleições futuras.

Para as entidades autoras, a anistia compromete a igualdade de oportunidades no processo eleitoral e enfraquece políticas voltadas à promoção da participação política de mulheres e pessoas negras, em afronta a princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana, a igualdade e o pluralismo político.



Protagonismo, democracia e independência

Poder Executivo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva também discursou durante a abertura do Ano Judiciário no STF, na ocasião afirmou que a Corte não buscou protagonismo nem extrapolou as competências dos demais Poderes, defendendo a atuação dos ministros diante de pressões e ameaças sofridas. Ele destacou o julgamento dos envolvidos na tentativa de golpe de Estado, ressaltando que os acusados tiveram direito ao devido processo legal, com acesso às provas e ampla defesa.

Segundo Lula, a condenação dos responsáveis envia a mensagem de que futuras ameaças à democracia também serão punidas com rigor. O presidente ainda mencionou sanções impostas por outro país a ministros do Supremo no ano passado, afirmando que o Brasil reagiu com firmeza na defesa de sua soberania.

O representante do executivo também demonstrou preocupação com os desafios do período eleitoral, especialmente diante do uso de inteligência artificial e das redes sociais, e defendeu que o TSE atue com rigor e agilidade. Ao tratar de segurança pública, afirmou que o governo tem intensificado o combate ao crime organizado, incluindo o rastreamento de esquemas financeiros que sustentam essas organizações, e reforçou que não haverá distinção entre investigados.



Por fim, destacou iniciativas de enfrentamento à violência contra a mulher, anunciando o lançamento de um pacto entre os Três Poderes para combater o feminicídio e reforçando que, além da punição aos agressores, é necessário investir em educação e conscientização.

PGR

Em seu discurso, o procurador-geral da República, Paulo Gonet (foto), defendeu a atuação do STF e da PGR como pilares de proteção da democracia, ressaltando o papel contramajoritário de instituições compostas por membros não eleitos. Segundo ele, cabe a esses órgãos impor limites constitucionais a impulsos políticos momentâneos e à ampla margem de discricionariedade dos representantes eleitos, especialmente diante de “pulsões liberais e insurgências antidemocráticas”.

Gonet reconheceu que decisões do Judiciário e do Ministério Público podem provocar reações negativas na sociedade, como indignação e críticas intensas, mas avaliou que essas respostas tendem a ser circunstanciais e que o reconhecimento do mérito dessas atuações muitas vezes vem com o passar do tempo.



OAB

O presidente da OAB, José Alberto Simonetti (foto) também teve a oportunidade de discursar e em sua fala, criticou o que chamou de “vazamentos seletivos” de operações policiais durante discurso na abertura do Ano Judiciário no STF. Segundo ele, esse tipo de divulgação orientada por interesses políticos ou estratégicos não fortalece a Justiça, não promove transparência e ainda prejudica a imagem das instituições, especialmente do Supremo. Para Simonetti, práticas desse tipo são incompatíveis com o regime democrático e representam formas de constrangimento indevido às Cortes.

Ele também defendeu a independência do Judiciário como condição essencial para o exercício da advocacia e para a preservação do Estado de Direito, afirmando que a atuação dos tribunais deve estar protegida de pressões externas. No discurso, o presidente da OAB ainda cumprimentou o advogado-geral da União, Jorge Messias, indicado para o STF, e desejou sucesso na sabatina no Senado, classificando a indicação como motivo de satisfação para a advocacia.



ENTREVISTA — LUCIANO SICA, presidente da OAB-SP

“A confiança na Justiça se baseia em acreditar na imparcialidade do juiz”

Ana Maria Campos

Na abertura do Ano Judiciário, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, lançou, publicamente, as discussões sobre a criação de um Código de Conduta para ministros da Corte. Uma proposta será relatada pela ministra Cármen Lúcia e o debate interno deve esquentar. A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional São Paulo (OAB-SP), já havia tomado a iniciativa de enviar ao STF uma minuta com regras que focam principalmente impedimentos e suspeições de magistrados. O presidente da OAB-SP, Leonardo Sica, explica as razões e detalha a proposta que tem como propósito, segundo ele, fortalecer a confiança no Poder Judiciário.

O que motivou a OAB-SP a apresentar essas sugestões?

A população brasileira confia muito no Poder Judiciário, e esse elemento é essencial para a nossa democracia. Para proteger essa confiança, nós precisamos implementar reformas que aumentem o grau de eficiência e participação. A proposta foi elaborada pela nossa Comissão de Estudos para a Reforma do Judiciário, composta por profissionais ilustres e reconhecidos como os ex-ministros do STF Ellen Gracie e Cezar Peluso, os ex-ministros da Justiça Miguel Reale Jr. e José Eduardo Cardozo, o ex-presidente da OAB Cezar Britto e Patrícia Vanzolini (ex-presidente da OAB-SP) e acadêmicos renomados como Oscar Vilhena, Maria Tereza Sadek e Alessandra Benedito. O objetivo é fortalecer o Poder Judiciário e a confiança pública na jurisdição, sempre com respeito à autonomia, às prerrogativas da Corte. As sugestões apresentadas agora como um Código de Conduta começaram a ser discutidas em julho do ano passado. O presidente Fachin colocou o tema ao debate público e entendemos que era o momento propício para apresentar o tema, que é uma demanda da sociedade e do próprio tribunal.

Como o senhor avalia o cenário atual da magistratura?

Vivemos uma era de super exposição do Judiciário, em que juízes expõem suas opiniões sobre temas que estão julgando ou podem vir a julgar. A confiança da população na Justiça se baseia em acreditar na imparcialidade do juiz, quando ele emite uma

Divulgação



opinião, como estamos vendo nos últimos tempos, essa confiança pode ficar abalada. Além disso, temos um excesso de julgamentos virtuais, que limitam a participação de advogados, que é uma prerrogativa fundamental da advocacia.

Qual precedente internacional inspirou a proposta?

O exemplo mais recente e contundente vem da Suprema Corte dos Estados Unidos, que em 2023, após pressões sobre transparência, adotou seu primeiro Código de Conduta formal. Também bebemos na fonte dos Princípios de Bangalore, que são o padrão ouro da ONU para a integridade judicial no mundo moderno. E o modelo alemão, que recentemente também foi apontado como uma boa opção.

Quais são os principais pontos incluídos nas sugestões?

O texto estabelece regras de conduta como hipóteses de impedimento e suspeição, como vínculo pessoal, interesse próprio ou atuação prévia no processo, além de exigir transparência em audiências e agendas. Permite participação em eventos acadêmicos sem conflito de interesses, desde que as remunerações sejam divulgadas. Impõem sobre processos, vedam manifestações político-partidárias e recomendam evitar situações que afetem a imparcialidade. Proíbe presentes e vantagens. Fixa quarentena de três anos para advocacia e prevê também a apuração pública das infrações.

Qual é o foco das condutas?

A Comissão se preocupou em criar regras de impedimento e suspeição, porque a nossa legislação não é suficiente. Nos últimos 15 anos, as empresas não tinham código de integridade, setor de compliance, não se falava em ESG (Environmental, Social and Governance). Tudo isso são demandas do mundo moderno, demandas da democracia moderna. Então, pegamos um arcabouço de ideias que já existem em outros países do mundo e estudos no Brasil, e desenhamos as regras: parentesco de até terceiro grau, amizade íntima, relação profissional prévia entre ministro, parte ou advogados da parte impedem o magistrado de julgar. É uma questão objetiva, justamente, para proteger o tribunal de inferências.

Como a proposta da OAB-SP trata conflitos de interesses?

Se um ministro participa de um evento financiado por um setor econômico que tem uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) decisiva na sua mesa, há um conflito evidente que deve gerar o impedimento. Os ministros devem evitar o comparecimento a encontro acadêmico, reunião ou acontecimento social, quando sua presença possa comprometer a percepção de imparcialidade ou a reputação do Tribunal. Também será vedado o recebimento de presentes, salvo os que não tenham valor comercial, ou a aceitação de transporte gratuito por veículo não oficial.

E vale pontuar que estamos atribuindo também à advocacia. O advogado já deve declarar se existe alguma das causas de impedimento do Código quando ele entra com o processo.

Quem deveria fiscalizar o cumprimento desse Código?

O modelo que apresentamos é o de “autorregulação regulada”. O próprio STF, no seu colegiado, deve analisar as eventuais transgressões ao Código, não há e não deve haver instituição acima do Supremo. Estamos também criando legitimidade para a sociedade civil e os outros poderes suscitarem o Código: presidente da República; presidente do Senado; presidente da Câmara dos Deputados; procurador-geral da República; presidente da OAB; presidente da Associação Brasileira de Imprensa e presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Quais seriam as sanções em caso de descumprimento?

O Código não estabelece sanções porque parte do pressuposto de que não existe instância superior ao Supremo Tribunal Federal no arranjo institucional democrático, nem deve existir. Em um Estado Democrático de Direito, a Corte Suprema ocupa posição de cúpula. O objetivo é orientar a atuação dos ministros e servir como referência institucional para a preservação da credibilidade do Tribunal. Eventual descumprimento não gera punição automática, mas enseja apreciação pelo colegiado, que detém legitimidade para avaliar o caso concreto e deliberar sobre as medidas cabíveis. É um modelo de “autorregulação regulada” pela sociedade.

Como garantir que o Código não seja apenas simbólico?

A efetividade do Código depende de sua aplicação concreta e de mecanismos que assegurem seu cumprimento contínuo, para além de seu valor meramente declaratório. Nesse contexto, a publicidade dos atos constitui elemento central. Ao impor o registro sistemático de agendas institucionais, audiências, participações em eventos e eventuais financiamentos em portais oficiais de transparência, o Código cria condições objetivas para o acompanhamento permanente da atuação dos ministros. A ampla divulgação dessas informações fortalece o controle social.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanaria5@gmail.com

Arthur Menescal/Esp.CB/D.A Press



Condenação

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, decretou o trânsito em julgado da ação penal contra o ex-deputado Roberto Jefferson e determinou o início imediato do cumprimento da pena. Ele poderá permanecer em prisão domiciliar na sua residência na cidade de Comendador Levy Gasparian (RJ), com uso de tornozeleira eletrônica e proibição de usar redes sociais, conceder entrevistas e receber visitas sem autorização do STF. Em dezembro de 2024, Jefferson foi condenado pelo STF a uma pena total de nove anos, um mês e cinco dias de prisão por calúnia e homofobia e por incitação à prática dos crimes de abolição do Estado democrático de direito e de dano qualificado.



Wikipedia

Lavagem de dinheiro no Tribunal de Contas do Rio

O julgamento da ação penal contra o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) José Gomes Graciosa (foto) e sua esposa, Flávia Graciosa, pela prática do crime de lavagem de dinheiro será retomado neste semestre no STJ. A denúncia é resultado das Operações Quinto do Ouro — que nasceu das delações de ex-executivos das empreiteiras Odebrecht e da Andrade Gutierrez — e Descontrole, que apontaram a existência de uma organização criminosa composta por conselheiros do TCE-RJ. A relatora, ministra Isabel Galotti votou pela condenação dos réus, mas o revisor, ministro Antonio Carlos Ferreira entendeu que não há provas do crime. O ministro Og Fernandes pediu vista, e o julgamento foi suspenso.

Maurenilson Freire



Força-tarefa leva juízes a ajudarem ministros do STJ com salário extrateto

Juízes de primeira instância têm sido designados para ajudar a dar vazão aos milhares de processos em tramitação no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Eles recebem extrateto para elaborarem minutas de decisões para os processos julgados pelos ministros do STJ. São os chamados juízes auxiliares temporários. Segundo a transparência da Corte, só no segundo semestre de 2025, a despesa chegou a R\$ 10.021.439,96. Cada magistrado, trabalhando na vara de origem com salário integral, recebeu até R\$ 10 mil, a título de verba indenizatória, sem descontos. A ajuda seria uma boa ideia, mas tem causado atrito em alguns gabinetes. Servidores concursados do STJ reclamam que muitas vezes acabam refazendo o trabalho dos juízes, muitos dos quais sem experiência em julgamentos de recursos em tribunais superiores. Em dezembro, 261 juízes atuavam nessa força-tarefa do STJ.

“Não há nenhuma carreira pública com tantas vedações como a magistratura. Já começam as vedações constitucionais. Magistrado não pode fazer mais nada na vida, só o magistério. Pode dar aulas, pode dar palestras. Passaram a demonizar palestras dadas por magistrados”

Ministro Alexandre de Moraes, do STF, na sessão de ontem (04/02)



Divulgação/STF



Invasão direito reservatório

Memórias de um ícone: Moreira Alves

Muitos integrantes da comunidade jurídica se perguntam como seria a visão do ministro Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal (STF), em determinadas situações no mundo atual. O magistrado, que morreu em outubro de 2023, era um ícone. Atuou por 28 anos no STF e era um notável civilista. Excelente professor de direito da Universidade de Brasília (UnB), daqueles que repunham qualquer minuto de aula perdida, Moreira Alves deixa uma legião de admiradores. O procurador da AGU Rodrigo Becker e o jornalista Felipe Recondo entraram no mundo de Moreira Alves. Eles lançam a obra *A Corte Moreira Alves: os votos que resumem uma era*. Vão destrinchar decisões e apresentar fotos inéditas, como a acima. “Moreira Alves, no STF de hoje seria uma voz dissonante”, acredita Becker. O lançamento do livro será em 24 de fevereiro no IDP, da Asa Norte, a partir das 19h.

Organização criminosa no Acre

Um pedido de vista do ministro João Otávio de Noronha suspendeu em dezembro o julgamento da ação penal contra o governador do Acre, Gladson Cameli (PP), denunciado por integrar organização criminosa suspeita de desviar mais de R\$ 800 milhões dos cofres públicos. A suposta organização teria núcleos político, familiar, empresarial e operacional, funcionando, em tese, com o objetivo de viabilizar o desvio de grande soma de recursos do estado. A relatora do processo, Nancy Andrihgi, votou pela condenação de Cameli a 25 anos e 9 meses de reclusão, em regime inicial fechado, além do pagamento de multa e de indenização ao estado. O julgamento deve ser retomado neste semestre.



Carlos Vieira CB/D.A Press

Citação por WhatsApp

A Corte Especial do STJ vai decidir nos próximos meses se é válida a citação em ações cíveis por meio de aplicativo de mensagens ou de redes sociais. O caso tem repercussão geral. No recurso que originou o processo, pede-se que “a citação por WhatsApp seja permitida, pois observa os princípios da celeridade, da efetividade e da instrumentalidade das formas”. O caso é de relatoria do ministro Sebastião Reis Júnior.

Mudança

Especialista em direito penal, o desembargador Diaulas Ribeiro estava lotado na 8ª Turma Cível desde que ingressou no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). No ano passado, o magistrado foi transferido para a 2ª Turma Criminal. Importante mudança no Judiciário local. Diaulas foi um dos mais brilhantes promotores do júri e atuou com destaque na Pro-Vida, em casos cíveis e penais relacionados ao atendimento a pacientes no sistema de saúde.



Luís Nova/Esp. CB/D.A Press

Visão do Direito



Paulo Serra

Professor universitário no curso de direito, 1º vice-presidente da Executiva Nacional do PSDB e presidente do diretório estadual do PSDB de São Paulo; foi prefeito de Santo André-SP

Cão Orelha: as falhas na justiça restaurativa, a impunidade e a violência contra os animais

A morte brutal do cachorro Orelha, na Praia Brava, em Florianópolis-SC, chocou o Brasil. As imagens, os relatos e a frieza com que o ataque contra o animal foi cometido, no início deste ano, despertaram legítima e imediata indignação. O assunto domina as redes e a Imprensa desde que veio a público. Neste domingo (1º/2), protestos pedindo por justiça foram organizados em diferentes partes do país.

Com todo o respeito à comoção inicial, é preciso ir além da revolta diante da crueldade cometida (segundo as investigações em curso, por quatro menores de idade) contra o cão, que tinha por volta de 10 anos e recebia cuidados de forma comunitária. Ele não era de ninguém, mas, ao mesmo tempo, era de todo mundo.

O caso Orelha não é apenas um episódio de violência contra um animal indefeso. Trata-se de um espelho perturbador da sociedade que estamos construindo e, principalmente, da forma como estamos educando nossas crianças e jovens.

A violência extrema, afinal, não surge do nada. Ela é fruto de um processo — ou, diria, da ausência dele. Quando um adolescente é capaz de torturar ou de matar um animal sem demonstrar o mais pálido arrependimento ou empatia, não estamos diante, tão somente, de um “desvio isolado”, mas, sim, de um sinal claro de falha coletiva. Falha da família, da escola, do poder público e de uma sociedade que relativiza valores essenciais, como respeito à vida, respeito aos outros, incumbências e limites.

Criar crianças e jovens é ensinar, desde cedo, que toda vida importa; que escolhas têm consequências; e que liberdade anda de mãos dadas com responsabilidade. Quando este processo falha, o resultado negativo vem à tona. Primeiro, contra os mais vulneráveis: animais, idosos, pessoas em situação de rua. Depois, contra a própria sociedade, a começar pelas minorias.

É neste ponto que o debate sobre a redução da maioria penal no Brasil surge e tem de ser tratado com seriedade, sem

slogans fáceis, nem paixões ideológicas. Reduzir ou não reduzi-la não é solução mágica, mas, também, não pode ser um tabu intocável diante de crimes bárbaros cometidos por adolescentes — que já têm, sim, plena consciência do que fazem.

Hoje, muitos jovens sabem exatamente até onde podem ir sem sofrer punições proporcionais. Isto, convenhamos, não é justiça restaurativa; é incentivo à impunidade. Fingir que menores de idade autores de infrações graves são apenas “vítimas do sistema”, que não sabem o que fazem, é negar a eles próprios o direito à Justiça.

Ao mesmo tempo, seria um erro, quase que uma ingenuidade acharmos que apenas endurecer a lei no País resolve o problema. A redução da maioria penal, se discutida profundamente, precisa vir acompanhada de políticas públicas robustas: escolas de tempo integral, apoio às famílias, ações que promovam saúde mental, agenda no Esporte e na Cultura, além de formação cidadã. Punir sem educar é enxugar gelo. Educar

sem responsabilizar é fechar os olhos.

O caso do cachorro Orelha dói, uma vez que nos obriga a encarar verdades incômodas. Estamos falhando na criação de nossas crianças e de nossos adolescentes, terceirizando valores, ao passo em que se normaliza a violência. Enquanto isso, seguimos empurrando debates fundamentais para debaixo do tapete.

Defender a vida, toda vida, exige coragem, e de todos, para rever modelos educacionais, fortalecer a família, cobrar o Estado e discutir com maturidade a responsabilização penal de quem comete atos hediondos, independentemente da idade que tenha.

Orelha não pode virar apenas mais um nome esquecido nas redes sociais, como tantos outros animais vítimas de maus tratos que o antecederam. Sua execução violenta, sem mera justificativa, precisa servir de alerta. Porque, quando a sociedade perde a capacidade de proteger os mais indefesos, ela começa a perder, pouco a pouco, sua própria humanidade.



Aurélio Longo Guerzoni

Tributarista, sócio do Guerzoni Advogados

Consultório Jurídico

A Reforma Tributária entrou em fase de transição. Desde 1º de janeiro, empresas passaram a informar CBS e IBS nas notas fiscais, mas a cobrança efetiva só começa em 2027. O que muda e como isso impacta o dia a dia das empresas?

Como ficam os créditos de PIS e COFINS acumulados até 31 de dezembro de 2026?

A partir de 01/01/2027, o PIS e a COFINS serão integralmente substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Os créditos escriturais de PIS e COFINS não utilizados poderão ser compensados com o valor devido da CBS ou com outros tributos federais, e são

passíveis de ressarcimento em dinheiro, observados os termos da legislação. Recomenda-se que os créditos de PIS e COFINS estejam devidamente escriturados até o final de 2025, de maneira a evitar questionamentos do Fisco. Por isso, mostra-se oportuno revisar as apurações de PIS e COFINS, a fim de assegurar a correta apropriação dos créditos e viabilizar seu escoamento a partir de 2027.

O que acontece com o ICMS após sua extinção e como será a compensação com o IBS?

Até 2032, o ICMS será progressivamente substituído pelo IBS, e muitas empresas terão saldos credores de ICMS passíveis de aproveitamento. A legislação autoriza o escoamento do saldo credor de ICMS, desde que decorra de operações ocorridas até

31/12/2032, esteja regularmente apurado na escrituração fiscal do estabelecimento, e tenha sido homologado. O saldo credor homologado poderá ser compensado com débitos de ICMS já formalizados ou com o IBS. A compensação com o IBS ocorrerá em 240 parcelas mensais, iguais e sucessivas. Na impossibilidade de compensação, o titular do direito ao saldo credor homologado poderá ser ressarcido, em espécie, em 240 parcelas mensais.

Será possível transferir créditos de ICMS para terceiros durante a transição?

O saldo credor homologado poderá ser transferido a integrantes do mesmo grupo econômico ou a terceiros, que o utilizará exclusivamente para compensação de débitos de ICMS já formalizados ou com o IBS devido.

Quais os impactos da compensação parcelada no planejamento de fluxo de caixa das empresas?

A compensação em inúmeras parcelas do saldo credor de ICMS esvazia a liquidez do ativo e, consequentemente, impacta o fluxo de caixa, em razão da ausência de celeridade escoamento do crédito.

Qual a importância do compliance e da documentação para o aproveitamento dos créditos?

Um planejamento prévio e eficaz assume importância capital, seja porque tem a capacidade de ampliar o volume de créditos a serem aproveitados, seja diante da possibilidade de traçar um caminho para escoar, de forma menos morosa, os créditos de PIS, COFINS e ICMS.



Visão do Direito



Sérgio Santos Rodrigues

Deputado federal (Podemos/MG), advogado, mestre e doutorado em direito. Foi presidente do Cruzeiro e membro do Conselho de Administração do Comitê Olímpico do Brasil

O esporte brasileiro precisa da isenção olímpica

Imagine um triatleta brasileiro tentando comprar a bicicleta que pode definir seu ciclo olímpico. Uma Canyon Speedmax CFR custa US\$ 10.799 lá fora, mas ao chegar ao Brasil — somados frete, seguro, câmbio e a carga de PIS/Cofins, ICMS, IPI e Imposto de Importação — o preço salta para cerca de R\$ 124 mil, quase 115% a mais. Se ao menos IPI e II fossem retirados, a economia seria de cerca de 40%. Para muitos, isso significaria não apenas um equipamento melhor, mas a chance real de competir em igualdade de condições.

É exatamente isso que está em debate no Congresso: a derrubada do veto presidencial ao artigo 104 da nova Lei Geral do Esporte, que concede isenção de IPI e Imposto de Importação para equipamentos

destinados a competições, treinos e preparação de atletas e equipes brasileiras. O texto é simples e atende a uma necessidade objetiva: permitir que atletas olímpicos e paralímpicos tenham acesso ao padrão internacional exigido pelo alto rendimento. Não se trata de privilégio, mas de paridade mínima.

Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, além de promover valores como união e paz, são as competições mais democráticas do planeta. Mas o Brasil ainda chega a eles enfrentando desigualdades estruturais e tecnológicas. A maioria dos equipamentos de ponta não é produzida aqui, ou, quando é, não alcança o nível necessário para rivalizar com potências esportivas.

A Lei das Loterias (Lei 13.756), editada em 2018, ajudou a transformar o esporte

brasileiro. Saímos de 64 medalhas conquistadas entre 1920 e 2000 para 106 entre 2004 e 2024. Ainda assim, falta base material. O ambiente esportivo profissional não nasce nas escolas, como em países líderes, e nossos atletas enfrentam o peso do câmbio e a dificuldade de adquirir equipamentos e acessórios essenciais.

A isenção beneficiaria não só atletas, mas também Confederações e Clubes formadores, ampliando o acesso a materiais de alta performance em todas as regiões do país. É uma forma de democratizar o treinamento e aumentar a eficiência do gasto público.

Quanto ao impacto fiscal, ele é mínimo: a arrecadação de Imposto de Importação e IPI vinculado foi de R\$ 109 bilhões em 2024, ante R\$ 81 bilhões em 2023, e

deve chegar a R\$ 117 bilhões em 2026, conforme projeções da Lei Orçamentária. Em um universo tão vasto, a renúncia necessária para fortalecer o esporte é irrelevante — e o retorno social é imenso.

Se houver preocupação com desvios, e deve haver, sistemas de controle podem impedir o surgimento de qualquer mercado paralelo de revenda de produtos beneficiados pelas isenções. O objetivo é fortalecer o esporte, e não abrir brechas comerciais.

Com Milão 2026 à porta e Los Angeles 2028 no horizonte, não há tempo a perder. Se queremos ver a bandeira brasileira no alto do pódio, precisamos dar aos atletas condições reais de competir. A primeira medida nessa direção é clara: derrubar o veto ao artigo 104 da Lei Geral do Esporte.



Evaldo Barreto

Especialista em licitações e contratos de publicidade e sócio do escritório Barreto Dolabella Advogados e procurador do DF

Consultório Jurídico

O que muda nas relações de trabalho de influenciadores digitais a partir da nova Lei 15.325/2026?

Do ponto de vista estritamente da relação de emprego, a resposta é: não há alteração estrutural relevante. O novo diploma legal tem natureza predominantemente organizacional e conceitual, pois regula o exercício da profissão do “profissional multimídia” e descreve o campo de atividades ligadas à produção e difusão de conteúdos digitais.

Sob esse prisma, é possível afirmar que o influenciador digital se insere como espécie do gênero “profissional

multimídia”, uma vez que sua atuação — criação e divulgação de conteúdo em ambiente digital, frequentemente com finalidade publicitária — se subsume ao conceito legal previsto no art. 3º, II, da Lei 15.325/2026. Esse enquadramento legal, contudo, não se confunde com a definição do regime jurídico do vínculo daquele profissional com a empresa anunciante ou com a agência de publicidade que eventualmente intermediou a negociação.

Isto porque, o art. 4º do referido diploma estabelece que o profissional multimídia poderá atuar “a serviço” de empresas e instituições públicas ou privadas. A expressão, entretanto, não cria presunção de relação de emprego, sendo compatível com diversas modalidades de contratação, como prestação de serviços, parcerias, contratos por projeto e terceirizações

lícitas, além do regime celetista quando, em concreto, estejam presentes os pressupostos legais.

Com efeito, a caracterização do vínculo empregatício permanece subordinada aos requisitos do art. 3º da CLT, especialmente ao elemento da subordinação jurídica, que se apura pela realidade da prestação do serviço. Assim, relações marcadas por autonomia organizacional e criativa, ausência de controle de jornada, atuação por entregas e possibilidade de pluralidade de contratantes tendem a permanecer no campo civil. Em contrapartida, a imposição de rotinas rígidas, ordens diretas e contínuas, controle sistemático e restrição substancial da autonomia pode ensejar o reconhecimento do vínculo — não em razão da Lei nº 15.325/2026, mas em razão dos fatos.

No mercado publicitário, o impacto mais perceptível é de natureza prática: a lei oferece maior precisão para delimitação do escopo contratual nas relações entre anunciante, agência de publicidade e agência de influenciadores, qualificando juridicamente as atividades envolvidas. Em síntese, a norma reconhece e organiza a atividade do influenciador digital (dentre outros), mas não altera os critérios jurídicos de identificação da relação de emprego, que seguem dependentes da configuração concreta prevista na CLT.

Em uma palavra, a nova lei, por si só, não gera vínculo de emprego entre o influenciador digital contratado, o anunciante que o contratou ou a agência (de publicidade ou de influenciadores) que eventualmente tenha intermediado a contratação.

Visão do Direito

Daniela Madeira
Conselheira do CNJ
(biênio 2024/2025)Ulisses Rabaneda
Conselheiro do CNJLuís Lanfredi,
Assessor da presidência do CNJ

A abordagem prospectiva e preventiva do novo laboratório Justiça criminal, reparação e não repetição do CNJ

A criação do Laboratório Justiça Criminal, Reparação e Não Repetição, instituído pela Resolução CNJ 659/2025, representa um marco na conformação de políticas judiciais orientadas por evidências e voltadas ao enfrentamento estruturado dos erros judiciais no Brasil. Longe de revisitar o passado com finalidade sancionatória ou indenizatórias, o Laboratório emerge como instrumento institucional de caráter estritamente preventivo e prospectivo, destinado a identificar fatores sistêmicos que, historicamente, contribuíram para condenações injustas e violações de direitos fundamentais em toda a cadeia de persecução penal do sistema de Justiça.

Ao se falar em erros oriundos dos sistemas de Justiça, fazemos um paralelo tal qual quando ocorre um erro na aviação civil: a queda de um avião não é consequência de apenas um ato ou de uma causa única e isolada. É, na verdade, causa pela falha sistêmica de toda uma cadeia de checklist, conferências, manutenções, procedimentos padronizados e de planos de voo.

Significa que diversas pessoas ou instituições falharam e, na ocorrência de um erro jurídico no sistema de Justiça, ocorre da mesma maneira. O erro jurídico significa que as garantias previstas na lei e nos atos institucionais não foram observadas pelos agentes de Justiça, considerando como tal desde a investigação policial, passando pela tramitação judicial e resultando na execução de pena no sistema prisional.

Ao adotar uma visão lato sensu para o problema, o CNJ sustenta que a responsabilidade pelo aperfeiçoamento das práticas processuais e investigativas é interinstitucional e compartilhada, sendo impossível de ser alcançada em sua plenitude sem a articulação de atores do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, advocacia, forças policiais e administrações penitenciárias.

Dessa forma, o Laboratório Justiça Criminal, Reparação e Não Repetição trabalhará a partir de uma perspectiva inédita do ponto de vista de desenho de políticas públicas penais: entendendo que deve examinar eventuais erros estatais já reconhecidos, mas não meramente para revisitar fatos do passado, tampouco para

atribuir responsabilidades pontuais.

Conforme seu Plano de Trabalho recentemente concluído em janeiro de 2026 após sucessivas reuniões realizadas entre seus integrantes, essas análises serão anonimizadas, não possuirão caráter sancionatório, e serão direcionadas exclusivamente ao aprendizado organizacional. A partir dessa nova abordagem, reconhece-se que cada falha histórica ocorreu dentro de suas próprias condições práticas, limitações orçamentárias, paradigmas jurídicos e realidades sociais de sua época. O objetivo passa a ser não revisitar decisões, inclusive porque tal atribuição é de competência das instâncias judiciais competentes. Mas sim impedir que padrões de falha institucional e gargalos procedimentais que ensejam falhas na persecução penal se repitam no presente e no futuro.

Essa abordagem preventiva e prospectiva deve ser amparada em metodologias baseadas em evidências empíricas, que incluem análises retrospectivas das circunstâncias, mapeamento de causalidade sistêmica, reconstrução colaborativa de percursos processuais, abordagens comparadas e investigação dos efeitos

de marcadores sociais na produção da prova penal. Novamente, a ênfase deve recair na compreensão de que erros graves raramente decorrem de um único ponto de falha, mas de um encadeamento de condições latentes, barreiras ineficientes e falhas institucionais que fragilizam o sistema.

Assim, o Laboratório atua para transformar evidências empíricas baseadas em condenações e reconhecimentos transitados em julgado pelos Tribunais brasileiros e cortes internacionais em protocolos, diretrizes e instrumentos normativos destinados a elevar padrões de prova, mitigar riscos e qualificar práticas decisórias.

Suas atribuições abrangem a formulação de políticas judiciais sobre cumprimento de prisões e medidas cautelares, aperfeiçoamento da prova penal, treinamento de atores do sistema de justiça e desenvolvimento de recomendações de não repetição de violações. Trata-se de um esforço institucional, científico e técnico que busca reconhecer que o aprendizado só é possível quando o Estado enfrenta seus próprios limites, identifica fragilidades e cria mecanismos duradouros de prevenção.



Otávio Arantes

Advogado especialista em processo civil e direito de família e sócio-fundador do escritório Arantes de Mello Advocacia

Consultório Jurídico

Mulher casada em regime de comunhão universal de bens pode ter a parte de sua meação atingida pela decretação de indisponibilidade de bens do marido ou em condenação definitiva dele em ação em improbidade administrativa?

A Lei de Improbidade administrativa (Lei 14.230/2021), em seu art. 16 prevê o pedido de indisponibilidade de bens dos réus de forma a garantir a integral recomposição do erário. Essa decretação é ampla e não vai além do bloqueio de bens, alcançando contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

A medida processual da indisponibilidade de bens, em caráter antecedente ou

incidental, não se esgota em si mesma. Será confirmado ou não em momento posterior. Se a sentença julgar procedente a ação de improbidade, o réu será condenado ao ressarcimento dos danos e à perda ou à reversão dos bens e valores ilicitamente adquiridos, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

Transitada em julgado a sentença condenatória, a entidade prejudicada pelo ato de improbidade deverá perseguir os prejuízos sofridos por meio de execução de título judicial, buscando o ressarcimento pleno do dano e visando o patrimônio integral do condenado, pouco importando se este é casado em regime de comunhão universal, parcial ou separação de bens.

No caso de decretação de indisponibilidade de bens ou no de execução de sentença, se o executado for casado em regime de comunhão universal, é bastante factível que a entidade exequente queira avançar sobre a parte do patrimônio que cabe à meeira.

O que fazer, então, para evitar que isso se concretize?

Sobre a matéria, o ministro Francisco Falcão do Superior Tribunal de Justiça, apresenta uma diretriz essencial (há algum tempo adotada pelo STJ) para evitar-se a efetivação de medidas da indisponibilidade de bens — e, obviamente, os efeitos executórios da sentença condenatória — sobre a parte correspondente à meação da mulher. O ilustre ministro Falcão apreciou a questão em dois julgados relativos a recursos de duas mulheres que buscavam resguardar sua meação da indisponibilidade de bens decretada em ação por ato de improbidade.

Em ambos os precedentes, as esposas dos réus cujos bens foram declarados indisponíveis não tiveram sucesso na tese da incomunicabilidade deles relativamente à sua meação (ou seja, não impediram que a dívida do marido se estendesse à meação como esposa).

Entendeu o ministro nesses precedentes que, em se tratando de dívida contraída por um dos cônjuges, a regra que vigora é no sentido de

caber ao cônjuge-meeiro provar que a dívida não beneficiou a família. Trata-se de um ônus pesado de apresentar uma prova chamada negativa, cuja configuração se mostra extremamente complexa em termos práticos.

Comprovar que uma dívida foi feita em prol da família é uma situação muito mais cômoda de ser atingida do que fazer prova de que o proveito financeiro ou patrimonial obtido em razão do ato de improbidade não foi usado em benefício da família. Fica a se imaginar como produzir tal tipo de prova, considerando, não só o regime de comunhão universal, mas principalmente a enorme dificuldade de especificar, em alguns casos, dentro da movimentação patrimonial e financeira do réu condenado, o que efetivamente se deu em proveito próprio ou da família.

Enfim, responde-se afirmativamente à pergunta acima feita, considerando a jurisprudência do STJ. Trata-se de uma matéria que exige muita atenção e cautela por parte dos cônjuges que se encontram em situações semelhantes à relatada. Medidas judiciais preventivas ou incidentais podem ser manejadas nesses casos.

Visão do Direito



Antonio Gonçalves

Advogado criminalista. Pós-Doutor em ciência da religião, doutor e mestre pela PUC/SP, MBA em relações internacionais da Fundação Getúlio Vargas

BBB26, o beijo lascivo e a importunação sexual

No programa mais vigiado da televisão brasileira, um participante considerou que uma colega de confinamento estava “lhe dando mole” e, na primeira oportunidade, a levou para a despensa, a fim de consumir seus desejos lascivos e ser plenamente correspondido em sua investida. Pois se deu muito mal e, quando percebeu, apertou o botão da desistência, em uma atitude que buscava minorar o impacto de sua atitude. Era tarde.

A emissora trata o participante não como desistente, e sim como expulso, em razão de sua conduta ser incompatível com os valores preconizados, tanto pelo programa quanto pela rede. Resolução exemplar.

O participante alega que teve uma leitura equivocada e que havia interpretado que sua colega estava interessada nele sexualmente e, quando percebeu que não era bem isso, não havia como retroceder. Errado, muito errado, afinal, o crime de importunação sexual já estava consumado.

Os tempos, felizmente, mudaram. Os homens não podem fazer o que bem entendem e, em uma atitude machista, alegar que foram mal interpretados e pedirem desculpas, como se fora um mero dissabor cotidiano. Não é.

A sociedade brasileira ainda é permeada

por uma visão patriarcal e machista, na qual o homem pode e deve fazer o que bem entende, pelo simples fato de ser homem e cabe a mulher tolerar e, na medida do possível, ser condescendente. Ledo engano.

Desde a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, várias foram as reformas legislativas objetivando o endurecimento penal, a fim de proteger as mulheres brasileiras de agressores, predominantemente, homens.

Dos crimes contra as mulheres houve o endurecimento penal para o crime de estupro, a inserção do crime de feminicídio e de importunação, apenas para citar alguns. Hoje em dia, o homem não pode tudo e a mulher não mais é “seu mero objeto de fetiche e cumprimento de sua lascívia”. Não é não.

No programa, afinal, o que aconteceu? Quando um homem acossa uma mulher e a obriga a beijá-lo, porque sim, contra a sua vontade, qual o crime praticado? Estupro? Importunação sexual? Assédio Sexual? Algum outro?

A interpretação dos Tribunais superiores têm se modificado em relação ao estupro, porém, sua base fundamental segue inata: constranger a vítima mediante violência ou grave ameaça para ter conjunção carnal ou a praticar qualquer ato libidinoso, sem o seu consentimento. Em decisão

recente, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que se um homem obriga sua esposa, companheira, amante ou namorada a praticar ato libidinoso, ainda que passivamente, isto é, a vítima estava dormindo, então, houve, por violência e incapacidade de reação, a consumação de estupro de vulnerável, em decisão confirmada pela Quinta Turma.

No caso em tela, não houve estupro, porque não fora praticado nenhum ato libidinoso. Tampouco, houve a prática de assédio sexual, porque o crime se consuma em decorrência de uma posição de comando hierarquicamente superior, a fim de constranger a vítima a lhe conceder vantagem ou favorecimento sexual, não foi o caso.

O que, de fato aconteceu, de modo consumado, foi a importunação sexual, pois, se trata de qualquer ato libidinoso, diverso da conjunção carnal, sem o consentimento da vítima. A principal diferença para o estupro é a ausência de grave ameaça e violência. No mesmo sentido, já há decisão do mesmo Superior Tribunal de Justiça que o beijo lascivo, ou melhor, o beijo forçado, é equiparado ao crime de importunação sexual. É o caso.

Quando o participante é confrontado pela vítima do que estava fazendo e rebate: “atendendo ao meu desejo e fazendo o que eu

quero”, e, imediatamente, força contra a vontade a outra participante a lhe beijar, segurando sua cabeça para que não tivesse como se desviar, o beijo lascivo se consuma e, com ele, a importunação sexual. Note que não houve grave ameaça ou violência, porém, tampouco o ato fora consentido, portanto, contra a vontade e, assim, a importunação sexual se consuma. Crime com pena de 1 a cinco anos de reclusão, segundo o artigo 215-A do Código Penal.

Mas foi só um beijinho inocente, não tive a intenção, li errado os sinais, essas e outras “justificativas” machistas e patriarcais não mais validam o beijo lascivo e, tampouco, a importunação sexual.

Esse pensamento não mais é compatível com a sociedade brasileira em 2026. A mulher é valorizada, tem seu espaço e, o mais importante, não apenas tem voz como direitos. Cabe, agora, as autoridades apurarem as imagens e oferecem a denúncia por crime de importunação sexual e o Judiciário decidir e proteger à participante.

Às vésperas do carnaval, em que a vontade da mulher parece reduzida aos anseios carnais masculinos, reprimir penalmente o beijo lascivo é mostrar que a mulher tem voz, vez e proteção na sociedade brasileira. Não é não, e conduz à prisão.



Luiza Sato

Sócia na área de cybersecurity & data privacy, tecnologia e inovação e propriedade intelectual de TozziniFreire Advogados

Consultório Jurídico

Na data de 27 de janeiro de 2026, foi publicada a decisão de adequação da União Europeia para o Brasil, nos termos do artigo 45 do GDPR, reconhecendo que o Brasil assegura um nível de proteção de dados pessoais essencialmente equivalente ao europeu. De forma recíproca, o Brasil publicou a decisão de adequação do Brasil para a União Europeia, nos termos da LGPD e da Resolução CD/ANPD nº 19/2024 (“Resolução”)

Por que isso é importante?

“As decisões de adequação permitem a transferência internacional de dados pessoais entre a União Europeia e o Brasil sem a necessidade de mecanismos adicionais, como cláusulas contratuais padrão ou outras salvaguardas previstas para países não adequados. Isso reduz complexidade regulatória, custos operacionais e riscos jurídicos para organizações que realizam fluxos de dados entre esses territórios.

O que muda na prática: Transferências de dados pessoais da UE para o Brasil e do

Brasil para a UE passam a ser realizadas com base na decisão de adequação; e não é mais necessário adotar mecanismos específicos de transferência apenas para esses fluxos bilaterais.

Quanto aos agentes de tratamento, apesar do avanço regulatório, é importante destacar que nada muda para transferências internacionais envolvendo outros países ou territórios que não estejam cobertos por decisões de adequação. Para esses casos, os agentes de tratamento devem continuar a regularizar as transferências internacionais, por exemplo, por meio de

cláusulas contratuais padrão, normas corporativas globais ou outros mecanismos previstos na LGPD e no GDPR.

Recomenda-se mapear os fluxos internacionais de dados, atualizar registros de tratamento e revisar contratos e políticas internas para refletir a nova base legal aplicável às transferências entre UE e Brasil.

Os controladores devem atualizar as informações disponibilizadas em seus sites, publicando documento em língua portuguesa, em linguagem simples, clara e acessível, com o conteúdo mínimo descrito na Resolução.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 5 de fevereiro de 2026

Para anunciar ▶ 3342-1000

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS



ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

AV PARQUE . Claras Ed. Morada Nobre, 10 and 1qto, sala, elev garag. 99981-3118 c1994

MEU IMÓVEL IMOB

LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

ADELSON IMÓVEIS

R MACAUBA 1 qto sala cozinha banheiro nascente quit R\$ 250mil á Tr.99857115 c1533

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB

AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB

QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

PLANO EMPREEND. IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui: lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND. 404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

ASA SUL

1 QUARTO

402 59M2 área útil 1qto elevador e garagem 99981-3118 c1994

1.2 ASA SUL

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE

112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

PARTICULAR

SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339.53 m², 2gar, 6199985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS



ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

711 ELEVADOR vazio reformado DCE desocupado oportunidade phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

PLANO EMPREEND. QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

711 ELEVADOR vazio reformado DCE desocupado oportunidade phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

GUARÁ

2 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 GUARÁ

3 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

LAGO NORTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qts 228m² cond fechado 98311-5595 c/19540

NOROESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

4 OU MAIS QUARTOS

SQNW 110 canto 171m privativo 4garagens desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

1.2 SUDOESTE

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE

105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/98581-0151 cj21229

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF

SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF

QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/99112-3991 c/19540

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA

QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m² área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

1.3 PARK WAY

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

CLASSIFICADOS



ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

ADELSON IMÓVEIS

QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar It 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE

QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.

QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

RITA LANDIM VENDE

COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 SUDOESTE

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV

CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. - tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB

R 08 chác. 332 loja St Habitation al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.

AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SRTVN 701 C.E.Norte duassalasjuntasreformadas phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA

SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil financiamento Tr: 98135-1919

1.4 SUDOESTE

SUDOESTE

INVEST FLAT LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV

SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

CEILÂNDIA

QNO 17 Só R\$ 175 mil. Tr: Aragon 61 98160-0202 c/2072

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE

SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

J RIBEIRO VENDE

SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

OS MELHORES
REGINA NEVES IMOVEIS DE GOIÂNIA
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRED 19338

QUER MORAR OU INVESTIR EM GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES OPÇÕES PRA VOCÊ!

(62) 98280-1111

PARA CADA MOMENTO DA VIDA
EXISTE UM LUGAR CERTO

Acesse e encontre o seu.



+ de 200 mil ofertas

LUGARCERTO.COM.BR

O portal de imóveis
para quem quer
comprar ou alugar.

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO
JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.



CORREIO BRAZILIENSE
Você à frente de tudo

1.6 DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO OU TROCO Sítio 20 hectares Agrovila BR 251 Cavas / Baixo c/ água, casa, cercada, etc... doc Ok. (61) 98202-7591 ou 99514-7645

INVESTIMENTO!! PIRENÓPOLIS-GO Terrenos de 1.000m². Próximo à Cachoeira Araras. Um local ideal para descanso Tr: (62) 98128-6425

OUTROS ESTADOS

FAZENDA EM GOIÁS 200KM DISTANTE DE BRASÍLIA 2.800 ha, aberta, dupla aptidão: Lavoura, Pecuária, bastante água. Boa Sede. Com muitas benfeitorias.timo preço! Excelente oportunidade. Tratar direto com o proprietário (61) 99978-1485

2 IMÓVEIS ALUGUEL

- 2.1 Apart Hotel
- 2.2 Apartamentos
- 2.3 Casas
- 2.4 Lojas e Salas
- 2.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 2.6 Quartos e Pensões
- 2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

AV PARQUE Claras Ed. Morada Nobre, 10 and 1qto, sala, elev garag. 99981-3118 c1994

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV R DAS PITANGUEIRAS It 10, 53m2, 2qtos, 1 suite, 1 vaga, 2banhs 99418-8477 cj21694

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.2 ASA SUL

3 QUARTOS

109 SQS Sul "E" 3qts 1ste 137m2 gar. silenc/ desoc. Tr dir. c/prop. WhatsApp: 99986-2496

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz à99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz à99112-3703 / 3386-9000 cj22002

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA LUGARCERTO.COM. BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA 101 BLOCO 1 alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 CANDANGOLÂNDIA

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

GAMA

ALUGO Salas, Loja comercial e prédio no Gama. Tr. 99976-4334

TAGUATINGA

EXCELENTE LOCAL! CSB 06 174m² vazada ótimo p/ Igrejas, clínicas e outros 99906-6929

PISTÃO SUL-LADO HOB QSD 11 Lojas 50m² ou + lote 300m² vazado fte shopping 99906-6929

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3 VEÍCULOS

- 3.1 Automóveis
- 3.2 Caminhonetes e Utilitários
- 3.3 Caminhões
- 3.4 Motos
- 3.5 Outros Veículos
- 3.6 Peças e Serviços

3.6 PEÇAS E SERVIÇOS

CONSÓRCIO

CONSÓRCIO AUTOMÓVEIS OU IMÓVEIS. Compro sua carta de crédito contemplada, não contemplada ou cancelada. Informações Zap: (61) 98664-7280 ou (61) 98400-1681.

4 CASA & SERVIÇOS

- 4.1 Construção e Reforma
- 4.2 Moda, Vestuário e Beleza
- 4.3 Saúde
- 4.2 Comemorações, e Eventos
- 4.5 Serviços Profissionais
- 4.6 Som e Imagem
- 4.7 Diversos

4.3 SAÚDE

MASSAGEM TERAPÊUTICA

RELAXANTE PARA DORES a partir \$70 Atd Valp/Gama 98401-0239

4.5 DIGITAÇÃO

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

DIGITAÇÃO

FAÇA ARTIGOS, MONOGRAFIAS, PROJETOS DE PESQUISA,

PROJETO de qualificação para o mestrado, dissertação de mestrado, defesas, formatação c/ perfeição, experiente c/ universidades Projeção, UnB, Católica, USP e outras. (Passo ferramenta anti-plágio). Zap (61) 99149-8430

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

- 5.1 Agricultura e Pecuária
- 5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
- 5.3 Infomática
- 5.4 Oportunidades
- 5.5 Pontos Comerciais
- 5.6 Telecomunicações
- 5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

ABANDONO DE EMPREGO

A EMPRESA Valle dos Jatobás Empreendimentos Imobiliários S/A C N P J : 49.860.144/0001.07 convoca o Sr. Marcos Freitas Moreira à comparecer na sede da empresa, no prazo de 72 horas da publicação deste, ausente desde o dia 29/10/2025, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, ensejando a justa causa do seu contrato de trabalho, conforme dispõe o Artigo 482, Letra I da CLT.

ABANDONO DE EMPREGO

A EMPRESA Valle dos Ipês Empreendimentos Imobiliária S/A CNPJ: 49.847.289/0001.78 convoca a Sra. Jenifer Pereira de Carvalho, à comparecer na sede da empresa, no prazo de 72 horas da publicação deste, ausente desde o dia 31/10/2025, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, ensejando a justa causa do seu contrato de trabalho, conforme dispõe o Artigo 482, Letra I da CLT.

ANUNCIE O SEU PRODUTO LIGUE PARA: 61 3342-1000 CLASSIFICADOS

5.2 CONVOCAÇÕES

ABANDONO DE EMPREGO

A EMPRESA Valle das Orquídeas Empreendimentos Imobiliários S/A CNPJ: 49.847.307/0001-11 convoca o Sr. Samuel Oliveira Lima à comparecer na sede da empresa, no prazo de 72 horas da publicação deste, ausente desde o dia 11/11/2025, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, ensejando a justa causa do seu contrato de trabalho, conforme dispõe o Artigo 482, Letra I da CLT.

CONVOCAÇÃO

A EMPRESA SKS Indústria e Comércio Ltda, CNPJ: 31.273.442/0001-40, convoca os Senhores: Lucas Ferreira de Souza CTPS: 3882 Série: 59310-DF; William Santiago Lima CTPS: 05486932 Série: 143-GO; Daniel Silva Lemos CTPS: 7831063 Série: 6172-DF; Gleydson Braga Carvalho Martins CTPS: 5299140 Série: 060-DF à comparecerem ao local de trabalho, no prazo máximo de 48hs, à contar da data desta publicação. O não comparecimento caracterizará abandono de emprego, conforme o artigo 482 letra I da CLT.

MÍSTICOS

AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS

ABA faz pacto de riqueza, cura impotência sexual, ejaculação precoce, frieza sexual, afasta rivais, fornece números da sorte para jogos de loteria. Garantido em contrato. Atendemos também aos feriados. Falar c/ a Prof Jana (61) 9.9149-8430

DONA PERCÍLIA

FAZEMOS TRABALHO para o amor e buscamos a pessoa amada. Marque sua consulta. Presencial ou on-line. (tarôt e Cartas) (61) 98363-5506

5.7 TURISMO E LAZER

NEGÓCIOS

CLUBE

VENDO TÍTULO

DE SÓCIO REMIDO do Termas Solar Novo Horizonte. R\$ 26.000,00 - Aceito proposta e troca. 61 99133-4167 Whats

OUTROS

ACOMPANHANTE

CACAU SOLTERINHA

20 ANOS seios furando a blusa! Faça oral até o fim e deixo finalizar na boca! (61) 99620-9236

5.7 ACOMPANHANTE

5.7 **TURISMO E LAZER**

OUTROS

ACOMPANHANTE

MEL LOIRINHA
20A loira, branquinha!
Uma das periguetes
mais linda da cidade
(61) 99834-4486 a.norte

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
AS 20 TODAS lindas
bemestarmassagens.
com.br Fones: 61
985621273/ 3340-8627

MASSAGEM PROSTÁTICA
INVERSAO DE papéis
s/ frescura, nova equipe
6133267752/992004541

LINDA LOIRA
MASSAGISTA no Setor
Hoteleiro Norte (61)
98598-5623 Tiffany

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

CASEIRO Que saiba tirar leite Tratar: 61 3367-0108

DOMÉSTICA TODO SERVIÇO Seg. à Sáb
Asa Sul. 98203-0265

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

PRECISA-SE POLIDOR AUTOMOTIVO c/experiência. Interessados entrar em contato: (61) 98457-2208

POLIDOR AUTOMOTIVO que saiba desmontar R\$ 2.500 +VT. Tr: 99903-3085

CARRERA KART CONTRATA SERVIÇOS GERAIS Para trabalhar em pista de Kart, na manutenção da pista, limpeza e atendimento ao cliente. De terça à sexta das 16:30 às 23h, e sábados, domingos e feriados das 9:30 às 21h, (carro da empresa leva na rodoviária). Folgas todas as segundas e 1 sábado ou domingo por mês. Salário líquido R\$ 2.000,00 vale transporte + refeição no local. Enviar currículo com referências e telefone para contato. Enviar para: curriculo@carrerakart.com.br

6.1 NÍVEL BÁSICO

SOLUÇÃO PARABRISAS
CONTRATA Aux. p/ Instalação de Parabrisas. Ver vagas: www.solucaoparabrisas.com.br/vagas. Tag./ Vic. Pires. Enviar Currículo p/ Whats: (61) 99882-2256

NÍVEL MÉDIO

URGENTE !!! CONTRATA-SE ATENDEnte DE LANCHONETE e Caixa - Salário comercial. Segunda a segunda, um domingo por mês, folga na segunda-feira. Enviar CV: rfulodoacai@gmail.com

PANIFICADORA BONANZA CRUZEIRO NOVO QD 607

BLOCO C CONTRATA OPERADORA DE CAIXA, Atendente de Balcão c/ ou s/exper. E Pai-deiro c/ experiência. Enviar CV: Whats (61)98173-4833 bonanzacruzreiro@gmail.com

ESCOLA CONTRATA AUXILIAR para serviços administrativos. CV: rh.educacaobasica@gmail.com

AUXILIAR ADMINISTRATIVO
CONTRATAMOS PARA trabalhar em indústrias de alimentos em Sambamba com experiência em sistemas de gestão. Enviar CV para: rh@germana.com.br

RECEPCIONISTA CONTRATA-SE. Enviar CV: dprecu@gmail.com

TJDF PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

4ª Vara de Família de Brasília
SMAS Trecho 3 Lotes 04/06, Bloco 5, Setores Complementares, BRASÍLIA-DF - CEP: 70610906
Telefones: (61) 3103-1926 e (61) 3103-1831; E-mail: 4vfamilia.bsb@tjdft.jus.br, Horário de Funcionamento: 12h00 às 19h00

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA

Processo Nº 0799840-48.2025.8.07.0016
Ação: INTERDIÇÃO/CURATELA(58)
REQUERENTE: ELCE FERNANDES ABDULMASSIH

O DR. ANDRÉ FERREIRA DE BRITO, Juiz de Direito Substituto da 4ª Vara de Família de Brasília, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da Ação INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo nº 0799840-48.2025.8.07.0016, ajuizada por REQUERENTE: ELCE FERNANDES ABDULMASSIH, foi DECRETADA, mediante sentença proferida em 09/12/2025, devidamente transitada em julgado no mesmo dia, a SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA DE DIEGO FERNANDES ABDULMASSIH - CPF: 721.561.041-15, declarado incapaz de cuidar de si mesmo e administrar seus bens. Destituíu-se do cargo Ronaldo Carvalho Abdulmassih, falecido em 28/08/2025, e foi nomeado como nova curadora REQUERENTE: ELCE FERNANDES ABDULMASSIH, CPF Nº 247.029.866-00, para o exercício de todos os atos jurídicos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015). Dado e Passado nesta cidade de BRASÍLIA-DF, 11 de dezembro de 2025.

MARTA SILVA BALEIRO
Diretora de Secretaria

Este documento foi gerado pelo usuário 853... em 04/02/2026 10:09:39
Número do processo: 0799840-48.2025.8.07.0016
Número do documento: 25121170337000000235615542 | Tipo de documento: Edital
https://pje.trf1.jus.br/44399/Processo/ConsultaDocumento/view.seam?i=25121170337000000235615542
Assinado eletronicamente por: MARTA SILVA BALEIRO - 1112/2025 17:00:39
Perfil: Diretor de Secretaria

6.1 NÍVEL MÉDIO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO
TRANSPORTADORA EXPLACE - Lago Sul/DF. Salário: R\$ 2.500 + R\$ 500 VT. Atividades: emissão de notas fiscais, controle de caixa e organização administrativa. Requisitos: ensino médio, noção de Excel, organização. Horário comercial, de segunda a sexta. Interessados enviar currículo para: explacebr@gmail.com

CONTRATA-SE OPERADOR(A) DE CAMPO (Dedetização) / Assistente Adm. c/ou s/ experiência. Possui CNH cat. A e B, preferência p/ quem more nas regiões do Jd Botânico, S. Sebastião e Paranoá CV: hccontrole@gmail.com

VENDEDOR (A) DE CURSOS - PJ. Ajuda de custo + comissões c/ ganhos entre 2 a 8 mil. Enviar CV: parceriasdf@gmail.com

PRECISA-SE MASSAGISTA Com ou Sem exper. jornada diurna ou noturna. Ganhos acima de 2.000 por semana 61 98148-2358

NÍVEL SUPERIOR

CONTADORA (O) parceira/sociedade escritório Tag Centro 98661-0130

ENGENHEIRO CIVIL ALTO PADRÃO UNIMAN ENGENHARIA Contrata para obras de alto padrão no Lago Sul. Currículo para: engenheiro@uniman.com.br

6.1 NÍVEL SUPERIOR

ESTAGIÁRIO(A) EM DIREITO
PRECISA-SE a partir 8 semestre até Bacharel. R\$2.000,00 + passagem. Escritório de Advocacia no Paranoá DF. (61) 99802-8400 validetemiranda.adv@gmail.com

INSTITUIÇÃO DE ENSINO COORDENADOR (A). Contrata-se. Enviar CV p/ fipselecs@gmail.com

6.2 NÍVEL BÁSICO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AGÊNCIA CONFIANÇA há mais de 30 anos, tem também: Secretaria do Lar, Arrumadeira, Diarista, Cozinheira de forno e fogão, Babá, Passadeira, Aux Serviços Gerais, Caseiro, cuidadora de idosos e motorista. Tel.: 3356-3351 ou 98609-0574

6.2 NÍVEL MÉDIO

NÍVEL MÉDIO

MOTOBOY Ofereço-me free lance sex/sáb/dom. (61) 98628-8178

ANUNCIE O SEU PRODUTO LIGUE PARA: 61 3342-1000 CLASSIFICADOS

SINTECT/DF
Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos do Distrito Federal e Região do Entorno

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria Colegiada do **SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS DO DISTRITO FEDERAL E REGIÃO DO ENTORNO - SINTECT/DF**, inscrito no CNPJ 03.656.949/0001-32, nesse ato representado pela sua presidente, Amanda Gomes Corcino, em cumprimento às previsões do Estatuto da Entidade, mais especificamente o art. 6º e seguintes, convoca a Diretoria Executiva, Titulares e Suplentes; Conselho Fiscal, titulares e suplentes; Delegados Sindicais e Delegados Eleitos; para o CONGRESSO, a ser realizado no dia **07 de março de 2026, no horário de 14:00h, na casa da FENTECT-DF, localizado 2ª Avenida bloco 780 casa 09, Nucleo Bandeirante. Tendo como pauta:**

- 1) Organização da campanha salarial 2026.
- 2) Apreciar a prestação de contas da Diretoria Colegiada.
- 3) Mudanças estatutárias.

Brasília 05 de fevereiro de 2026.
AMANDA GOMES CORCINO
Presidente

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL **MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL** **GOVERNO DO BRASIL**
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

Pregão Eletrônico nº 90078/2025 - UASG 512006

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo nº 35014.226256/2023-75, publicada no D.O.U. de 24/11/2025. Objeto: Contratação, através de registro de preços, de serviços contínuos *outsourcing* de almoxarifado virtual, sob demanda, *in company*, visando o suprimento de materiais de consumo e expediente e de gêneros alimentícios, para atender as necessidades do INSS em território nacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Novo Edital: 05/02/2026, das 9h às 12h e das 13h às 16h. Endereço: SAS, Quadra 02, Bloco "O", Sala 405, Asa Sul, Brasília/DF, e nos sites eletrônicos www.gov.br/pncp e www.gov.br/compras. Entrega das propostas: a partir de 05/02/2026, às 9h, no site www.gov.br/compras. Abertura: 24/02/2026, às 10h, no site www.gov.br/compras.

MANUELLA ANDRADE PEREIRA DE SOUZA SILVA
Diretora de Orçamento, Finanças e Logística

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL **MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL** **GOVERNO DO BRASIL**
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90151/2025 - UASG 512006

Nº Processo: 35014.223381/2025-95. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de locação de sistema integrado de vigilância eletrônica, com fornecimento de equipamentos e softwares, composto pelos Sistemas de Circuito Fechado de Televisão (SCFTV) e de Controle de Acesso (SCA), incluindo a elaboração do projeto executivo, adequação da infraestrutura preexistente, instalação, configuração e suporte técnico com manutenção preventiva e corretiva para atendimento ao Edifício-Sede do INSS e ao seu Anexo, em Brasília/DF, com monitoramento local pelo contratante, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Edital, a partir de 06/02/2026, das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00. Endereço: SAS Quadra 02 Bloco "O" Sala 405, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/pncp/pt-br> ou <https://www.gov.br/compras/pt-br/>. Entrega das Propostas: a partir de 06/02/2026 às 09h00 no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>. Abertura das Propostas: 26/02/2026, às 10h00, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

FLÁVIA ALENCAR CABRAL MARQUES
Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos Substituta

ATN
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocam-se todos os associados da Associação Telecentro de Informação e Negócios - ATN, para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 24 de fevereiro de 2026, às 09 horas, em 1ª convocação, às 10 horas, em 2ª e última convocação, conforme estabelece o art. 23, incisos I, II e III, obedecendo ao quórum determinado no Estatuto da ATN. A assembleia acontecerá na modalidade ONLINE, com os seguintes assuntos:

- 1- Análise e aprovação das contas da ATN do exercício de 2025.
- 2- Análise e aprovação do Relatório Anual da Diretoria de 2025.
- 3- Análise e aprovação da Programação Anual da Diretoria da ATN para 2026.
- 4- Assuntos Gerais.

Brasília, 04 de fevereiro de 2026.
José Avando Souza Sales
Diretor Geral da ATN

ATN
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Associação Telecentro de Informação e Negócios - ATN, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.893.470/0001-70, sediada no SHCGN 706/707, Bloco C, Ed. Atalaia, entrada 10, salas 204 a 206 - Brasília-DF, convoca todos os associados para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 24 de fevereiro de 2026, às 11:00 horas, em 1ª convocação, às 12:00 horas em 2ª e última convocação, conforme estabelece o art. 14, incisos I e II e obedecendo o quórum determinado no Estatuto da ATN. A assembleia acontecerá A assembleia acontecerá na modalidade ONLINE, com os seguintes assuntos:

- 1- Eleição de Diretoria para mandato de 07/março/2026 a 07/março/2030.
- 2- Eleição do Conselho Fiscal para o mandato de 07/março/2026 a 07/março/2030.
- 3- Assuntos Gerais.

Os candidatos aos mencionados cargos deverão encaminhar carta à ATN até o dia 16/02/2026, manifestando o desejo de concorrer a um dos cargos, anexando os documentos especificados no parágrafo único do Art. 70 do Regimento Interno da associação.

Art. 70º - Os candidatos, individualmente, deverão apresentar para fins de registro da chapa que integram os seguintes documentos:

- Certidões negativas de restrições cadastrais (Receita Federal, do GDF e Cartórios).
- Comprovante fornecido pela ATN da sua regularidade cadastral, associativa e operacional, nos termos do Regimento Interno.

Brasília, 04 de fevereiro de 2026.
José Avando Souza Sales
Diretor Geral da ATN

LIGA DE PELADEIROS DE BRASILIA - LPB
CNPJ 31.483.064/0001-14
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 32 e 34 do Estatuto Social, ficam, pelo presente Edital, convocados para a Assembleia Geral Ordinária que será realizada no próximo dia 20 de fevereiro de 2026, sexta-feira na RUA 4C CHACARA 12 LOTE 1 PARTE A - VICENTE PIREZ, Brasília - DF, CEP 71.001-185.

A Assembleia realizar-se às 10h (dez horas), em primeira convocação, com o número regular e legal de presentes, ou às 10h30m (dez horas e trinta minutos) do mesmo dia, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- 1 - Justificativa ausência eleição 2022/2026
- 2 - Alteração da Razão Social;
- 3 - Alteração do nome Fantasia;
- 4 - Alteração de endereço da sede;
- 5 - Alteração Objeto Social
- 6 - Reforma do Estatuto Social;
- 7 - Eleição de Membros da Diretoria Executiva;
- 8 - Assuntos gerais;

Brasília-DF, 05 de fevereiro de 2026
Glauber Pereira Borba - Presidente

PECINI LEILÕES **Swiss Park**

EDITAL DE LEILÃO SWISS PARK

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, Mat. Jucesp 715, autorizada por Swiss Park Brasília Incorporadora Ltda. - CNPJ nº 13.217.929/0001-19, realizará nos dias **10/02/2026 e 12/02/2026**, às 10h45, Leilão Público Extrajudicial, regido pela Lei 9.514/97, e posteriores alterações, dos imóveis:

- 1) Lote nº 07, Quadra nº 44, do loteamento Parque do Distrito, à Rua 05, Cidade Ocidental/GO. Área de 250,00m². Matrícula nº 2.468 do CRI de Cidade Ocidental/GO. CCI nº 754407 e inscrição nº 1.75.00044.00007.1. Consolidação da Propriedade em 07/01/2026. **DESOCUPADO. LANCES INICIAIS: 1º PÚBLICO LEILÃO: R\$ 147.482,29. 2º PÚBLICO LEILÃO: R\$ 158.328,27.** Devedor Fiduciante: William Rodrigues do Nascimento, CPF nº 048.471.281-09.
- 2) Lote nº 21, Quadra nº 16, do loteamento Parque do Distrito, à Rua 09, Cidade Ocidental/GO. Área do Terreno de 250,00m². Matrícula nº 2.207 do CRI de Cidade Ocidental/GO. CCI nº 751621. Consolidação da Propriedade em 30/12/2025. **DESOCUPADO. LANCES INICIAIS: 1º PÚBLICO LEILÃO: R\$ 133.810,78. 2º PÚBLICO LEILÃO: R\$ 41.256,25.** Devedores Fiduciários: Claudionor de Lima Simões, CPF nº 591.903.294-49, e Elizilene Monteiro Simões Lima, CPF nº 552.168.461-15.

Os valores foram apurados de acordo com a legislação vigente e com o pactuado em cláusula contratual, podendo ser atualizados até as datas dos leilões. **Encargos do Arrematante:** i) pagamento à vista do arremate e 5% comissão; ii) custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; iii) os débitos de IPTU e condomínio existentes e no limite apurado ATÉ as datas dos leilões serão quitados pela **CREDOREDORA FIDUCIÁRIA**, ficando o Arrematante responsável por eventuais valores não apurados e os que vencerem APÓS as datas dos leilões; iv) na hipótese de arrematação do Lote nº 1 no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de IPTU e condomínio vencidos antes dos leilões; v) custas e despesas para regularização de eventual construção/beneficência; vi) verificação dos imóveis e de eventuais ações judiciais em andamento; vii) observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; viii) desocupação, na hipótese de ocupado; ix) venda ad corpus, os imóveis serão entregues no estado em que se encontram. **Os Leilões serão realizados na modalidade online.** Fiquem os fiduciários desde já intimados das datas dos leilões para todos os fins legais. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal: www.pecinileiloes.com.br, E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485, Fones: (19) 3794-2044 - (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.

CLASSIFICADOS

CORREIO BRAZILIENSE

Saiba como entrar em contato com o
Classificados do Correio Braziliense

Pequenos anúncios

61 3342-1000 opção 05 ou
61 3214-1215

Editais, Avisos e Comunicados

61 3342-1000 opção 04 ou
61 3214-1245

Whatsapp

61 98167-9999

Central

61 3342-1000

E-mail

classificados.df@cbnet.com.br

Endereço:

Sig QD 02 Bl 02 lote 340
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções



Instagram:
[@classificadoscb](https://www.instagram.com/classificadoscb)



Facebook
[@classificadoscb](https://www.facebook.com/classificadoscb)